



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 6º BIMESTRE DE 2013



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

George André Palermo Santoro

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Juliana Azevedo Cruz

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

João Souza

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Silva Carvalho

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcelo Fernandes Lima Gomes

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Mariana Schmid Blatter Moreira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pablo Villarim Gonçalves

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe Moura

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaiser



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal, da Subsecretaria de Finanças e da Subsecretaria Geral. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910.

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.....	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro.....	16
I.III Labor Market.....	19
I.V External Sector.....	20
I. Panorama Econômico.....	21
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	21
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	24
I.IV Inflação.....	27
I.V Setor Externo.....	28
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	29
III. Resultados Fiscais.....	43
III.I Resultado Orçamentário.....	43
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	45
III.III Resultado Primário.....	47
IV. Receita Estadual.....	50
IV.I Receitas Correntes.....	52
IV.I.1 Receita Tributária.....	53
Box 01 - Análise da arrecadação do ICMS no ano de 2013	57
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	59
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	64
IV. I.3 Demais Receitas Correntes.....	68
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	71



IV.I.3.2 Transferências da União	73
IV.II Receitas de Capital	81
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	84
V.I Despesa Total	84
V.II Créditos Adicionais.....	85
V.IV Despesas por Grupo.....	89
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	97
Box 02 - DESPESAS DA SAÚDE	112
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	118
VI.1 Cota Financeira	118
VI.2 Pagamento de PD's	119
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	120
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	121
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	124
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento	125
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	128
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios	142
VI.9 Operação de Crédito.....	143
VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's	145

Apresentação

Este é o trigésimo sexto boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o sexto referente ao exercício de 2013. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 29/01/2014.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise do cenário econômico, dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, Habitação e Ciência e Tecnologia. Fazem parte ainda deste Boletim Box descritivos da legislação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECP e da evolução das despesas com a melhoria da mobilidade urbana. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

As Receitas Totais do Estado do Rio de Janeiro fecharam o exercício de 2013 com R\$ 76,603 bilhões, apresentando desempenho superior em 20,5% (+R\$ 13.012,99 milhões) em relação ao observado no ano anterior. Com isso, as metas de arrecadação foram superadas em R\$ 5,130 bilhões (+7,2%). Apenas no último bimestre do ano, as receitas cresceram 20,6% (+ R\$ 2,970 bilhões em relação ao mesmo período de 2012).

As Receitas Correntes superaram a meta de arrecadação em 12,1% (+R\$ 7.169,77 milhões) em 2013, impulsionada por um crescimento de 43,8% apenas no último bimestre do ano. No acumulado, a arrecadação superou o ocorrido em 2012 em 15,3% (+R\$ 8,398 bilhões). Esse comportamento deveu-se basicamente ao crescimento das Receitas Tributárias de 20,4% (+R\$1,228 bilhão) no sexto bimestre, resultando em 15,6% (+R\$5,470 bilhões), no acumulado.

As Receitas Patrimoniais embora tenham apresentado 10,4% de crescimento bimestral, recuaram 6,7% (- R\$646,87 milhões), por conta do recuo da antecipação dos CFT's ocorrida em 2012, que inflou a base de comparação em R\$ 701 milhões. As receitas oriundas da exploração do petróleo e gás natural apresentaram elevação de 9,6% no bimestre, mas praticamente reproduziram, no acumulado, o montante arrecadado em 2012 (- R\$ 9,7 milhões).

As Receitas de Capital, por sua vez, apresentaram queda significativa no último bimestre do ano (-31,6%), o que atenuou, mas não impediu o crescimento de 79,7% (+R\$ 4,392 bilhões), impulsionadas, principalmente, pela cessão de ativos do RIOPREVIDENCIA (+ R\$ 3,3 bilhões); pela venda do BERJ (+ R\$ 741,84 milhões) e pelo desembolso de algumas operações de crédito que financiaram as várias ações de investimento do Governo do Estado no ano.

O Resultado Orçamentário, do sexto bimestre de 2013 apresentou queda se comparado ao mesmo período do ano passado (- 67,5%). No acumulado, o desempenho vem sendo bom: + R\$ 4.488,99 milhões, com uma variação de 953,7% frente ao acumulado de 2012.

No sexto bimestre deste ano, o Resultado Primário registrou um déficit, apresentando uma variação negativa de R\$ 191,3 milhões, que representou piora de 5,7%, em relação ao mesmo período no ano anterior. No acumulado, o desempenho vai mantendo uma variação positiva de 19,9% (+ 935,35 milhões).

As despesas do ERJ para o exercício 2013 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 72,74 bilhões, um sensível crescimento (+13,60%) frente ao aprovado para o exercício 2012.

Até o 6º bimestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 85,42 bilhões, revelando uma considerável ampliação de 17,4% sobre o planejado inicialmente, sendo, portanto, R\$ 12,68 bilhões incorporados à LOA. Excluídas as despesas intra-orçamentárias da análise, o crescimento foi de R\$ 12,63 bilhões, acréscimo motivado pela abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 5,93 bilhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 6,70 bilhões as Demais Fontes de recursos. O suplemento principal ocorreu por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento

inicial: R\$ 4,19 bilhões contratados em Operações de Crédito, R\$ 3,30 bilhões oriundos dos Depósitos Judiciais não Tributários, R\$ 795 milhões por Convênios e R\$ 2,60 bilhão em Outras Fontes de Recursos (superávits financeiros e excesso de arrecadação).

Os créditos adicionais abertos neste exercício foram aplicados diretamente em programas estratégicos de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 936,24 milhões foram efetivamente destinados à Implantação de Novas Linhas Metroviárias, R\$ 450,00 milhões à Gestão do Transporte e Desenvolvimento Urbano e R\$ 87,77 na Implementação do Arco Metropolitano.

Em relação à execução, em 2013, R\$ 71,66 bilhões foram liquidados. Excluídas as despesas intra-orçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial), a execução foi de R\$ 68,39 bilhões. Deste montante, R\$ 48,46 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 19,93 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos.

As Despesas Correntes do ERJ, tanto no bimestre (R\$ 14,28 bilhões) como no acumulado (R\$ 58,41 bilhões), apontaram elevado avanço quando comparados aos valores de 2012: 36,6% no bimestre e 10,0% no ano. Em valores absolutos a variação correspondeu a R\$ 3,82 bilhões (no bimestre) e R\$ 5,33 bilhões (até o bimestre), excluído o valor do FUNDEB, o qual apresenta uma execução de R\$ 5,41 bilhões no exercício. As despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentou considerável destaque em 2013: R\$ 18,62 bilhões liquidados, apresentando um crescimento de 29,2% em relação a 2012 (+R\$ 4,21 bilhões). Tal variação foi motivada, em grande parte, pelas melhorias realizadas nas carreiras dos servidores da Segurança Pública, aqui incluídas as Secretarias de Defesa Civil e de Segurança (PCERJ e PMERJ), da Educação e Saúde.

As Outras Despesas Correntes do ERJ corresponderam a 58,5% do total liquidado no ano (R\$ 36,86 bilhões), excluído aqui o valor do FUNDEB, apresentando, assim, um crescimento de 2,3% em relação ao último exercício. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado: no âmbito social, a Operacionalização do Bilhete Único, o Renda Melhor e o Aluguel Social, que juntos somaram R\$ 790,74 milhões de despesas liquidadas em 2013, apresentando um crescimento de 9,4% (+R\$ 67,79 milhões) em relação a 2012; na saúde pública, as ações executadas pelo Governo do ERJ foram responsáveis por R\$ 2,60 bilhões de recursos executados neste ano: aumento de 48,7% (+R\$ 852,08 milhões).

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 7,15 bilhões, variação positiva de 29,4% em relação ao mesmo período de 2012, elevação de R\$ 1,63 bilhão. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de importantes ações do estado: Reequipamento de Unidades Educacionais; Reforma do Complexo do Maracanã; Implantação de Projetos de Infraestrutura; Implantação de Novas Linhas Metroviárias; Implantação do Arco Metropolitano; dentre outras.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram aumento em sua execução em 2013: incremento foi de 9,9%, ou seja, +R\$ 976,18 milhões. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

Novamente, o índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+0,39 ponto percentual). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: aumento de 15,1% de sua receita base (+R\$ 4,26 bilhões), resultando numa maior liquidação neste ano (16,8%, +R\$ 1,20 bilhão).

Na Saúde, o índice constitucional também indicou para uma realização praticamente igual em relação a de 2012. Constatou-se crescimentos tanto na receita base como na despesa liquidada do índice: +15,1% (R\$ 4,26 bilhões) e +14,3% (+R\$ 488,60 milhões) respectivamente.

A FAPERJ aplicou o percentual mínimo, constitucionalmente assegurado (2,0%), de sua receita base. Comparativamente ao mesmo período de 2012, sua execução demonstrou um considerável acréscimo de 15,0% (+R\$ 50,74 milhões).

O FECAM, em 2013, executou 6,0% (R\$ 426,86 milhões) de sua receita base. Comparativamente a 2012, o índice apresentou queda na receita base (-4,1%, ou seja, -R\$ 299,68 milhões) e aumento na despesa liquidada (+3,2%, +R\$ 13,08 milhões).

O FEHIS apresentou crescimentos em sua receita base (+8,3%, +R\$ 213,76 milhões) e na despesa liquidada no ano (+2,2%, ou seja, +R\$ 6,41 milhões).

Por fim, o Box deste sexto bimestre apresenta a evolução dos gastos, no âmbito da Saúde Pública Estadual, apresentando as principais ações executadas pelo Governo do Estado nos últimos anos.

EXECUTIVE SUMMARY

The Total Revenue of the State of Rio de Janeiro closed the year 2013 with U.S. \$ 76.603 billion, showing superior performance in 20.5% (+ R \$ 13,012.99 million) compared to the previous year. With this collection goals were surpassed R \$ 5.130 billion (+7.2%). Only in the last two months of the year, revenues grew 20.6% (+ R \$ 2.970 billion in the same period of 2012).

The Current Revenues surpassed the collection target in 12.1% (+ U.S. \$ 7.16977 billion) in 2013, driven by a growth of 43.8% in just the last two months of the year. In accumulated terms, revenues surpassed in 2012 occurred in 15.3% (+ U.S. \$ 8.398 billion). This behavior was mainly due to the growth of tax revenues of 20.4% (+ U.S. \$ 1.228 billion) in the sixth bimester, resulting in 15.6% (+ R \$ 5.470 billion) in accumulated.

The Equity Income, although they showed 10.4% bimonthly growth, fell 6.7% (- £ 646.87 million), due to the decrease of the anticipation of CFT's occurred in 2012, which inflated the basis of comparison in R \$ 701 million. The revenues derived from the exploitation of oil and natural gas rose by 9.6% in the bimester, but practically reproduced, in the cumulative amount, the growth in 2012 (- £ 9.7 million).

Income from Capital, in turn, showed a significant fall in the last two months of the year (-31.6%), which attenuated but did not prevent the growth of 79.7% (+ U.S. \$ 4.392 billion), driven mainly by disposing of assets RIOPREVIDENCIA (+ U.S. \$ 3.3 billion), the sale of BERJ (+ U.S. \$ 741.84 million) and the disbursement of some loans that financed several investment shares of the State Government in year.

The Budget Result of sixth bimester of 2013 decreased compared to the same period last year (-67,5%). In accumulated terms, the performance has been good: + R\$ 4.488,99 million, an increase of 953,7% compared to the cumulative 2012.

In the sixth bimester of this year, the Primary Balance recorded a deficit, falling R\$ 191,3 million, which represented loss of 5,7% compared to the same period in the previous year. The accumulated performance will maintain a positive growth of 19,9% (+ R\$ 935,35 million).

RJ State Expenditures for the year 2013 were fixed in State Budget Law in R\$ 72.74 billion, a marked increase (+13.6%) compared to approved for the year 2012.

By the 6th bimester, the authorized expenditure reached R\$ 85.42 billion, showing a considerable increase of 17.4% over the originally planned, therefore, R\$ 12.68 billion incorporated in the annual budgetary law. Excluding intra-budgetary expenditure from the analysis, the growth was R\$ 12.63 billion, an increase motivated by the opening of additional credits, which R\$ 5.93 billion supplemented the State Treasury and R\$ 6.70 billion to Other Sources of revenues. The main supplement was due to the entry of secured funds, which were not part of the initial budget: R\$ 4.19 billion in Loan (Credit Operation), R\$ 3.30 billion due in Legal Deposits not tax, R\$ 795 million in Covenants and R\$ 2.60 billion in Other Sources of Revenues (financial surpluses and revenue excess).

The additional credits opened this year were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on loan (credit operations), R\$ 936.24 million was allocated to the Deployment of New

Subway Lines, R\$ 450.00 million in Transport and Urban Development Management and R\$ 87.77 million in the Implementation of the Metropolitan Arch.

Regarding the execution, in 2013, R\$ 71.66 billion were liquidated. Excluding intra-budgetary expenditure and independent public companies (CEDAE and Official Press), R\$ 68.39 billion was executed. Of this amount, R\$ 48.46 billion were supported by revenues from the State Treasury and R\$ 19,93 billion from Other Revenues Sources.

The current expenditures of the State, also in the bimester (R\$ 14.28 billion) as well in the year (R\$ 58.41 billion), showed an improvement when compared with the execution of 2012: 36.6% in the bimester and 10.0% in the year. In absolute values, the variation was R\$ 3.82 billion (in the bimester) and R\$ 5.33 billion (up to december), excluding the value of FUNDEB, which presents an execution of R\$ 5.41 billion this year. The expenses in the Payroll Group showed a considerable spotlight: R\$ 18.62 billion was executed, an increase of 29.2% compared to 2012 (+R\$ 4.21 billion). This increase was motivated, in large part, by the improvements made in the careers of Public Security, here included the Departments of Civil Defense and Security (PCERJ and PMERJ), of Education and Public Health.

Other Current Expenditure corresponded to 58.5% of total paid (R\$ 36.86 billion), excluding FUNDEB, presenting a growth of 2.3% compared to the last year. This increase is explained by the fortification of certain strategic actions of the State: in the social function, the Operationalization of the Single Ticket, the Better Revenue and the Social Rent, together, totaled R\$ 790.74 million in expenses paid in 2013, an increase of 9.4% (+R\$ 67.79 million) over 2012. In Public Health, the actions were responsible for R\$ 2.60 billion of resources spent: an increase of 48.7% (+R\$ 852.08 million).

The resources invested by the State in Investments and Financial Inversions totaled R\$ 7.15 billion, positive variation of 29.4% over the same period of 2012, an increase of R\$ 1.63 billion. The amount paid was essential to support important state actions: Retrofitting of Educational Units; Reform of Maracanã Complex; Implementation of Infrastructure Projects, Developing New Subway Lines; Implementation of the Metropolitan Arch, among others.

The Mandatory Constitutional Transfers showed high implementation rate in 2013: an increase of 9.9%, (+R\$ 976.18 million). The calculations of partial indexes show the evolution of expenses, will be enforced at the end of the year, as established by Law.

The index of Education showed a small improvement compared to the same period of the last fiscal year (+0.39 percentage points). However, can observe the strengthening implementation of the index: increase of 15.1% your revenue base (+R\$ 4.26 billion), resulting in a higher liquidation this year (16.8%, +R\$ 1,20 billion).

In Health, the constitutional index indicated an execution similar with the expenditures executed in 2012. The revenue base and the liquidated expense index increased in 2013: +15.1% (+R\$ 4.26 billion) and +14.3% (+R\$ 488,60 million) respectively.



The FAPERJ index presented a minimal execution, respecting the percentage established in the State Constitution, reaching 2.0% application of its base revenue. Compared to the same period in 2012, its implementation has shown an increase of 15.0% (+R\$ 50.74 million).

The FECAM index, in 2013, has performed 6.0% (R\$ 426.86 million) from his base revenue. Compared to 2012, the index showed a decline in his base revenue (-4.1%, -R\$ 299.68 million) and a growth in his expenditure settled (+3.2%, +R\$ 13.08 million).

The FEHIS has presented an increment in his base revenue (+8.3% + R\$ 213.76 million) and in his expenditure this year: +2.2%, +R\$ 6.41 million .

Lastly, the Box shows the progression of expenditures in Public Health, made by the Rio de Janeiro Government in the last years.

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The world economy has strengthened in the second half of 2013, and improvement for growth is expected for 2014. However, growth is moderate and uneven across regions. While the pace of growth in developed countries has shown steady and stable, supported by accommodative monetary policy and better fiscal arrangement, it lost some vigor in emerging economies due to persistent structural impediments, political uncertainty and volatile financial market conditions. According to IMF² projections, world GDP grew 3.0% in 2013, and the expectation for 2014 is growth of 3.7%, due to the perspective of U.S. growth (2.8% in 2014, from 1.9% in 2013) and overcoming of recession in the Euro zone (1.0% vs. -0.4%). It is also expected the increase of international trade with the improvement of developed economies (4.5% in 2014, against 2.7% in 2013).

In the United States, real GDP growth remained robust in the fourth quarter of 2013, thanks to increasing in expenditure on items of personal consumption and exports. Interestingly, despite the upward trend in the U.S. economy, the pace of job creation in the country slowed in the last month of 2013 due to unusually cold weather, and the unemployment rate dropped further in December, with more workers leaving the force job. Continuing the trend from the end of 2013, for 2014 is expected to grow at 2.8% of U.S. GDP, driven by expected growth in domestic demand and improving in fiscal conditions, the latter as a result of fiscal adjustment of the federal government. The improved economic outlook led the Federal Open Market Committee (FOMC), in January 2014, to determine the reduction in the monthly pace of asset purchases at over \$ 10 billion (to \$ 65 billion) from February.

The economic indicators of the last quarter of 2013 point to the exit of the Euro Zone from the recession, with GDP growing 0.5% in this period, compared to the fourth quarter of 2012. The economic recovery is explained by the strengthening of external demand, while domestic demand is recovering (the high level of debt, public and private, and fragmentation should minimize the economic advances in domestic demand), and the recovery of the member states: Germany and France with stable growth (0.5% and 0.2% in 2013, respectively), Spain and Portugal out of recession, and Italy reducing its rate of decline.

As for the Japanese economy, monetary and fiscal policies in 2013 resulted in GDP growth at 1.7%, compared to 2012, and homogeneous increase in industrial confidence (small, medium and large companies). However, the expectation is of deceleration in growth, due to the end of these stimuli. In particular, it is expected the decline in domestic demand with the tax increase scheduled for April 2014.

Among the emerging markets, China stands out with the recovery of the economy in the second half of 2013 due to increase in investments, in particular. There is, however, uncertainty about the sustainability of its growth considering that the announced policies are aimed at lowering credit growth and the increased cost of capital.

¹ This analysis uses data available to February 27, 2014.

² World Economic Outlook Update, January 2014.

In Brazil, after the negative result in the third quarter (-0.5%), GDP increased above expectations in the fourth quarter of 2013, compared to the previous quarter (+0.7%), which contributed to an annual GDP (+2.3%) also slightly above expectations (+2.1%). The fourth quarter results were achieved even with negative growth industry (-0.2%), being pulled by services (+0.7%). During the year, the industry grew by 1.3% (-0.8% in 2012) despite the low retrospect of oil & gas and mining (-2.9%), with emphasis on electricity, gas, water, sewage and urban cleaning (+2.9%). The manufacturing industry grew by 1.9% (-2.4% in 2012). The services sector grew by 2.1% (+1.7% in 2012), with emphasis on information services (+5.3%). The APU, public education and public health, with great weight in services segment, grew 2.1%. Despite the low share of GDP, agriculture was the highlight of the year by presenting increase of 6.4% (-2.4% in 2012).

On the demand side, emphasis on gross fixed capital formation, which grew surprising 6.2% (-4.0% in 2012). The growth of household consumption in 2013 (+2.3%) was lower than in 2012 (+3.2%), which can be attributed to the permanent increase in income in 2013.

Data from the Monthly Industrial Survey (IBGE) also show the poor performance of the industry in 2013 (+1.1%), especially considering the comparison base in 2012 (-2.5%). Industrial growth mainly concentrated in the first half, which grew by 2.1% (compared to the first half of 2012). The second half, marked by rising interest rates and falling business confidence, recorded a slight increase of 0.3% compared to the same period in 2012. Even having recovered in the last half of the year, the oil & gas and mining closed the year falling 4.1%. Manufacturing industry, on the other hand, grew 1.5%, with highlights for 'Other transport equipment' (+8.0%), 'Miscellaneous (+7.6%) and 'Oil refining and alcohol' (+7.3%).

Unlike industry, consumption had a positive change in all retail sales segments in 2013 (expanded retail trade inclusive), compared with the same period last year. The growth of 4.3% (restricted retail) can be largely explained by federal policy to stimulate consumption. However, it should be recorded that growth in 2013 is slightly lower than in 2012 (+5.1%). The 'Furniture and appliances' segment had positive growth of 4.9% and 'Other articles of personal and domestic use' grew 10.3% in 2013. Also noteworthy are the 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+10.2%), 'Building material' (+6.9%) and 'Fuel and lubricants' segments (+6.3 %).

Another determinant for the weak GDP performance was the external sector. In the Balance of Trade, imports increased considerably between 2012 and 2013 (+7.4%), with emphasis on Petroleum (+21.7%). Exports remained stable (-0.16%), and the negative highlight is the same, Petroleum (-36.2%). The total Balance of Trade recorded a surplus of only U.S. \$ 2.6 billion in 2013. In 2012, the balance recorded a surplus of U.S. \$ 19.4 billion and in 2011, a surplus of U.S. \$ 29.8 billion.

Inflation measured by the variation of the Consumer Price Index (IPCA) was 5.91% in 2013, above market expectations and variation in 2012 (5.84%). In December, the percentage change was 0.92%, the highest for the month since 2002. Disaggregating the index, it appears that the main villains were: 'Food and beverages' (+8.48%), 'Personal expenses' (+8.39%) and 'Education' (+7.94%). Market prices increased 7.29% in 2013, most in ten years (6.56% in 2012), and administered prices, only 1.54% (3.65% in 2012). Even with the expected reduction in 'Food and beverages' in 2014, the projection is of an increase in the IPCA at the end of 2014 (compared to 2013), mainly due to administered prices: +4.10% (estimated

inflation for administered prices) and +6.00% (estimated for IPCA). In January 2014, the Selic rate rose from 10.0% to 10.5%. The expectation for the end of 2014 is 11.25%.

Data from the Monthly Employment Survey (IBGE) and CAGED show that the number of employees (total and with a formal contract) continued to grow in 2013, but lower than the 2012 rates. In 2013, the unemployment rate reached a monthly average of 5.4% and December had the lowest rate of the series started in 2002 (4.3%). In 2012, the average rate was 5.5%; and in 2011, 6%. Whereas the generation of formal jobs, according to the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), the pace of job creation in 2013 was slower than in the previous year. In 2013, 1.20 million net jobs were created, 15% lower than the number 2012, and 43% lower than in 2011.

The collection of federal revenues, both administered by the RFB and by other agencies, amounted to R\$ 1.14 trillion during 2013. This result represented nominal and real increase of 10.6% and 4.1% (IPCA), compared to 2012. In November 2013, the monthly federal revenues hit record and totaled R\$ 112.5 billion, which represented a significant jump of 34.4% in nominal terms and 27.1% in real terms (IPCA), comparing with the same month last year. In December 2013, it was no different, there was a substantial increase of 14.6% (nominal) and 8.3% (real), compared to the same month of 2012, reaching R\$ 118.4 billion.

Among the several factors that contributed to this result in the year are: installment debts program established by Law No. 12.865/2013 which accounted for R\$ 21.78 billion by December 2013; extraordinary collection of PIS/COFINS and income tax/social contribution of R\$ 4.0 billion due to legal deposit and sale of shares, in addition to R\$ 2.5 billion on issue of the official letter and legal charges of income tax/social contribution in the same month; tax expenditure; and the performance of key macroeconomic indicators that influence the collection of taxes.

The main real decreases (IPCA) in 2013 over the previous year were recorded in the following taxes: Cide-fuels (-98.8%); IPI-cars (-20.3%); IPI-Linked imports (-10.4%); IOF (-10.1%); and IRRF-Capital income (-1.7%). On the positive side, showed real increases (IPCA): Other income administered by the RFB (+23.7%); Import Tax (+12.6%); IRRF-Capital income (+9.5%); income tax (+9.0%); COFINS (+8.6%); social contribution (+7.5%); IRRF-Income from employment (+6.9%); PIS/PASEP (+5.7%); and Revenue pension (+3.4%)³.

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The state industry fell 3.0% in December from the previous month, seasonally adjusted, after showing positive growth 0.2% last November. Compared to the same period last year, industrial production fell by 6.1%, higher than that observed for the country (-2.3%). In the year there was a 0.1% increase. This scenario shows the recovery of the industry in the state, although still highly volatile, reflecting uncertainty about the domestic macroeconomic framework and the international situation. In 12 months, Rio's industrial sector accumulated growth of 0.1%, against 1.2% in Brazil.

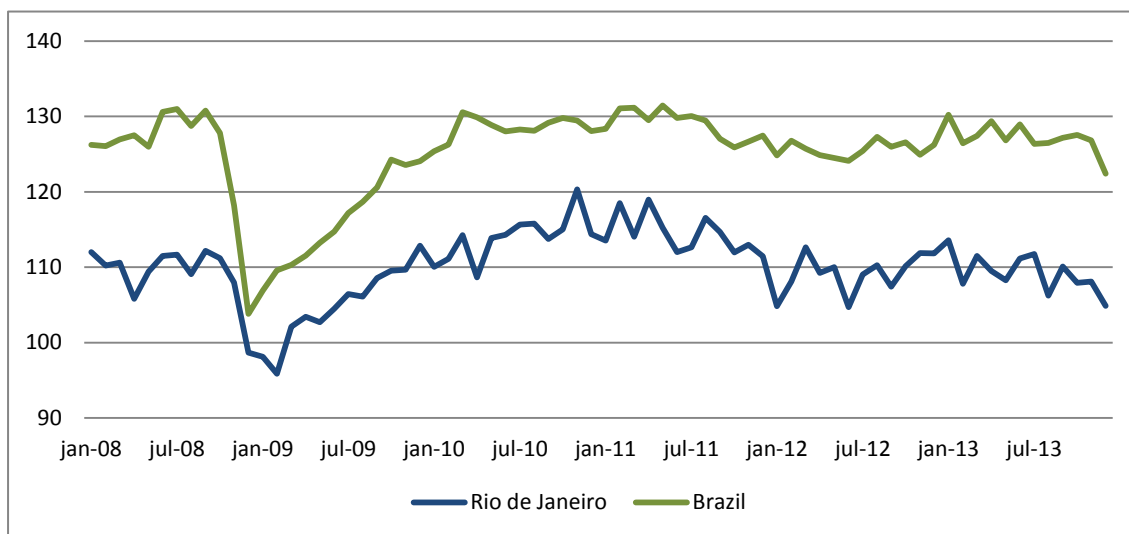
³ Data from RFB.

In terms of the main aggregates in the state, the oil & gas and mining and the manufacturing industry in December fell by 6.1% and 6.0%, respectively, over the same period last year. Nationally, the oil & gas and mining and manufacturing industries fell by 6.3% and 2.0%, respectively, over the same period of 2012.

The analysis of thirteen industrial activities in RJ reveals that ten of all decreased compared to the previous month. The main negative impact occurred in the Pharmaceutical sector (-34.9%) down mainly by lower manufacturing of medicines. It is also worth mentioning the decreases Publishing, printing and reproduction of recorded media (-20.8%), Oil & Gas and Mining (-6.2%) and Basic Metals (-9.2%), explained largely by lower production of CDs and newspapers, in the first segment, of crude oil in the second, and carbon steel rebar, sheets, tin plate, tubes and profiles of cast iron, cold rolled coils carbon steel and aluminum alloys, unwrought, for the latter. On the other hand, the main positive contributions came from Rubber and Plastic (+39.3%) and Petroleum Refining and Alcohol Production (+5.1%), driven in large part by increasing in production of articles plastic household, tires, plates, sheets, film, foil and strip of plastics, plastic parts and accessories for motor vehicles and garbage bags, in the first sector, and automotive gasoline and basic lubricants for the latter.

On a quarterly basis, the state industry fell 3.7% in October-December 2013 compared to the same period last year, after presenting consecutive positive rates in the previous three quarters. This loss of momentum in production was observed in seven of the thirteen surveyed sectors, especially Automotive Vehicles, which rose from 22.3% in the third quarter to -7.1% in the following quarter. It is also worth mentioning the decreases observed in other Chemical Products (from 13.4% to -2.6%), Pharmaceuticals (16.9% to 0.3%) and Publishing, printing and reproduction of recorded media (-4, 1% to -16.1%). On the other hand, among the sectors with gains between the two periods, highlights Metallurgy (-15.2% to -11.5%), Perfumes, soaps, detergents and cleaning products (-2, 1% to 11.7%) and Rubber and Plastic (21.9% to 34.1%).

Graph 1
General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)



Source: PIM/IBGE

Commerce. The state of Rio de Janeiro, in comparison with Brazil, had higher growth in volume of retail sales in four of the ten segments of expanded retail trade in the last two months of the year compared with the same period of the previous year. During the year, the ERJ does not exceed the national average in four segments: 'Fuels and lubricants', 'Textiles, clothing and footwear', 'Furniture and household appliances' and 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery'.

The highlights in RJ are 'Equipment and office supplies, computer and communication', 'Other articles of personal and domestic use' and 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces'. The first two, by presenting growth above 30% and 15% (respectively) until the 4th quarter, generated increase in volume of sales well above the national in the year: 25.2% in the first segment (against 7.2%, national), and 18.1% in the second (against 10.3%). The third excels due to high in November-December (11.2%), and the difference with the national average is even bigger due to low national retrospect this sector of in previous month (2nd half of the year) when retractions were observed in the index compared to the previous year.

The negative highlight is, as in previous months, the segment 'Furniture and appliances'. Despite the decline in sales volume in the November-December (-0.1%), the first two month periods of the year were mainly responsible for the single drop in year in RJ (-0.8%). The 'Textiles, clothing and footwear' segment also showed negative change in some month, which eventually result in compromising the year that, despite small, remained positive (+0.3%).

Considering the overall rates of sales volume (restricted and expanded), it is noted that the ERJ presented a more positive year retrospect than the national in both: +5.0% and +4.3% (restricted) and +6.1% and +3.6% (expanded).

Table 1

Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	RJ		BR	
	Nov.-Dec.	YTD through December	Nov.-Dec.	YTD through December
Fuels and lubricants	4.6	5.9	7.3	6.3
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	2.3	2.7	3.9	1.9
Textiles, clothing and footwear	1.7	0.3	4.2	3.5
Furniture and appliances	-0.1	-0.8	3.2	4.9
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	8.7	7.4	12.3	10.2
Books, newspapers, magazines and stationery	4.9	4.4	2.4	2.6
Equipment and office supplies, computer and communication	12.8	25.2	10.1	7.2
Other articles of personal and domestic use	19.1	18.1	9.3	10.3
Retail Trade	5.2	5.0	5.3	4.3
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	11.2	7.9	2.0	1.5
Building material	2.3	7.8	5.3	6.9
Expanded Retail Trade	6.5	6.1	4.3	3.6

Source: PMC/IBGE.

I.III Labor Market

The economically active population (PEA) of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) in December of 2013 fell 0.69% over the same period last year. This result is explained by the fall in the last two-months, YoY, when the PEA decreased 1.4%. Consequently, there was a drop in the unemployment rate in December 2013, reaching 3.7, the lowest of the series started in March 2002.

The occupation also showed a decrease (-0.38%) in December 2013, YoY, but not significant, that is, approximately, it kept the score from the previous year. It is observed that half of the positions are occupied by registered employees in the state (in December), growing 0.85% in the period. In second place lies the informal sector (36%), with self-employment (+2.2%) and unregistered employees (-11.2%). Still outnumber the 'Military or civil servants' (+9.7%).

Evaluating the economic sectors in the period, the occupation in Rio de Janeiro was driven by hiring in 'Public administration and defense, social security, education, health and social services' (+2.5%), accounting for 20% of employment in December, 'Trade, repair of automotive vehicles and of personal and household goods' (+0.87%), corresponding to 19%, and 'Financial intermediation and real estate activities, rentals and services to the company' (+0.23%), corresponding to 16%. On the other hand, all other sectors showed contraction in employment, especially 'Domestic services', down 5.7% (6% share).

Evaluating only the formal jobs, the CAGED shows that in 2013 there was net admissions in the State of Rio de Janeiro in the amount of 100,808. This result is a consequence of net admissions in the sector 'Service' (+50,966), 'Trade' (+24,467) and 'Construction' (+14,665). Although the 'Service' sector in 2013 has generated a greater number of admissions than in 2012 (in 12 months), the number of dismissals in the recent period was higher, which resulted in a reduction of 31.3% of net admissions in the comparison between periods.

As for the average real income – at December 2013 prices –, there was a significant real increase (+6.4%) over the past 12 months (December). This growth is higher than the national average (+3.6%) for the same period.

I.IV Inflation

The Consumer Price Index Broad, IPCA, for the State of Rio de Janeiro registered an increase of 0.75% and 1.16% in the months of November and December, respectively. Regarding Brazil, the indices presented in the same period were 0.54% and 0.92%. It is emphasized that Rio de Janeiro has reached in the year, up 6.2%, lower than the same period of 2012 (+7.3%) variation. With respect to Brazil, the annual accumulated was 5.9%.

In the period in question, inflation in Rio de Janeiro and in Brazil was within the range established by the Central Bank, which the ceiling is 6.50%. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM went ahead with the process of raising the Selic rate, closing the year at 10.0%.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Index 6 th period of two months	RJ		Last 12 months (December)	
	Nov.	Dec.	RJ	BR
General Index	0.75	1.16	6.16	5.91
Foods and Beverages	0.21	1.32	9.34	8.48
Housing	1.76	0.89	4.80	3.40
Household Articles	0.23	1.84	7.93	7.12
Clothing	0.44	1.78	5.16	5.38
Transport	0.30	1.55	3.19	3.29
Health and Personal Care	0.45	0.40	7.85	6.95
Personal Expenses	2.08	1.57	6.43	8.39
Education	0.39	0.04	7.67	7.94
Communication	0.51	0.87	1.45	1.50

Source: IPCA/IBGE.

The groups that contributed most in shaping the December index were 'Foods and Beverages', 'Transport' and 'Housing' with respective weights 23.42%, 17.67% and 16.52% and increases of 1.32%, 1.55% and 0.89%. The 'Food and Beverage' group was mainly influenced by domestic food, which had an increase of 9%. The 'Transport' group was pressured by higher gasoline and diesel granted by the Federal Government, in late November. Regarding 'Housing', the residential rental item increased by 12.56%.

Among the groups that suffered the greatest deceleration from November to December, are: (i) 'Personal Expenses' (from 2.08% to 1.57%), influenced mainly by the reduction in the price of Recreation, Photography and Smoke and (ii) 'Education' (0.39% to 0.04%) due to the price drop of Reading and Stationery items.

I.V External Sector

The exports through RJ reached U.S. \$ 21.3 billion in the year, down 26.0% compared to the same period of 2012. With the exception of October, every month declined YoY. On the import side, there was growth in the period of entry of goods (+5.5%) to \$ 21.6 billion. The annual balance in 2013 was U.S. \$ 301 million deficit, considerably different result obtained in 2012, with a surplus of \$ 8.3 billion.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁴.

A economia mundial se fortaleceu na segunda metade de 2013, com expectativa de melhora em 2014. Contudo, o crescimento é moderado e desigual entre as regiões. Enquanto o ritmo de crescimento nos países desenvolvidos se mostra constante e estável, apoiados na política monetária acomodatória e no melhor arranjo fiscal, este perdeu um pouco o vigor nas economias emergentes devido a impedimentos estruturais persistentes, incertezas políticas e condições voláteis no mercado financeiro. Segundo as projeções do FMI⁵, o PIB mundial cresceu 3,0% em 2013; a expectativa para 2014 é de crescimento de 3,7%, devido ao aumento do crescimento americano (2,8% em 2014, contra 1,9% em 2013) e a saída da Zona do Euro da recessão (1,0% contra -0,4%). Também é esperado o aumento do comércio internacional com a melhora das economias desenvolvidas (4,5% em 2014, contra 2,7% em 2013).

Nos Estados Unidos, o crescimento real do PIB manteve-se robusto no quarto trimestre de 2013, graças ao aumento da despesa em itens de consumo pessoal e exportações. É interessante observar que, apesar da trajetória ascendente da economia americana, o ritmo de criação de emprego no país abrandou no último mês de 2013 devido ao clima excepcionalmente frio; e a taxa de desemprego caiu ainda mais em dezembro, com mais trabalhadores abandonando a força de trabalho. Continuando a trajetória do fim de 2013, para 2014 é esperado crescimento de 2,8% do PIB americano, explicado pela expectativa de crescimento da demanda doméstica e melhora das condições fiscais, este último em consequência do ajuste fiscal do governo federal. A melhora das perspectivas econômicas levou o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), em janeiro de 2014, a determinar a redução do ritmo mensal de compras de ativos em mais US\$ 10 bilhões (para US\$ 65 bilhões) a partir de fevereiro.

Os indicadores econômicos do último trimestre de 2013 apontam a saída da Zona do Euro da recessão, com o PIB neste período crescendo 0,5%, em relação ao quarto trimestre de 2012. A recuperação econômica é explicada pelo fortalecimento da demanda externa, embora a demanda interna esteja se recuperando (o alto nível de endividamento, público e privado, e a fragmentação econômica devem minimizar os avanços da demanda interna); e da própria recuperação dos países membros: Alemanha e França com crescimento estável (0,5% e 0,2% em 2013, respectivamente), Espanha e Portugal emergindo da recessão, e Itália reduzindo sua taxa de declínio.

Quanto à economia japonesa, as políticas monetárias e fiscais em 2013 culminaram no crescimento do PIB em 1,7%, em relação a 2012, e aumento homogêneo da confiança na indústria (pequenas, médias e grandes empresas). Contudo, a expectativa é de desaceleração do crescimento, devido ao fim destes estímulos. Em especial, espera-se a redução da demanda interna com o aumento de impostos programado para abril de 2014.

Entre os emergentes, a China se destaca com a recuperação da economia no segundo semestre de 2013 devido ao aumento de investimento, em especial. Há, entretanto, incerteza em relação à sustentabilidade

⁴ Esta análise utiliza dados disponíveis até 27/02/2014.

⁵ World Economic Outlook Update, Janeiro 2014.

de seu crescimento tendo em vista que as políticas anunciadas estão voltadas à diminuição do crescimento do crédito e ao aumento do custo de capital.

No Brasil, após amargar um resultado negativo no terceiro trimestre (-0,5%), o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou alta, acima das expectativas, no quarto trimestre de 2013 em relação ao trimestre anterior (+0,7%), o que contribuiu para um PIB anual (+2,3%) também levemente acima das expectativas (+2,1%). O resultado do quarto trimestre foi alcançado mesmo com variação negativa da indústria (-0,2%), sendo puxado por serviços (+0,7%). No ano, a indústria cresceu 1,3% (-0,8% em 2012) apesar do baixo retrospecto da indústria extrativa (-2,9%), com destaque para 'Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana' (+2,9%). O segmento 'Indústria da transformação' cresceu 1,9% (-2,4% em 2012). O setor de serviços cresceu 2,1% (+1,7% em 2012), com destaque para 'Serviços de informação' (+5,3%). O segmento 'APU, educação pública e saúde pública', de grande peso em serviços, cresceu 2,1%. Apesar do baixo peso no PIB, 'Agropecuária' foi o destaque do ano ao apresentar alta de 6,4% (-2,4% em 2012).

Pela ótica da demanda, destaque para 'Formação Bruta de capital fixo', que cresceu surpreendente 6,2% (-4,0% em 2012). O crescimento de 'Consumo das famílias' em 2013 (+2,3%) foi inferior ao de 2012 (+3,2%), o que pode ser atribuído ao permanente aumento dos juros em 2013.

Dados da Pesquisa Industrial Mensal (IBGE) mostram o fraco desempenho da indústria em 2013 (+1,1%), principalmente se considerarmos a base de comparação em 2012 (-2,5%). O crescimento industrial se concentrou basicamente no primeiro semestre, que cresceu 2,1% (em relação ao primeiro semestre de 2012). O segundo semestre, marcado pelo aumento dos juros e pela queda de confiança dos empresários, registrou leve alta de 0,3% em relação ao mesmo semestre de 2012. Mesmo tendo se recuperado nos últimos 2 trimestres do ano, a indústria extrativa fechou o ano em queda (-4,1%). Já a indústria de transformação fechou o ano com alta de 1,5%, com destaques para 'Outros equipamentos de transporte' (+8,0%), 'Diversos' (+7,6%) e 'Refino de petróleo e álcool' (+7,3%).

Diferentemente da indústria, o consumo apresentou variação positiva em todos os segmentos do comércio varejista (inclusive ampliado) em 2013, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O crescimento de 4,3% (comércio varejista restrito) pode ser, em grande parte, explicado pela política federal de estímulo ao consumo. No entanto, deve ser registrado que o crescimento em 2013 é ligeiramente inferior ao verificado em 2012 (+5,1%). O segmento 'Móveis e eletrodomésticos' apresentou variação positiva de 4,9% e 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' cresceu 10,3% em 2013. Destacam-se também os segmentos 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+10,2%), 'Material de construção' (+6,9%) e 'Combustíveis e lubrificantes' (+6,3%).

Outro determinante para o fraco desempenho do PIB foi o setor externo. Na balança comercial, as importações aumentaram consideravelmente entre 2012 e 2013 (+7,4%), com destaque para 'Óleos brutos de petróleo' (+21,7%). Já as exportações ficaram praticamente estáveis (-0,16%), e o destaque negativo é o mesmo, 'Óleos brutos de petróleo' (-36,2%). O saldo total da balança comercial registrou um superávit de apenas R\$ 2,6 bilhões em 2013. Em 2012, o saldo apresentou superávit de US\$ 19,4 bilhões e, em 2011, superávit de US\$ 29,8 bilhões.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 5,91% em 2013, acima das expectativas de mercado e da variação em 2012 (5,84%). Em dezembro, a variação percentual foi de 0,92%, a maior para o mês desde 2002. Desagregando o índice, verifica-se que os principais vilões foram: 'Alimentação e bebidas' (+8,48%), 'Despesas pessoais' (+8,39%) e 'Educação' (+7,94%). Os preços livres aumentaram 7,29% em 2013, maior alta em dez anos (6,56% em 2012); e os preços administrados, apenas 1,54% (3,65% em 2012). Mesmo após esperada redução em 'Alimentação e bebidas' em 2014, as expectativas são de elevação do IPCA ao final de 2014 (em relação a 2013) em função, principalmente, dos preços administrados: +4,10% (estimativa de inflação para preços administrados) e +6,00% (estimativa para IPCA). Em janeiro de 2014, a taxa Selic subiu de 10,0% para 10,5%. As expectativas para o final de 2014 são de 11,25%.

Dados da Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE) e CAGED mostram que o número de empregados (total e com carteira assinada) continuou crescendo em 2013, mas a taxas inferiores às de 2012. Em 2013, a taxa de desocupação atingiu a média mensal de 5,4% e dezembro registrou a menor taxa da série histórica iniciada em 2002 (4,3%). Em 2012, a taxa média foi de 5,5%. E em 2011, 6%. Considerando a geração de empregos com carteira assinada, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o ritmo de criação de novos postos de trabalho em 2013 foi mais lento do que no ano anterior. Em 2013, 1,20 milhão de postos líquidos de trabalho foram criados, 15% inferior ao número de 2012, e 43% inferior ao de 2011.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB, quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 1,14 trilhão durante o ano de 2013. Esse resultado representou aumento nominal de 10,6% e real de 4,1% (IPCA), em relação a 2012. Em novembro de 2013, a arrecadação federal mensal bateu recorde e somou R\$ 112,5 bilhões, o que representou o salto expressivo de 34,4% em termos nominais e de 27,1% em termos reais (IPCA), comparando-se com o mesmo mês do ano anterior. Em dezembro de 2013 não foi diferente, houve aumento substancial de 14,6% (nominal) e de 8,3% (real), em relação ao mesmo mês de 2012, chegando ao valor de R\$ 118, 4 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: programa de parcelamento de débitos instituído pela Lei nº 12.865/2013 que contabilizou R\$ 21,78 bilhões até dezembro de 2013; arrecadação extraordinária de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL no valor de R\$ 4,0 bilhões em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária, além da arrecadação de R\$ 2,5 bilhões relativa a lançamentos de ofício e acréscimos legais do IRPJ/CSLL no mesmo mês citado acima; desonerações tributárias; e o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos.

Os principais decréscimos reais (IPCA) no ano de 2013 em relação ao ano anterior foram registrados nos seguintes tributos: Cide-Combustíveis (-98,8%); IPI-Automóveis (-20,3%); IPI-Vinculado à importação (-10,4%); IOF (-10,1%) e IRRF-Rendimentos de Capital (-1,7%). Pelo lado positivo, apresentaram aumentos reais (IPCA): Outras receitas administradas pela RFB (+23,7%); Imposto de Importação (+12,6%); IRRF-Rendimentos de capital (+9,5%); IRPJ (+9,0%); COFINS (+8,6%); CSLL (+7,5%); IRRF-Rendimentos do trabalho (+6,9%); PIS/PASEP (+5,7%) e Receita Previdenciária (+3,4%)⁶.

⁶ Dados da RFB.

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. A indústria fluminense recuou 3,0% em dezembro em relação ao mês anterior, na série ajustada sazonalmente, após mostrar variação positiva 0,2% em novembro último. Em relação ao mesmo período do ano anterior, a produção industrial teve queda de 6,1%, maior do que a observada para o país (-2,3%). No acumulado no ano houve expansão de 0,1%. Esse quadro mostra certa recuperação da indústria no RJ, embora ainda com forte volatilidade, refletindo incertezas quanto ao quadro macroeconômico doméstico e à situação internacional. No acumulado em 12 meses, o setor industrial fluminense acumula crescimento de 0,1%, contra avanço de 1,2% para o Brasil.

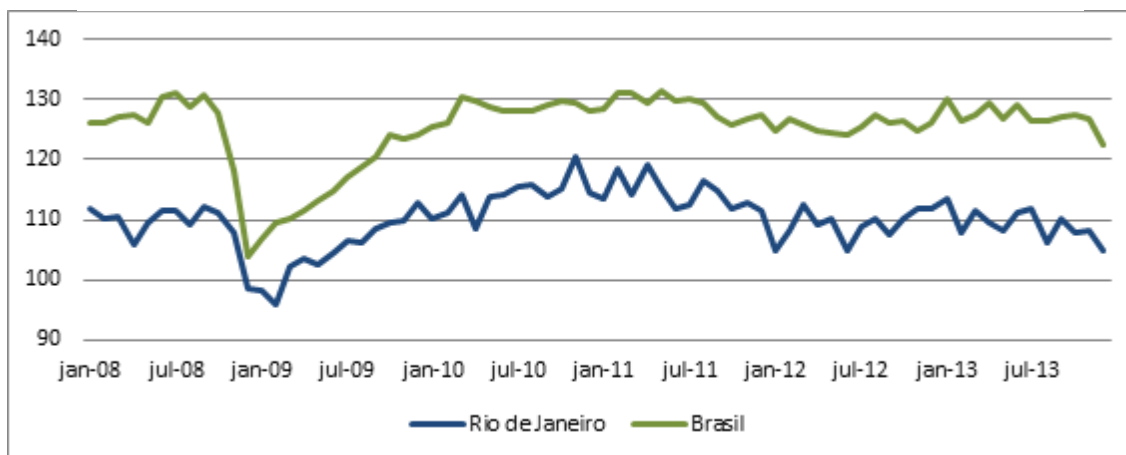
Em termos dos principais agregados, em dezembro as indústrias fluminenses de transformação e extrativa apresentaram queda de 6,0% e 6,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação apresentaram queda de 6,3% e 2,0%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2012.

A análise das treze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela que dez delas apresentaram queda em relação ao mês anterior. O principal impacto negativo ocorreu no setor farmacêutico (-34,9%) pressionado, sobretudo, pela menor fabricação de medicamentos. Vale mencionar também os recuos vindos de edição, impressão e reprodução de gravações (-20,8%), de indústrias extrativas (-6,2%) e de metalurgia básica (-9,2%), explicados, em grande medida, pela menor produção de CDs e jornais, no primeiro ramo; de óleos brutos de petróleo, no segundo; e de vergalhões de aços ao carbono, folhas-de-flandres, tubos e perfis de ferro fundido, bobinas a frio de aços ao carbono e ligas de alumínio em formas brutas, no último. Por outro lado, as contribuições positivas mais importantes vieram das atividades de borracha e plástico (39,3%) e de refino de petróleo e produção de álcool (5,1%), impulsionadas, em grande parte, pelo aumento na fabricação de artigos de plástico para uso doméstico, pneus, chapas, folhas, películas, tiras e lâminas de plástico, peças e acessórios de plástico para veículos automotores e sacos de lixo, no primeiro setor, e de gasolina automotiva e óleos lubrificantes básicos, no último.

Em bases trimestrais, a indústria fluminense recuou 3,7% no período outubro-dezembro de 2013 frente a igual período do ano anterior, após apresentar taxas positivas consecutivas nos três trimestres anteriores. Essa perda de ritmo na produção foi verificada em sete dos treze setores pesquisados, com destaque para veículos automotores, que passou de 22,3% no terceiro trimestre para -7,1% no trimestre seguinte. Vale citar também os recuos observados em outros produtos químicos (de 13,4% para -2,6%), farmacêutica (de 16,9% para 0,3%) e edição, impressão e reprodução de gravações (de -4,1% para -16,1%). Por outro lado, entre os ramos que apontaram ganhos entre os dois períodos, destacaram-se metalurgia básica (de -15,2% para -11,5%), perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (de -2,1% para 11,7%) e borracha e plástico (de 21,9% para 34,1%).

Gráfico 1

Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

Comércio. O estado do Rio de Janeiro, em comparação com o Brasil, apresentou crescimento superior no volume de vendas em quatro dos dez segmentos do comércio varejista ampliado no último bimestre do ano, quando comparado com igual bimestre do ano anterior. No ano, o ERJ não supera a média nacional em quatro segmentos: 'Combustíveis e lubrificantes', 'Tecidos, vestuário e calçados', 'Móveis e eletrodomésticos' e 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos'.

Os segmentos de principal destaque no ERJ são: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação', 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' e 'Veículos, motocicletas, partes e peças'. Os dois primeiros, por apresentarem crescimento acima de 30% e 15% (respectivamente) até o 4º bimestre, geraram alta no volume de vendas bem superior à nacional no ano: 25,2% no primeiro segmento (contra 7,2% de alta nacional), e 18,1% no segundo (contra 10,3%). Já o terceiro se destaca por apresentar alta elevada neste sexto bimestre (11,2%), e a diferença com relação à média nacional no ano se torna ainda maior em função do baixo retrospecto nacional deste setor em bimestres anteriores (3º e 4º bimestres), quando foram verificadas retrações no volume de vendas na comparação com o ano anterior.

O destaque negativo fica por conta, como nos bimestres anteriores, do segmento 'Móveis e eletrodomésticos'. Apesar da queda no volume de vendas no sexto bimestre (-0,1%), os dois primeiros bimestres do ano foram os principais responsáveis para a única queda no ano no ERJ (-0,8%). O segmento 'Tecidos, vestuário e calçados' também apresentou variações negativas em alguns bimestres, o que acabou comprometendo o resultado no ano, que apesar de pequeno, manteve-se positivo (+0,3%).

Considerando os índices de volume de vendas no geral (varejista e ampliado), nota-se que o ERJ apresentou um retrospecto mais positivo que a média nacional no ano em ambos: +5,0% e +4,3% (comércio varejista) e +6,1% e +3,6% (comércio varejista ampliado).

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	RJ		BR	
	Nov-Dez	Acumulado 2013	Nov-Dez	Acumulado 2013
Combustíveis e lubrificantes	4,6	5,9	7,3	6,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,3	2,7	3,9	1,9
Tecidos, vestuário e calçados	1,7	0,3	4,2	3,5
Móveis e eletrodomésticos	-0,1	-0,8	3,2	4,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,7	7,4	12,3	10,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	4,9	4,4	2,4	2,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	12,8	25,2	10,1	7,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,1	18,1	9,3	10,3
Comércio varejista	5,2	5,0	5,3	4,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	11,2	7,9	2,0	1,5
Material de construção	2,3	7,8	5,3	6,9
Comércio varejista ampliado	6,5	6,1	4,3	3,6

Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em dezembro de 2013 recuou 0,69% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado é explicado pela queda no último bimestre, na comparação anual, quando a PEA recuou 1,4%. Em consequência, observou-se a queda da taxa de desocupação em dezembro 2013, chegando a 3,7, a mais baixa da série histórica iniciada em março de 2002.

A ocupação também apresentou diminuição (-0,38%) em dezembro de 2013, na comparação anual, mas não significativa, isto é, aproximadamente, manteve o resultado do ano anterior. Observa-se que metade da ocupação no estado (em dezembro) é de postos de trabalho 'Com carteira assinada', com variação de 0,85% no período. Em seguida, encontra-se o setor informal (36%), com empregos 'Contra própria' (+2,2%) e 'Sem carteira assinada' (-11,2%). Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+9,7%).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+2,5%), correspondendo a 20% da ocupação em dezembro, 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (+0,87%), correspondendo a 19%, e 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (+0,23%), correspondendo a 16%. Por outro lado, todos os demais setores apresentaram retração na ocupação, destacando-se 'Serviços domésticos', com queda de 5,7% (6% de participação).

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram que em 2013 houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 100.808 postos. Este resultado é decorrente das admissões líquidas no setor ‘Serviço’ (+50.966), ‘Comércio’ (+24.467) e ‘Construção Civil’ (+14.665). Embora o setor ‘Serviço’ em 2013 tenha gerado maior número de admissões que em 2012 (acumulado em 12 meses), a quantidade de desligamentos no período recente foi superior, o que resultou na redução de 31,3% das admissões líquidas na comparação entre os períodos.

Quanto ao rendimento médio real – preços de dezembro de 2013 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real expressivo (+6,4%) nos últimos 12 meses (dezembro). Este crescimento é superior ao observado no país (+3,6%) para o mesmo período.

I.IV Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 0,75% e 1,16%, nos meses de novembro e dezembro, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados, no mesmo período, foram de 0,54% e 0,92%. Ressalta-se que o Rio de Janeiro alcançou, no acumulado do ano, +6,2%, variação inferior ao mesmo período de 2012 (+7,3%). No que tange ao Brasil, o acumulado anual foi de 5,9%.

No período em questão, a inflação, no Rio de Janeiro e no Brasil, ficou dentro do intervalo estabelecido pelo Banco Central, o qual o teto é 6,50%. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM deu prosseguimento ao processo de elevação da taxa SELIC, fechando o ano em 10,0%.

Tabela 2
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Índice 4º Bimestre	RJ		12 meses (Dez)	
	Nov	Dez	RJ	BR
Índice Geral	0,75	1,16	6,16	5,91
Alimentação e bebidas	0,21	1,32	9,34	8,48
Habituação	1,76	0,89	4,80	3,40
Artigos de Residência	0,23	1,84	7,93	7,12
Vestuário	0,44	1,78	5,16	5,38
Transportes	0,30	1,55	3,19	3,29
Saúde e Cuidados Pessoais	0,45	0,40	7,85	6,95
Despesas Pessoais	2,08	1,57	6,43	8,39
Educação	0,39	0,04	7,67	7,94
Comunicação	0,51	0,87	1,45	1,50

Fonte: IPCA/IBGE.

Os grupos que mais contribuíram na formação do índice de dezembro foram Alimentação e bebidas, Transportes e Habitação com os respectivos pesos 23,42%, 17,67% e 16,52% e aumentos de 1,32%, 1,55% e 0,89%. O grupo Alimentação e bebidas foi influenciado principalmente pelo item alimentação no domicílio, que teve um aumento de 9%. O grupo Transportes foi pressionado pelo aumento da gasolina e

do óleo diesel concedido pelo Governo Federal, no fim de novembro. Em relação à Habitação, o item aluguel residencial sofreu um aumento de 12,56%.

Entre os grupos que sofreram as maiores desacelerações de novembro para dezembro, estão: (i) Despesas Pessoais (de 2,08% para 1,57%), influenciada, principalmente, pela redução no preço de Recreação, Fumo e Fotografia e (ii) Educação (0,39% para 0,04%) em função da queda de preço dos itens Leitura e Papelaria.

I.V Setor Externo

As exportações realizadas no RJ alcançaram US\$ 21,3 bilhões no ano, queda de 26,0% em relação a igual período de 2012. Com exceção de outubro, todos os meses apresentaram queda na comparação anual. Do lado das importações, no período houve crescimento de entrada de mercadorias (+5,5%), alcançando US\$ 21,6 bilhões. O saldo anual em 2013 foi de déficit de US\$ 301 milhões, resultado consideravelmente diferente do obtido em 2012, com superávit de US\$ 8,3 bilhões.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2013 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 586/2013, publicada no mês de Janeiro.

- Receita Total Realizada⁷

Bimestre: R\$ 17.358,15 milhões / 126,0% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 76.603,46 milhões / 107,2% da meta realizada.

Tabela 3

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2013	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2013	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECETAS CORRENTES (1)	10.913,06	14.845,80	136,0%	59.226,05	66.395,82	112,1%
RECETAS DE CAPITAL (1)	2.866,82	2.512,35	87,6%	12.247,23	10.207,64	83,3%
TOTAL	13.779,88	17.358,15	126,0%	71.473,28	76.603,46	107,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes⁸ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital⁹ são os ingressos de recursos financeiros oriundos de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

No último bimestre de 2013, a receita total realizada, que equivale à soma das receitas corrente e de capital, superou a meta prevista para o período em 26%, totalizando R\$ 17.358,15 milhões. O resultado acumulado também foi positivo, uma vez que a receita realizada

No sexto bimestre, a receita total foi de R\$ 17.358,15 milhões, ultrapassando a meta prevista em 26%.

⁷ A Receita Total considerada nos relatórios de metas é bruta, ou seja, inclui o valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

⁸ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

acumulada ultrapassou em 7,2% a meta estabelecida para os meses Novembro e Dezembro.

Gráfico 3

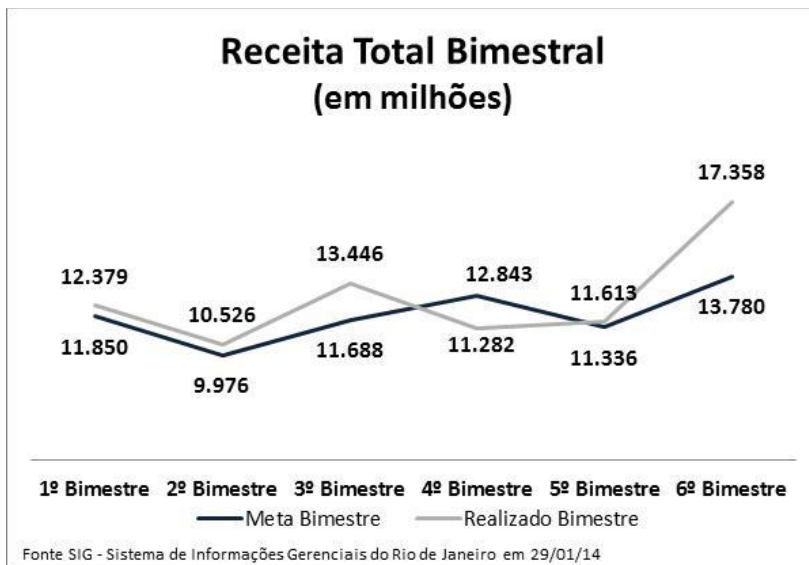
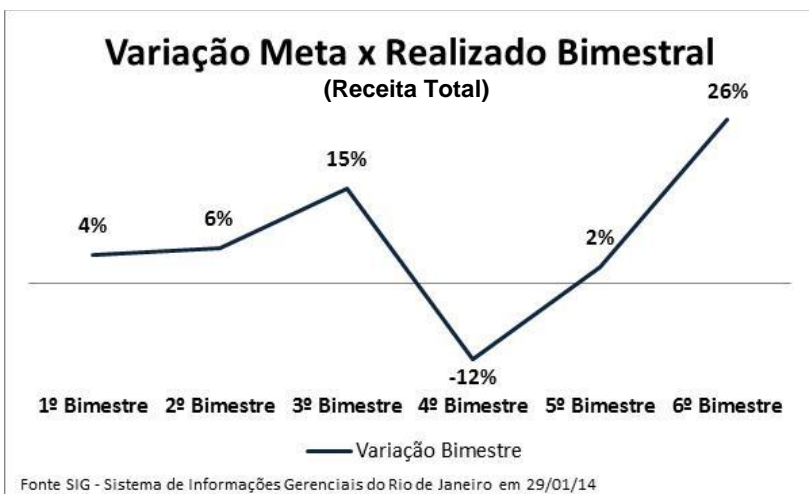


Gráfico 2



O resultado positivo alcançado no bimestre foi decorrente do bom desempenho das receitas correntes, que extrapolaram a meta em 36%. Já as receitas de capital atingiram 87,6% da meta, principalmente devido à postergação da sua realização para o próximo exercício, de acordo com o cronograma do Anexo V do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

No acumulado, a receita total realizada também excedeu a meta em 7,2%, alcançando R\$ 76.603,46 milhões no período. As receitas

No acumulado, as Receitas Correntes desempenharam papel essencial no bom resultado das Receitas Totais.

correntes realizadas somaram R\$ 66.395,82 milhões, representando um aumento de 12,1% em relação à meta.

Gráfico 5

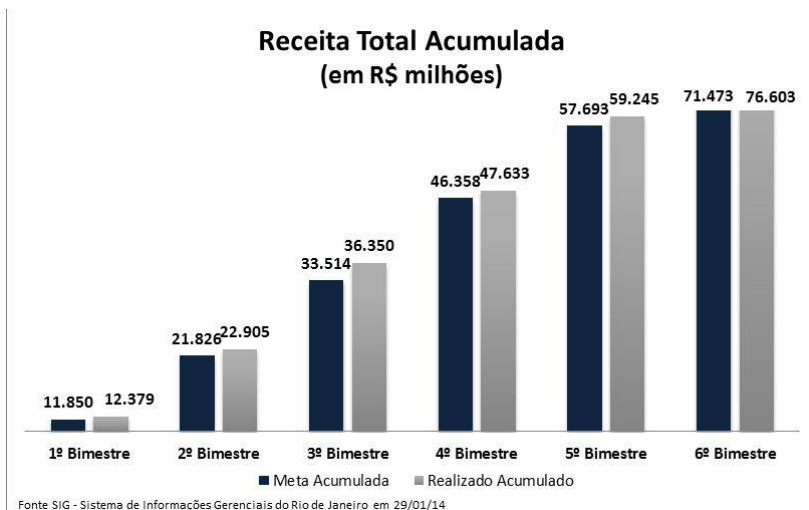
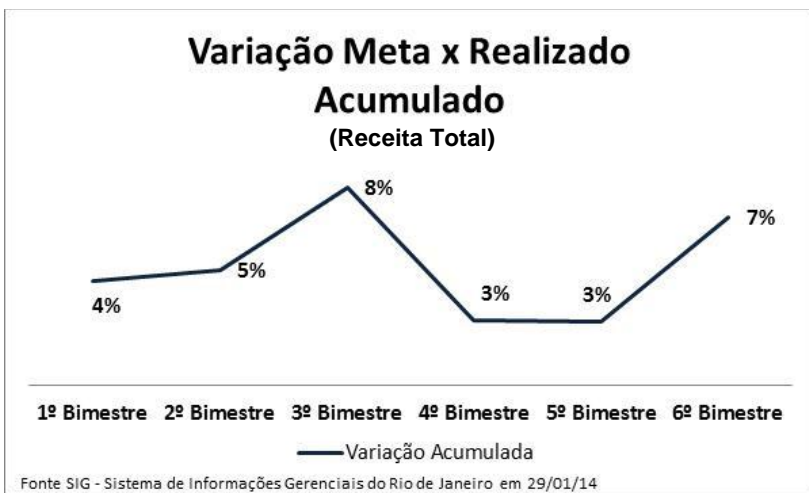


Gráfico 4



- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 14.845,8 milhões / 136,0% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 66.395,82 milhões / 112,1% da meta realizada.

Tabela 4
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2013	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2013	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECITAS CORRENTES (1)	10.913,06	14.845,80	136,0%	59.226,05	66.395,82	112,1%
TRIBUTÁRIA	6.433,00	7.251,45	112,7%	37.697,82	40.612,37	107,7%
CONTRIBUIÇÕES	314,84	248,86	79,0%	1.384,38	1.431,21	103,4%
PATRIMONIAL	2.042,84	2.123,27	103,9%	8.491,70	9.013,91	106,1%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,02	22,2%	0,48	0,12	24,1%
INDUSTRIAL	18,04	18,05	100,1%	108,22	162,32	150,0%
SERVIÇOS	89,56	60,72	67,8%	526,46	376,46	71,5%
TRANSF. CORRENTES	1.045,60	1.012,32	96,8%	6.076,74	5.760,66	94,8%
OUTRAS	287,96	3.542,31	1.230,1%	1.722,14	6.100,73	354,3%
INTRAORÇAMENTÁRIA	681,15	588,81	86,4%	3.218,11	2.938,03	91,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁰:

- a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como

¹⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

atividades industriais de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

No último bimestre de 2013, as Receitas Correntes ultrapassaram a meta prevista em + R\$ 3.932,74 milhões (+ 36%).

As receitas correntes tiveram um resultado positivo tanto no bimestre quanto no resultado acumulado. No bimestre, observa-se um aumento de 36% em relação à meta, e no acumulado, um aumento de 12,1% em relação ao esperado para essas receitas.

Gráfico 6

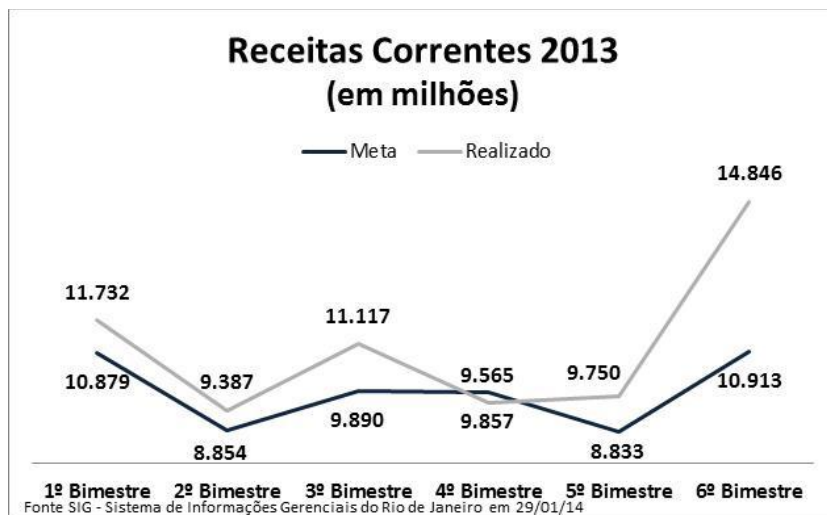
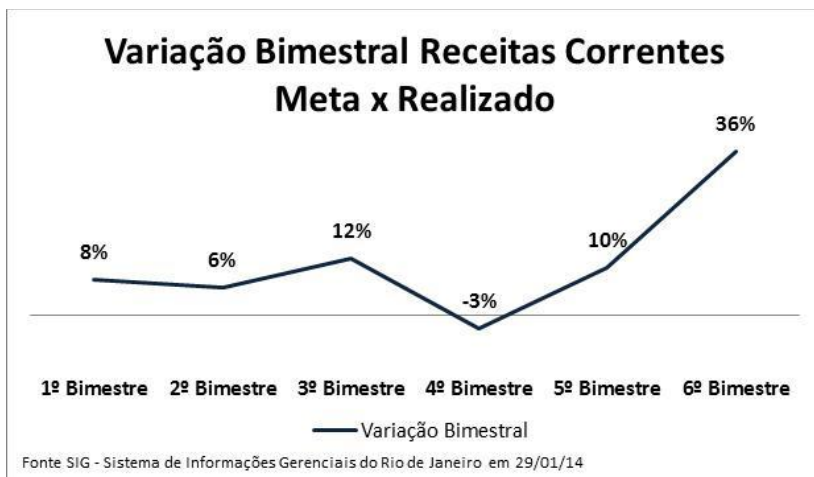


Gráfico 7

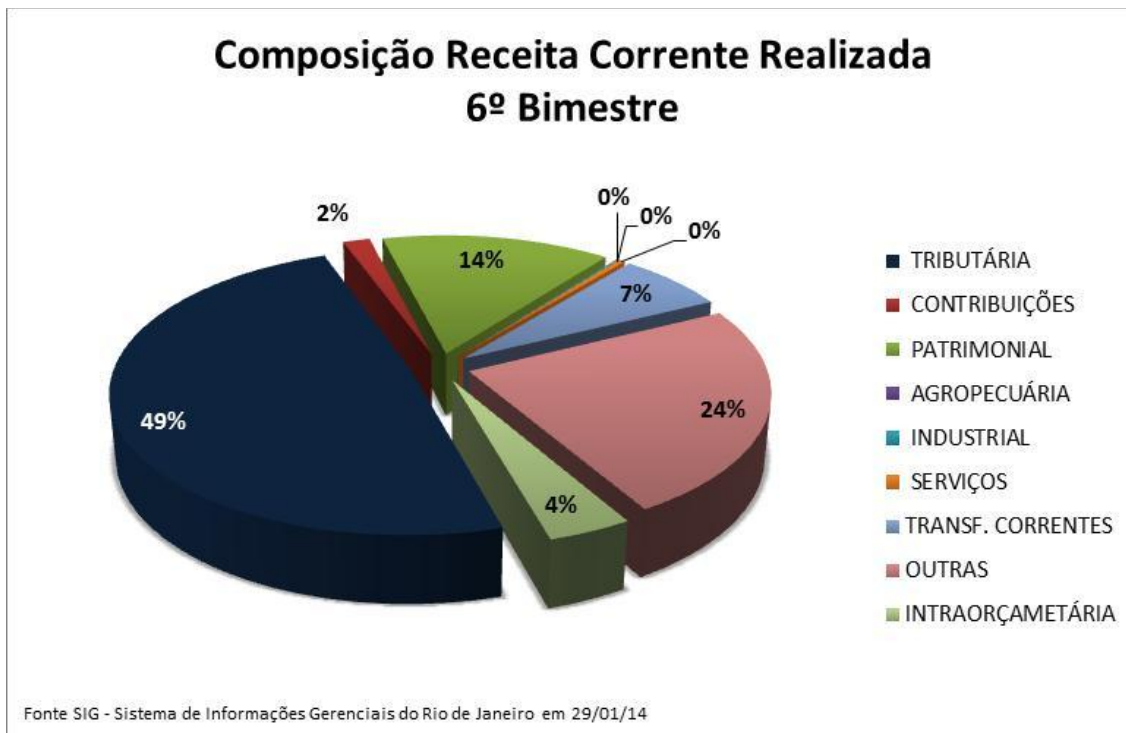


Entre as receitas correntes a mais significativa é a receita tributária, que superou a meta em 12,7%, com variação de R\$ 818,45 milhões no bimestre. Este resultado deve-se principalmente às receitas do ICMS, que alcançaram R\$ 5.629,14 milhões no bimestre, representando um aumento de 18,3% quando comparadas ao mesmo período de 2012. As receitas tributárias provenientes taxas, por sua vez, apresentaram alta de 20% em relação ao bimestre do ano anterior (+ R\$ 46,55 milhões), com destaque para os Emolumentos e Custas Extrajudiciais, que atingiram o valor de R\$ 61,60 milhões no período. As receitas patrimoniais alcançaram um valor de R\$ 2.123,27 no bimestre, apresentando um percentual de 3,9% acima da meta, com destaque para as receitas provenientes do petróleo no valor de R\$ 1.956,75 milhões.

Neste bimestre, destaca-se que devido à Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013, que determina a utilização de depósitos judiciais e extrajudiciais para pagamento dos precatórios, houve um aumento das outras receitas correntes atingindo R\$ 3.542,31 milhões.

No sexto bimestre, as receitas tributárias representaram 48,8% das receitas totais do Estado, considerando as receitas intraorçamentárias.

Gráfico 8



No acumulado, as receitas tributárias totalizaram R\$ 40.612,37 milhões, representando um aumento de 7,7% em relação à meta prevista. Mais uma vez, o destaque é receita de ICMS, - R\$ 30.727,00 milhões no total acumulado – com variação total de 15,2%. As receitas patrimoniais acumuladas alcançaram R\$ 9.013,91 milhões, ultrapassando em 6,1% a meta prevista acumulada.

As outras receitas correntes apresentaram uma variação acumulada de 354,3% devido, principalmente, à Lei Complementar Estadual nº 147/2013.

Gráfico 9

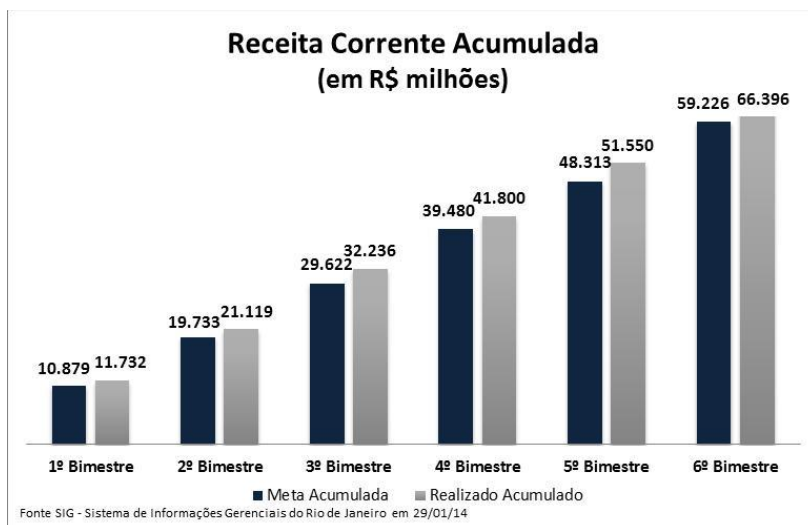




Gráfico 10



Mais informações sobre as Receitas Correntes na Seção IV.I deste boletim.

- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 2.512,35 milhões / 87,6% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 10.207,64 milhões / 83,3% da meta realizada.

Tabela 5
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECETA (NOV - DEZ) 2013	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECETA (JAN - DEZ) 2013	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	2.866,82	2.512,35	87,6%	12.247,23	10.207,64	83,3%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.761,97	1.748,56	63,3%	9.206,40	5.030,29	54,6%
ALIENAÇÃO DE BENS	6,77	481,75	7.113,3%	2.133,83	4.153,35	194,6%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	39,99	51,45	128,7%	239,87	244,87	102,1%
TRANSF. CAPITAL	55,08	99,84	181,2%	640,25	479,41	74,9%
OUTRAS	0,17	0,00	0,0%	1,02	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	2,84	130,76	4.598,1%	25,86	299,72	1.158,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹¹:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.
- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

¹¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

No sexto bimestre de 2013, as Receitas de Capital alcançaram 87,6% da meta prevista acumulada, totalizando R\$ 2.512,35 milhões no bimestre.

Gráfico 11

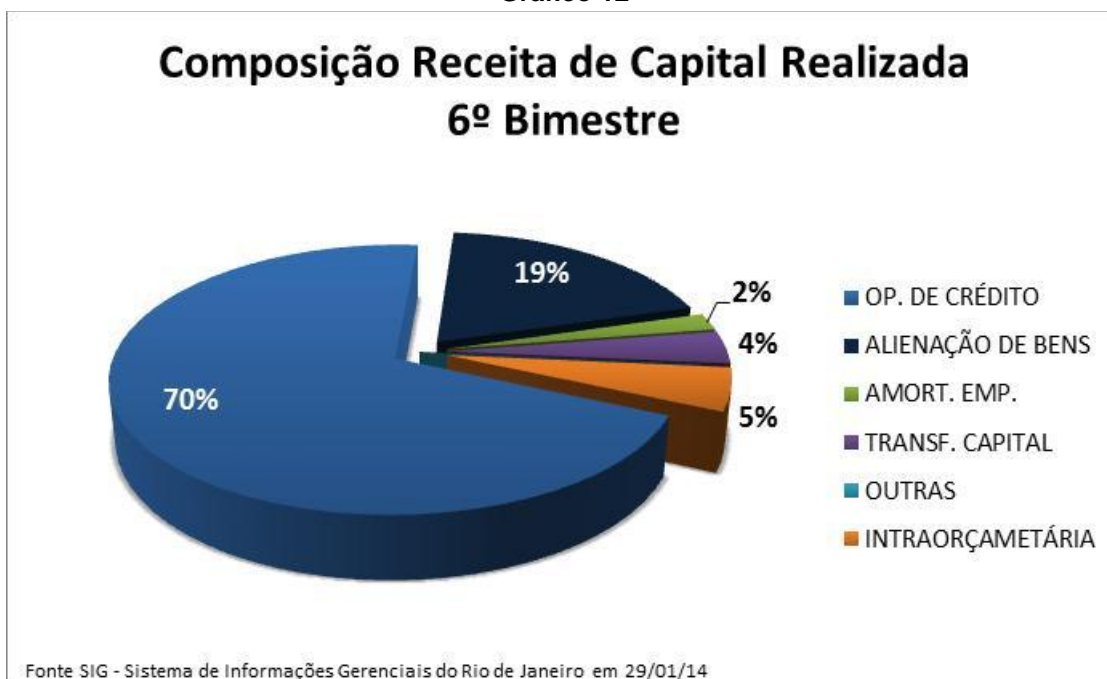


As receitas de operações de crédito, nos meses de Novembro e Dezembro, atingiram 63,3% da meta devido a dificuldades de diversas ordens, que ocasionaram a postergação da sua realização para o próximo exercício, de acordo com o cronograma do Anexo V do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Este resultado contribuiu para a frustração do alcance das metas das receitas de capital.

De outra maneira as receitas de alienações de bens tiveram um grande aumento no período devido ao recebimento da última parcela do preço de oferta do BERJ.

As receitas de transferência de capital tiveram um aumento de 181,2% principalmente devido ao aumento das Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC (R\$ 79,59 milhões).

Gráfico 12



No acumulado, as receitas de capital atingiram R\$ 10.207,64 milhões, representando 83,3% da meta prevista para o período.

Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 66,40 bilhões / 96,1%¹²

Este tópico do Boletim busca comparar a meta estabelecida no Cronograma de Desembolso divulgado pela Resolução SEFAZ nº 587/2013 (artigo 8º da LRF), publicada em Fevereiro/2013, com a despesa paga no exercício de 2013, incluindo o valor de Restos a Pagar.

No último bimestre/2013 a economia fluminense repetiu o bom momento evidenciado no início do ano, o que compensou pequenas perdas de bimestres anteriores. Como consequência, a receita tributária, no ano, apresentou notável crescimento (+7,7%), contribuindo fortemente para a superação da meta anual estabelecida. No acumulado, a capacidade arrecadatória do ERJ incluindo todas as receitas, apresentou uma execução a maior de 7,2% (+R\$ 5,13 bilhões), possibilitando o descontingenciamento de dotações (R\$ 1,19 bilhão) e/ou abertura de crédito por excesso de arrecadação, dos quais R\$ 3,29 bilhões oriundos de Depósitos Judiciais não Tributários, por conta da Lei nº 147/2013, para pagamento do estoque de precatórios judiciais.

Orçamentariamente, ao final do exercício a dotação inicial autorizada aumentou, em decorrência de alterações orçamentárias, em R\$ 12.679 milhões¹³, indicando um aumento de 17,4%, discriminado por Fonte de Recursos no item V.II desse Boletim, cabendo observar que no capítulo não são computados os valores intra-orçamentários. No encerramento do ano permaneceram contingenciados cerca de R\$ 449,0 milhões.

A superação da meta arrecadatória do ERJ em 2013 possibilitou uma significativa expansão da LOA. Dos R\$ 72,74 bilhões previstos inicialmente, R\$ 12,68 bilhões foram incorporados ao orçamento: um aumento de 17,43%.

Tabela 6

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ					
Análise do Orçamento ao longo do Exercício					
Bimestres		Até Outubro	Variação (%)	Até Dezembro	Variação (%)
DOTAÇÃO	INICIAL	72.739.524.652	-	72.739.524.652	-
	ATUAL	80.082.448.890	1,52%	85.418.499.242	6,66%
	DISPONÍVEL	78.447.866.363	2,09%	84.969.477.596	8,31%
CONTINGENCIADO		1.634.582.527	-19,95%	449.021.646	-72,53%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		7.342.924.238	19,55%	12.678.974.590	72,67%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

¹² As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹³ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

Ao longo do exercício, a arrecadação do Estado, fundamentada na tendência econômica, orientou a liberação gradativa das dotações, preservando o equilíbrio econômico-orçamentário das finanças do ERJ. Vale ressaltar que as alterações orçamentárias a partir da incorporação de superávit financeiro, excesso de arrecadação e/ou contratação de novas operações de créditos, quando se configuram, afetam sobremaneira o cronograma de desembolso inicial.

Tabela 7

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JANEIRO A DEZEMBRO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESPESA PAGA	RP 2012 PAGO***	DESPESA TOTAL PAGA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	16.503	18.040	597	18.637	112,9%
OUTRAS DESP. CORRENTES	37.024	34.900	1.065	35.965	97,1%
INVEST /INVERSÕES	9.973	5.598	437	6.035	60,5%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	5.561	5.763	0	5.763	103,6%
TOTAL	69.062	64.302	2.098	66.400	96,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

***Considerado apenas o pagamento de RP Total inscrito em 2012.

Conforme Tabela 7, a meta de desembolso estimada para o exercício foi de R\$ 69,06 bilhões, dos quais 23,9% se referem a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, 53,6% a Outras Despesas Correntes e 14,4% a Investimentos e Inversões Financeiras. No valor indicado estão incluídos os pagamentos referentes aos Restos a Pagar inscritos em 2012 (R\$ 2.415,78 milhões), excluídos os intra-orçamentários.

A despesa total paga em 2013 (R\$ 66,40 bilhões) se manteve próxima à estimada no Cronograma de Desembolso do Estado: 96,1% da meta estimada diferença a menor de R\$ 2.661,78 milhões. Do total de obrigações cumpridas pelo ERJ, R\$ 2.098,46 milhões (3,2%) são referentes aos encargos de RP Inscritos de 2012.

Com uma meta de execução de R\$ 69.062 milhões, o ERJ apresentou uma despesa total, em 2013, de R\$ 66.400 milhões: alcance de 96,1% da meta inicialmente traçada para o exercício.

Na análise por grupo de despesa, o cumprimento da meta foi fortemente induzido pela execução em Pessoal e Encargos Sociais (+12,9%, ou seja, +R\$ 2.133,89 milhões), com destaque para a participação da função Educação com uma despesa paga da ordem de R\$ 3.623,83 milhões (19,5%), da Segurança Pública com R\$ 4.920,05 milhões (26,4%) e da Saúde com R\$ 1.163,21 milhões (6,2%).

No tocante aos Investimentos e Inversões, de RP foram pagos R\$ 436,58 milhões, 7,2% do total da despesa realizada no grupo. Do montante pago no ano destacam-se alguns projetos: na função Transporte, a Implantação de Novas Linhas Metroviárias requereu R\$ 2.013,89 milhões; na função Desporto e Lazer, a Reforma do Complexo do Maracanã executou R\$ 533,08 milhões; e na função Urbanismo dá-se destaque a Implantação do Arco Metropolitano (R\$ 704,01 milhões), Implantação de Projetos de Infraestrutura (R\$ 576,86 milhões), Urbanização de Comunidades (R\$ 128,83 milhões) e a Recuperação da Região Serrana (R\$ 129,04 milhões).

As Outras Despesas Correntes, embora com execução abaixo da meta (-2,86%, -R\$ 1.059,28 milhões), continuam com elevada representatividade (54,16%) no montante executado no ano por conta das despesas não discricionárias, gastos com a folha de inativos e pensionistas (R\$ 11,74 bilhões), com as vinculações constitucionais (R\$ 9,57 bilhões), que, somadas, responderam por 57,83% (R\$ 21,32 bilhões) do total apurado nessa categoria.

O desempenho das despesas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações) superou à meta em 3,6% (+R\$ 202,15 milhões) por conta de sua tipicidade: despesa não discricionária que tem como parâmetros as condições contratuais e a média móvel da Receita Líquida Real dos últimos 12 meses.

A análise mais detalhada encontra-se no item V deste Boletim.

III. Resultados Fiscais¹⁴

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: - R\$1.940,60 / - 67,5%

Acumulado: - R\$ 470,68 milhões / - 51,4%

Resultado Orçamentário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
I. RECEITA TOTAL (A)	14.387,54	17.358,15	20,6%	63.590,47	76.603,46	20,5%
I.1 RECEITA CORRENTE	9.915,90	14.256,99	43,8%	55.059,67	63.457,79	15,3%
I.1.1 Tributária	6.023,04	7.251,45	20,4%	35.141,72	40.612,37	15,6%
I.1.2 Patrimonial	1.923,41	2.123,27	10,4%	9.660,78	9.013,91	-6,7%
I.1.3 Transferências	1.065,42	1.012,32	-5,0%	5.731,96	5.760,66	0,5%
I.1.4 Demais Correntes	904,02	3.869,95	328,1%	4.525,21	8.070,84	78,4%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	3.483,41	2.381,59	-31,6%	5.515,05	9.907,92	79,7%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	988,23	719,57	-27,2%	3.015,75	3.237,75	7,4%
II. DESPESA TOTAL (B)	15.019,14	19.298,75	28,5%	63.819,25	77.074,14	20,8%
II.1 DESPESA CORRENTE	11.285,18	15.247,98	35,1%	53.085,01	63.821,55	20,2%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.315,87	7.053,93	63,4%	25.405,38	31.148,07	22,6%
II.1.2 Demais Correntes	6.480,28	7.611,47	17,5%	25.046,16	29.742,31	18,7%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	489,04	582,58	19,1%	2.633,46	2.931,17	11,3%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.764,05	3.396,67	22,9%	7.746,77	9.977,75	28,8%
II.2.1 Invest.	2.319,01	2.821,99	21,7%	5.313,87	6.928,10	30,4%
II.2.1.1 Obras e Instalações	1.786,19	2.045,64	14,5%	3.783,75	5.371,44	42,0%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	103,14	105,35	2,1%	158,00	169,85	7,5%
II.2.1.3 Demais Investimentos	429,68	671,00	56,2%	1.372,12	1.386,81	1,1%
II.2.2 Inv. Financ.	70,74	118,94	68,1%	207,09	217,45	5,0%
II.2.3 Amort. Dívida	374,30	455,74	21,8%	2.225,82	2.832,20	27,2%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	969,92	654,10	-32,6%	2.987,47	3.274,84	9,6%
RES. ORÇAM. (A-B)	-631,61	-1.940,60	-67,5%	-228,78	-470,68	-51,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2014.

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

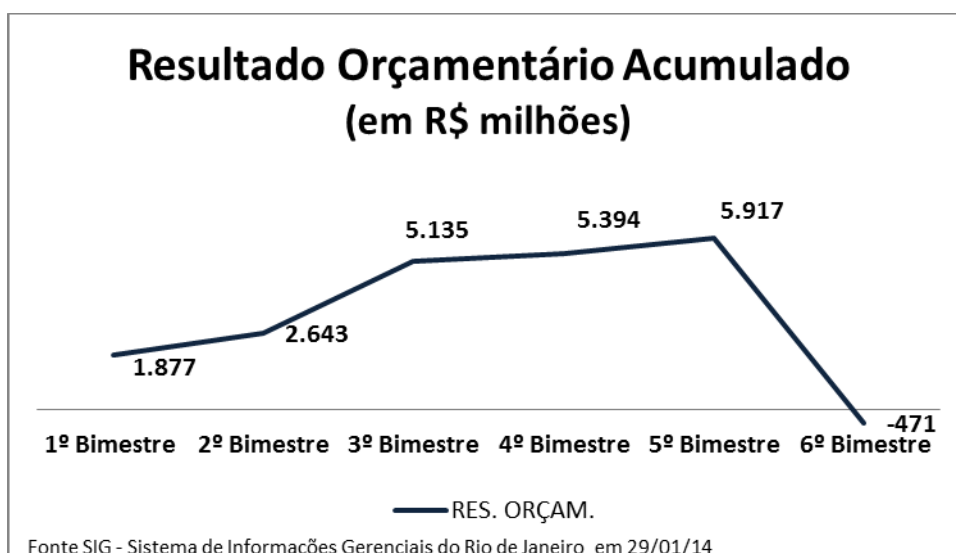
Nos meses de Novembro e Dezembro, conforme observado na tabela acima, as receitas totais atingiram R\$ 17.358,15 milhões e as despesas totais somaram R\$ 19.298,75 milhões, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 1.940,60 milhões. Este resultado pode ser explicado pelo déficit corrente e de capital, uma vez que as despesas correntes superaram as receitas correntes em

¹⁴ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

R\$ 990,99 milhões e as despesas de capital ultrapassaram as receitas de capital em R\$ 1.015,08 milhões. Quando comparado com o ano de 2012, observa-se que o resultado orçamentário do sexto bimestre de 2013 foi menor em R\$ 1.308,99 milhões.

No acumulado, o resultado orçamentário também foi deficitário, totalizando R\$ 470,68 milhões. Ao decompor este resultado, tem-se um déficit corrente de R\$ 363,76 milhões e um déficit capital de R\$ 69,83 milhões. Em relação ao ano de 2012, a variação do resultado orçamentário foi de - 51,4% (- R\$ 241,9 milhões).

Gráfico 13



III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 2.180,87 milhões / - 74,1%

Acumulado: - R\$ 550,14 milhões / - 174,7%

Resultado Orçamentário Sem RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA(A)	12.706,16	15.079,10	18,7%	54.122,44	64.528,83	19,2%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.686,84	12.489,74	43,8%	47.818,99	57.033,23	19,3%
I.1.1 Tributária	6.023,04	7.251,45	20,4%	35.141,72	40.612,37	15,6%
I.1.2 Patrimonial	1.095,01	612,12	-44,1%	3.717,35	4.091,45	10,1%
I.1.3 Transferências	1.065,42	1.012,32	-5,0%	5.731,96	5.760,66	0,5%
I.1.4 Demais Correntes	503,37	3.613,85	617,9%	3.227,97	6.568,75	103,5%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	3.451,70	2.326,97	-32,6%	5.288,77	6.361,32	20,3%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	567,62	262,39	-53,8%	1.014,68	1.134,29	11,8%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA(B)	13.271,01	17.259,97	30,1%	53.385,55	65.078,98	21,9%
II.1 DESPESA CORRENTE	9.641,01	13.210,56	37,0%	42.758,63	51.887,31	21,3%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.686,84	5.033,47	87,3%	15.132,66	19.374,32	28,0%
II.1.2 Demais Correntes	6.465,13	7.594,51	17,5%	24.992,51	29.581,82	18,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	489,04	582,58	19,1%	2.633,46	2.931,17	11,3%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.763,56	3.396,50	22,9%	7.746,13	9.977,44	28,8%
II.2.1 Invest.	2.318,52	2.821,82	21,7%	5.313,22	6.927,79	30,4%
II.2.1.1 Obras e Instalações	1.785,80	2.045,62	14,5%	3.783,28	5.371,41	42,0%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	103,14	105,35	2,1%	158,00	169,85	7,5%
II.2.1.3 Demais Investimentos	429,58	670,85	56,2%	1.371,95	1.386,54	1,1%
II.2.2 Inv. Financ.	70,74	118,94	68,1%	207,09	217,45	5,0%
II.2.3 Amort. Dívida	374,30	455,74	21,8%	2.225,82	2.832,20	27,2%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	866,43	652,91	-24,6%	2.880,80	3.214,22	11,6%
RES. ORÇAM. S/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)	-564,85	-2.180,87	-74,1%	736,89	-550,14	174,7%
RES. ORÇAM. RIOPREVIDÊNCIA	-66,76	240,28	459,9%	-965,68	79,47	108,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2014.

Analisando o resultado orçamentário, sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o sexto bimestre foi deficitário alcançando o valor de R\$ 2.180,87 milhões. Neste período o RIOPREVIDÊNCIA teve um superávit de R\$ 240,28 milhões (+ 459,9%), contribuindo positivamente para o resultado orçamentário do Estado.

No acumulado, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o resultado orçamentário também foi deficitário em R\$ 550,14 milhões, gerando uma variação de 174,7% frente ao acumulado de 2012.

A fim de que seja compreendido o peso desse órgão no resultado orçamentário do Estado será, a seguir, evidenciado o seu resultado orçamentário específico.

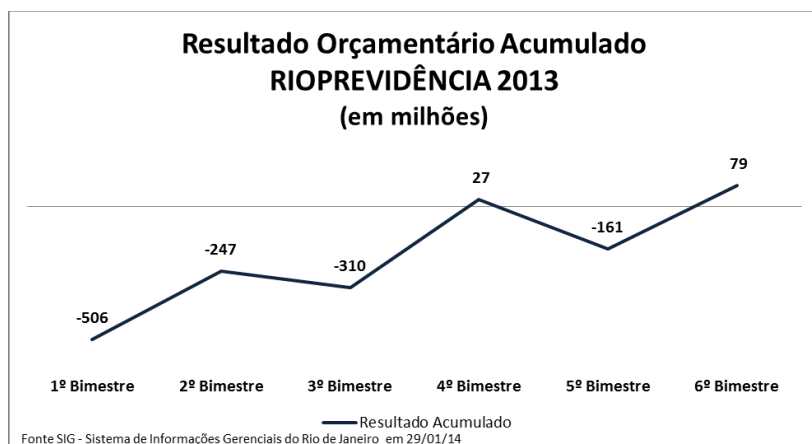
O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA teve superávit de R\$ 240,28 milhões no último bimestre de 2013.

Analisando os dados do RIOPREVIDÊNCIA, observa-se que o resultado foi superavitário em R\$ 240,28 milhões no bimestre, composto pela receita de R\$ 2.279,05 milhões e despesa de R\$ 2.038,78 milhões. Comparando os resultados de 2013 e 2012 do órgão, observa-se uma variação de 459,9% positiva, com aumento tanto da receita quanto da despesa sendo esta em menor proporção que aquela. O crescimento da despesa é explicado, principalmente, pelos reajustes salariais, obtidos em 2013, de algumas categorias que possuem grande contingente de servidores efetivos e aposentados.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.681,38	2.279,05	35,5%	9.468,02	12.074,63	27,5%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.748,13	2.038,78	16,6%	10.433,70	11.995,16	15,0%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-66,76	240,28	459,9%	-965,68	79,47	-108,2%

Com relação à execução acumulada do RIOPREVIDÊNCIA em 2013, pode-se observar que houve uma variação positiva de 108,2% com relação ao resultado de 2012.

Gráfico 14



III.III Resultado Primário¹⁵

Bimestre: - R\$ 3.367,25 milhões / - 5,7%
Acumulado: - R\$ 4.704,26 milhões / - 80,7%

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

Resultado Primário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITAS TOTAL	14.387,54	17.358,15	20,6%	63.590,47	76.603,46	20,5%
RECEITAS FINANCEIRAS	3.404,70	2.408,24	-29,3%	5.547,51	10.065,19	81,4%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	988,23	719,57	-27,2%	3.015,75	3.237,75	7,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	9.994,61	14.230,34	42,4%	55.027,21	63.300,52	15,0%
DESPESAS TOTAL	15.019,14	19.298,75	28,5%	63.819,25	77.074,14	20,8%
DESPESAS FINANCEIRAS	878,67	1.047,06	19,2%	4.895,86	5.794,52	18,4%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	969,92	654,10	-32,6%	2.987,47	3.274,84	9,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	13.170,56	17.597,59	33,6%	55.935,92	68.004,77	21,6%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-3.175,95	-3.367,25	-5,7%	-908,72	-4.704,26	-80,7%

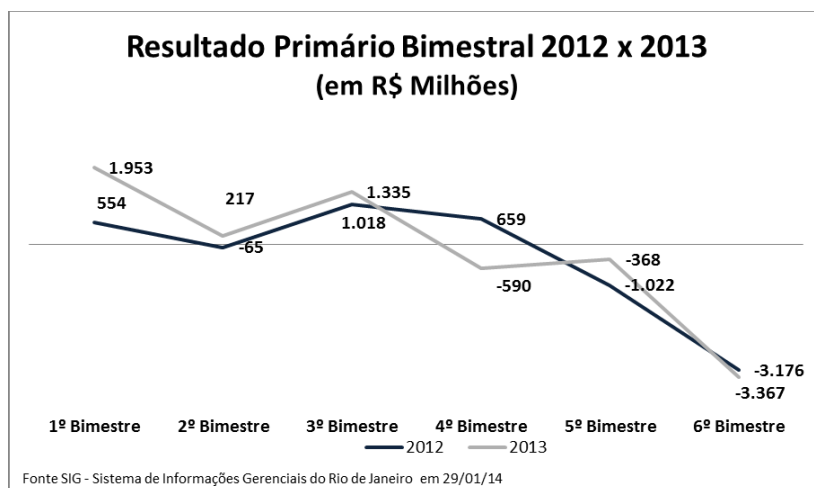
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2014.

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o resultado primário, observa-se que a despesa primária excedeu a receita primária em R\$ 3.367,25 milhões ocasionando um déficit no resultado primário do bimestre. Comparando este resultado ao do mesmo bimestre do ano anterior, houve variação de R\$ 191,3 milhões (- 5,7%).

A variação da receita primária acumulada de 2013 quando comparado ao de 2012 foi de 15% (+ R\$ 8.273,31 milhões).

Gráfico 15



¹⁵ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



Da mesma forma que o resultado primário bimestral, o resultado primário acumulado apresentou um déficit de R\$ 4.704,26 milhões, representando uma variação de 80,7% quando comparado ao mesmo período de 2012.

Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 3.080,72 milhões / - 10,8%

Acumulado: - R\$ 863,14 milhões / - 61,8%

Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

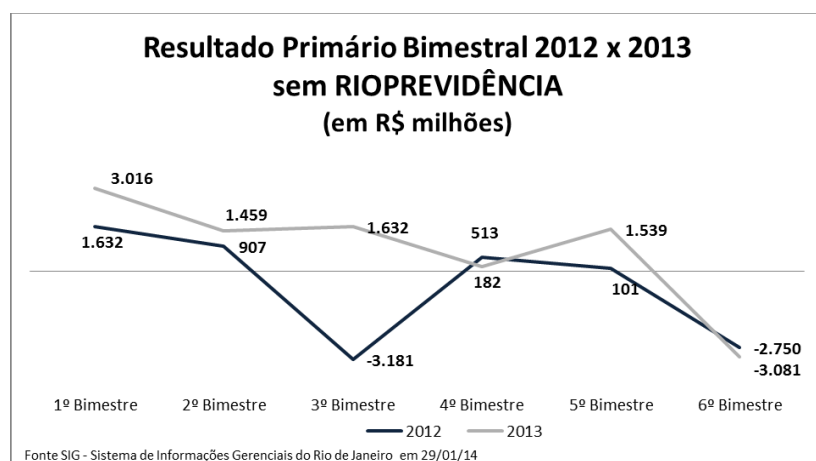
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITAS TOTAL	12.706,16	15.079,10	18,7%	54.122,44	64.528,83	19,2%
RECEITAS FINANCEIRAS	3.362,16	2.337,42	-30,5%	5.237,05	6.461,17	23,4%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	567,62	262,39	-53,8%	1.014,68	1.134,29	11,8%
RECIBTA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	8.776,38	12.479,28	42,2%	47.870,72	56.933,38	18,9%
DESPESAS TOTAL	13.271,01	17.259,97	30,1%	53.385,55	65.078,98	21,9%
DESPESAS FINANCEIRAS	878,67	1.047,06	19,2%	4.895,86	5.794,52	18,4%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	866,43	652,91	-24,6%	2.880,80	3.214,22	11,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	11.525,91	15.560,00	35,0%	45.608,90	56.070,23	22,9%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-2.749,53	-3.080,72	-10,8%	2.261,82	863,14	-61,8%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-426,43	-286,52	48,8%	-3.170,54	-5.567,40	-43,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2014.

A análise do resultado primário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, o resultado primário permaneceria negativo, com um valor de R\$ 3.080,72 milhões. Com relação ao mesmo período de 2012, este valor representa uma variação de 10,8% (- R\$ 331,19 milhões).

Gráfico 16



A variação do resultado primário do RIOPREVIDÊNCIA no último bimestre de 2013 e 2012 foi de 48,8% (+ R\$139,91 milhões).

No acumulado, o resultado primário sem o RIOPREVIDÊNCIA seria superavitário em R\$ 863,14 milhões com variação de 61,8% (- R\$ 1.398,68 milhões) quando comparado a 2012.

O resultado primário bimestral do RIOPREVIDÊNCIA foi deficitário no valor de R\$ 286,52 milhões. Ao analisar o acumulado, observa-se que, novamente, o resultado primário é negativo, com valor de R\$ 5.567,40 milhões. Desta forma, fica evidente o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA, afetando o resultado primário total do Estado.

IV. Receita Estadual ¹⁶

Bimestre: R\$ 17.358,15 milhões / + 20,6%¹⁷
Acumulado: R\$ 76.603,46 milhões / + 20,5%

Tabela 8
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
TRIBUTÁRIA	6.023,04	7.251,45	20,4%	35.141,72	40.612,37	15,6%
CONTRIBUIÇÕES	400,20	248,86	-37,8%	1.312,76	1.431,21	9,0%
PATRIMONIAL	1.923,41	2.123,27	10,4%	9.660,78	9.013,91	-6,7%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,02	-3,7%	0,14	0,12	-15,4%
INDUSTRIAL	13,97	18,05	29,2%	30,39	162,32	434,2%
DE SERVIÇOS	51,68	60,72	17,5%	362,79	376,46	3,8%
TRANSF. CORRENTES	1.065,42	1.012,32	-5,0%	5.731,96	5.760,66	0,5%
OUTRAS CORRENTES	438,16	3.542,31	708,4%	2.819,13	6.100,73	116,4%
REC. CORRENTES	9.915,90	14.256,99	43,8%	55.059,67	63.457,79	15,3%
REC. CAPITAL	3.483,41	2.381,59	-31,6%	5.515,05	9.907,92	79,7%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	988,23	719,57	-27,2%	3.015,75	3.237,75	7,4%
Total	14.387,54	17.358,15	20,6%	63.590,47	76.603,46	20,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

No sexto bimestre de 2013, a Receita Estadual totalizou R\$ 17.358,15 milhões, um acréscimo de 20,6% (+ R\$ 2.970,61 milhões) frente ao mesmo período de 2012.

A principal influência na variação positiva da receita do Estado, no bimestre, deve-se ao desempenho das Receitas Correntes que totalizaram R\$ 14.256,99 milhões significando um aumento de + 43,8% (+ R\$ 4.341,09 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. Contribuíram para esse resultado, principalmente, as Outras Receitas Correntes, que contribuíram - por si só - com um crescimento de R\$ 3.104,15 milhões.

Esse crescimento bimestral também foi amparado pelo crescimento das Receitas Tributárias que apresentou receita bastante representativa (+ 20,4%, + R\$ 1.228,40 milhões).

¹⁶ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁷ As informações representam a arrecadação no período e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior, respectivamente.

As Receitas de Capital sofreram um decréscimo R\$ 1.101,82 milhões (- 31,6%) no sexto bimestre, atenuando o bom desempenho das receitas estaduais.

No resultado acumulado das Receitas Estaduais observa-se um incremento significativo de R\$ 10.042,38 milhões (+ 20,4%), atingindo o valor de R\$ 76.603,46 milhões. As Receitas Correntes contribuíram com a maior parte desse resultado, apresentando um acréscimo de 15,3% (+ R\$ 8.398,11 milhões), lastreadas nas Receitas Tributárias e em Outras Receitas Correntes, que cresceram 15,6% (+ R\$ 5.470,66) e 116,4% (+ R\$ 3.281,60) respectivamente.

As Receitas de Capital também influenciaram positivamente o resultado acumulado, com um acréscimo de R\$ 4.392,88 milhões (+ 79,7%), fundamentados nas Alienações de Bens (+ R\$ 4.130,24 milhões) e nas Operações de Crédito (+ R\$ 275,12 milhões).

Mais informações sobre as essas receitas serão pormenorizadas a seguir.

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 14.256,99 milhões / + 43,8%
Acumulado: R\$ 63.457,79 milhões / + 15,3%

Tabela 9
DECOMPOSIÇÃO DA RECETA POR NATUREZA, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
TRIBUTÁRIA	6.023,04	7.251,45	20,4%	35.141,72	40.612,37	15,6%
CONTRIBUIÇÕES	400,20	248,86	-37,8%	1.312,76	1.431,21	9,0%
PATRIMONIAL	1.923,41	2.123,27	10,4%	9.660,78	9.013,91	-6,7%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,02	-3,7%	0,14	0,12	-15,4%
INDUSTRIAL	13,97	18,05	29,2%	30,39	162,32	434,2%
DE SERVIÇOS	51,68	60,72	17,5%	362,79	376,46	3,8%
TRANSF. CORRENTES	1.065,42	1.012,32	-5,0%	5.731,96	5.760,66	0,5%
OUTRAS CORRENTES	438,16	3.542,31	708,4%	2.819,13	6.100,73	116,4%
TOTAL	9.915,90	14.256,99	43,8%	55.059,67	63.457,79	15,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

No sexto bimestre de 2013, o aumento de R\$ 4.341,09 milhões (+ 43,8%) nas Receitas Correntes continuou influenciado principalmente pelo aumento da arrecadação das Receitas Tributárias (+ R\$ 1.228,40), puxadas pelo bom desempenho da arrecadação de Impostos sobre a Produção e a Circulação, e pelo acréscimo de + R\$ 3.104,15 milhões em Outras Receitas Correntes (+ 708,4%) em conjunto com as Receitas Patrimoniais (+ R\$ 199,86 milhões), superaram a redução de R\$ 151,34 milhões (- 37,8%) das Receitas de Contribuições, provocando um incremento frente ao mesmo período de 2012.

No acumulado, houve um crescimento consistente das Receitas Correntes de 15,3 % (+ R\$ 8.398,11 milhões) reflexo, principalmente, do bom desempenho das Receitas Tributárias relativas ao ICMS e IRRF, embora tenha havido queda de 6,7% (- R\$ 646,87 milhões) nas Receitas Patrimoniais quando considerado todo o ano de 2013 em relação a 2012.

Mais detalhes sobre essas receitas serão abordados nas seções IV.I.1. e IV.I.3 deste boletim.

IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 7.251,45 milhões / + 20,4%
Acumulado: 40.612,37 milhões / + 15,6%

Tabela 10

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.023,04	7.251,45	20,4%	35.141,72	40.612,37	15,6%
ICMS	4.760,04	5.629,14	18,3%	26.661,53	30.727,00	15,2%
Adicional do ICMS	450,12	484,55	7,6%	2.544,94	2.756,29	8,3%
IRRF	406,48	598,41	47,2%	1.892,77	2.576,54	36,1%
IPVA	67,89	81,34	19,8%	1.743,61	1.891,75	8,5%
ITD	105,35	178,30	69,2%	525,06	639,45	21,8%
Taxas	233,17	279,71	20,0%	1.773,81	2.021,35	14,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

No sexto bimestre de 2013, a Receita Tributária total atingiu o montante de R\$ 7.251,45 milhões, representando uma variação positiva de 20,4% frente ao mesmo período em 2012. Este desempenho foi novamente influenciado pela arrecadação de todos os tributos, destacando-se, mais uma vez, a arrecadação do ICMS, que, em valores absolutos, atingiu R\$ 5.629,14 milhões, com uma variação positiva de 18,3%, o que equivale a 77,63% do total das receitas tributárias alcançadas no 6º bimestre de 2013.

No acumulado, a Receita Tributária apresentou um acréscimo de 15,6% totalizando R\$ 40.612,37 milhões. Da mesma forma que a análise bimestral, novamente o ICMS e o IRRF foram os destaques da arrecadação tributária ao longo do ano, permitindo que as Receitas Tributárias obtivessem um aumento de R\$ 5.470,66 milhões.

As Receitas Tributárias aumentaram R\$ 1.228,40 milhões (+ 20,4%) na análise bimestral 2012 - 2013. Esse aumento foi motivado, principalmente, pelas receitas advindas do ICMS.

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.629,14 milhões / + 18,3%
Acumulado: R\$ 40.612,37 milhões / + 15,2%

A representatividade do ICMS se mantém como a maior dentre as Receitas Tributárias, representando 77,63% da arrecadação dessas receitas no bimestre e 75,66% no acumulado.

A arrecadação com o tributo aumentou 18,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e atingiu R\$ 5.629,14 milhões (+ R\$ 869,10 milhões). Já no acumulado, houve um acréscimo de 14,6% (+ R\$ 3.196,37 milhões).

Os setores que mais contribuíram para o alcance dessa receita no bimestre foram Alimentação; Bebidas; Petróleo e Veículos Automotores. Já os setores de Energia Elétrica; Mercados, Lojas e Magazines e Telecomunicações apresentaram queda bimestral.

No acumulado, dentre os setores com maior participação na receita de ICMS, apenas o setor de Energia Elétrica apresentou queda no resultado, enquanto os setores de Mercados, Lojas e Magazines e de Telecomunicações, juntamente com os setores de Alimentação; Bebidas; Petróleo e Veículos Automotores, apresentaram acréscimos em suas receitas. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

O crescimento acumulado do ICMS (+R\$ 3.196,37 milhões) impulsionou o crescimento da arrecadação tributária exercício de 2013 influenciado, principalmente, pelos setores de Alimentação; Bebidas; Petróleo; Veículos Automotores; Mercados, Lojas e Magazines e Telecomunicações.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):

Bimestre: R\$ 81,34 milhões / + 19,8%
Acumulado: R\$ 1.891,75 milhões / + 8,5%

No sexto bimestre de 2013, o IPVA¹⁸ sofreu um aumento de 19,8% (+R\$ 13,45 milhões) em comparação com o mesmo período de 2012. Esse aumento é consequência do aviso de débito do IPVA 2013 aos proprietários dos veículos novos e usados que não haviam efetuado o pagamento e tiveram prazo para regularização até o dia 21 de novembro, mais o resultado cobrança dos IPVA de 2009 a 2011, que estão sendo inscritos em D.A.

¹⁸ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

Acompanhando o crescimento bimestral, a análise feita sobre o acumulado também demonstra o aumento na receita deste imposto. Em relação ao todo ano anterior, houve um acréscimo de 8,5% (+ R\$ 148,15 milhões).

– Imposto de Renda (IRRF):

Bimestre: R\$ 598,41 milhões / + 47,2%
Acumulado: R\$ 2.576,54 milhões / + 36,1%

O IRRF teve como arrecadação R\$ 598,41 milhões no sexto bimestre de 2013, representando um aumento de R\$ 191,94 milhões (+ 47,2%) frente ao mesmo período de 2012.

O acumulado, que obteve uma variação positiva de 36,1% (+ R\$ 683,76 milhões) em relação a 2012 foi influenciado, principalmente, pelos seguidos aumentos concedidos a diversas classes de servidores em 2012, entre elas a PMERJ, cujo salário base saltou para a faixa de alíquota de 7,5% para a tributação desse imposto.

A arrecadação de IRRF no sexto bimestre de 2013 apresentou um acréscimo de 47,2% em relação ao mesmo período de 2012.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

Bimestre: R\$ 178,15 milhões / + 69,2%
Acumulado: R\$ 639,45 milhões / + 21,8%

No sexto bimestre, houve um incremento na receita do ITD de R\$ 72,94 milhões (+ 69,2%). Esse resultado se concentrou, principalmente, no mês de novembro, resultante de um óbito (Causa Mortis) de um contribuinte específico que possuía um patrimônio bastante valioso e que gerou uma arrecadação de aproximadamente 40 milhões. Uma parte foi paga em outubro, mas a grande maioria foi em novembro. Outro fator relevante para o aumento da arrecadação no bimestre foi a realização de um trabalho durante o mês de dezembro com a finalidade de concluir todas as lavraturas de guias em atraso.

No acumulado, houve um acréscimo de 21,8% (+ R\$ 114,39 milhões), atingindo o valor de R\$ 639,45 milhões. Assim, juntamente com o desempenho no 6º bimestre, conforme explicado nos boletins anteriores, a alta do resultado acumulado também é, ainda, reflexo do resultado positivo das boas arrecadações do 2º, 4º e 5º bimestres, devidamente justificadas nos respectivos boletins.

- Taxas:
Bimestre: R\$ 279,71 milhões / + 20,0%
Acumulado: R\$ 2.021,35 milhões / + 14,0%
Tabela 11
RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012 / 2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
Taxas	233,17	279,71	20,0%	1.773,81	2.021,35	14,0%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	22,34	22,79	2,0%	303,68	375,91	23,8%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	15,80	16,85	6,7%	271,59	334,54	23,2%
Outras	6,54	5,94	-9,2%	32,10	41,37	28,9%
Taxas pela Prestação de Serviços	210,83	256,92	21,9%	1.470,12	1.645,44	11,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	69,18	69,71	0,8%	429,11	443,33	3,3%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	45,32	61,60	35,9%	270,02	348,01	28,9%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	96,34	125,61	30,4%	770,99	854,10	10,8%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	80,18	90,12	12,4%	595,28	638,37	7,2%
Outras	16,16	35,49	119,7%	175,71	215,73	22,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A Receita Tributária proveniente das Taxas obteve um acréscimo de 20,0% no sexto bimestre de 2013 (+ R\$ 46,55 milhões). Este resultado foi influenciado, como no bimestre anterior, pelas Taxas de Prestação de Serviços Extrajudiciais que aumentaram a receita em 35,9% (+ R\$ 16,28 milhões) e das Outras Taxas de Prestação de Serviços em especial as referentes aos Serviços de Trânsito (+R\$ 9,94 milhões, 12,4%).

No acumulado, as Taxas atingiram R\$ 2.021,35 milhões, representando uma variação positiva de R\$ 247,54 milhões (+ 14,0%), com destaque, para as Taxas do Exercício do Poder de Polícia, especialmente quanto à Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (+ 23,2%, + R\$ 62,95 milhões) e pelas Taxas de Prestação de Serviços Extrajudiciais (+ 28,9%, + R\$ 77,98 milhões).

Box 01 - Análise da arrecadação do ICMS no ano de 2013

Este box apresenta um comparativo das receitas do ICMS entre alguns estados brasileiros e as principais medidas que levaram o Estado do Rio de Janeiro a conseguir uma ótima performance no ano de 2013.

A tabela abaixo mostra a arrecadação do ICMS desde 2007, primeiro ano do Governo Cabral. A arrecadação, desde então, vem aumentando. A variação de 2007 para 2013 atingiu o montante de R\$ 15.236 milhões (+ 98,3%).

(R\$ Milhões)

Ano	ARRECADAÇÃO DE ICMS ACUMULADO	% Variação
2007	15.491	6,80%
2008	17.690	14,20%
2009	18.619	5,26%
2010	22.113	18,77%
2011	24.802	12,16%
2012	26.662	7,50%
2013	30.727	15,25%

Fonte: SIG

Inúmeras medidas foram responsáveis pela alavancagem da arrecadação durante o período de 2007 a 2013, como: alterações nas legislações, ampliação das ações fiscais, aperfeiçoamento dos sistemas arrecadatórios, obrigação da nota fiscal eletrônica, reestruturação de toda a Secretaria de Fazenda com o incremento do quadro efetivo (oficiais de fazenda, analistas de controle interno e auditores fiscais) e a criação de carreiras de gestão (analistas de finanças públicas), seguindo o modelo federal.

Em função de todas as mudanças ocorridas no decorrer dos anos, em 2013, a arrecadação do ICMS atingiu o montante de R\$ 30.727,00 milhões alcançando uma variação de 15,25% em relação ao fim do ano de 2012.

Devido à relevância do imposto, a Subsecretaria de Política Fiscal da SEFAZ/RJ elabora uma análise, mês a mês, da arrecadação do ICMS de alguns estados Brasileiros, este consta no quadro abaixo. O Estado do Rio de Janeiro apresentou o melhor desempenho entre os entes subnacionais. O crescimento em 2013 atingiu 15,25%, cerca de quatro bilhões a mais de recursos para o estado.

ESTADOS	ARRECADAÇÃO DE ICMS ACUMULADO (JAN- DEZ) 2012	ARRECADAÇÃO DE ICMS ACUMULADO (JAN- DEZ) 2013	% Variação
Espírito Santo	9.061,43	8.618,29	-4,89%
São Paulo	105.288,97	112.702,39	7,04%
Minas Gerais	31.378,23	34.286,76	9,27%
Pernambuco	10.310,26	11.370,42	10,28%
Santa Catarina	17.664,68	19.517,47	10,49%
Rio Grande do Sul	20.747,67	23.508,36	13,31%
Ceará	7.237,11	8.211,54	13,46%
Rio de Janeiro	26.661,55	30.727,00	15,25%

Fonte: Site de transparência dos Estados

Além das medidas citadas anteriormente no período de 2007 a 2013, destacam-se algumas medidas pontuais que influenciaram no bom desempenho do Estado do Rio de Janeiro em 2013. Segundo a Subsecretaria Estadual de Receita, destacam-se:

Aprimoramento dos programas de fiscalização do Estado:

- cruzamento de declarações enviadas por contribuintes e declarações enviadas pelos cartões de crédito;
- levantamento entre valores de compra dos depósitos de mercado com os valores declarados pelos fornecedores,;
- confronto entre valores creditados pelos contribuintes em importações com os valores efetivamente recolhidos;
- verificação dos endereços dos contribuintes com o objetivo de verificar se estes se encontravam realmente em funcionamento após a concessão da inscrição estadual;
- alterações na substituição tributária com o implemento da lei 6.726/12, uma vez que a referida lei não dá as margens de valor agregadas máximas dos produtos sujeitos à substituição tributária;
- emissão eletrônica do novo DARJ/GNRE

Portanto, a melhoria da arrecadação via redução da evasão fiscal pode ser intensificada por meio do investimento em tecnologia da informação e em gestão e planejamento das ações fiscais. Por fim, a viabilização de projetos nas áreas de educação, saúde, segurança e outras tem início na realização da arrecadação gerando, conseqüentemente, em uma melhor gestão dos recursos públicos.

Tabela 12

**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2012/2013**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		PART % 2013	VAR % 13/12	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		PART % 2013	VAR % 13/12
	2012	2013			2012	2013		
	Alimentação	210,27			385,23	6,8%		
Bebidas	262,37	300,35	5,3%	14,5%	1.426,24	1.511,56	4,9%	6,0%
Borracha e plástico	51,75	60,48	1,1%	16,9%	235,25	351,78	1,1%	49,5%
Comunicação e informação	86,91	61,48	1,1%	-29,3%	498,26	556,81	1,8%	11,8%
Construção civil	170,21	191,98	3,4%	12,8%	934,94	1.031,92	3,4%	10,4%
Editorial, gráfica e publicidade	22,16	25,38	0,5%	14,5%	133,64	125,50	0,4%	-6,1%
Eletroeletrônicos	116,61	175,67	3,1%	50,7%	559,09	868,85	2,8%	55,4%
Energia elétrica	642,93	544,50	9,7%	-15,3%	3.321,22	3.297,03	10,7%	-0,7%
Informática e óptico	32,80	35,41	0,6%	8,0%	179,88	198,42	0,6%	10,3%
Madeira, papel e fumo	140,10	153,19	2,7%	9,3%	717,16	819,51	2,7%	14,3%
Máquinas e equipamentos em geral	64,22	67,55	1,2%	5,2%	313,97	336,79	1,1%	7,3%
Médico-hospitalar e odontologia	36,78	37,66	0,7%	2,4%	199,12	209,34	0,7%	5,1%
Mercados, lojas e magazines	244,66	239,65	4,3%	-2,0%	1.510,53	1.596,70	5,2%	5,7%
Metalurgia e siderurgia	197,79	180,69	3,2%	-8,6%	1.145,63	1.140,38	3,7%	-0,46%
Móveis e utensílios	47,45	54,73	1,0%	15,3%	261,45	288,60	0,9%	10,4%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	168,37	179,97	3,2%	6,9%	757,11	983,06	3,2%	29,8%
Petróleo, combustíveis e gás natural	727,43	1.281,77	22,8%	76,2%	4.701,35	6.387,99	20,8%	35,9%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	180,98	191,83	3,4%	6,0%	1.038,48	1.105,21	3,6%	6,4%
Química e petroquímica	150,67	160,36	2,8%	6,4%	838,25	956,77	3,1%	14,1%
Telecomunicações	652,01	645,18	11,5%	-1,0%	3.777,13	3.860,62	12,6%	2,2%
Têxtil e vestuário	158,98	191,22	3,4%	20,3%	983,99	1.088,68	3,5%	10,6%
Transportes gerais e armazenagem	109,64	100,59	1,8%	-8,3%	561,00	600,54	2,0%	7,0%
Veículos automotores	213,18	243,90	4,3%	14,4%	1.077,89	1.318,57	4,3%	22,3%
Outras atividades econômicas	71,76	120,38	2,1%	67,8%	378,87	506,20	1,6%	33,6%
Total das atividades econômicas	4.760,04	5.629,14	100,0%	18,3%	26.661,53	30.727,00	100,0%	15,2%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Observa-se que os grupos que mais se destacaram na arrecadação do ICMS por grupos econômicos, no sexto bimestre de 2013 foram os seguintes: Alimentação, Bebidas, Petróleo e Veículos Automotores. Por outro lado, os setores de Energia Elétrica; Mercados, Lojas e Magazines e Telecomunicações apresentaram um desempenho negativo no bimestre, comparado ao mesmo período de 2012.

No acumulado, destacam-se também positivamente os setores de Petróleo; Alimentação, Bebidas e Veículos Automotores, contudo, apesar de apresentarem queda bimestral, os setores Mercados, Lojas e Magazines e Telecomunicações obtiveram crescimento quando considerado todo o ano de 2013. O setor Energia Elétrica, por sua vez, manteve a queda no acumulado.

A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

Na arrecadação do ICMS, no bimestre e acumulado, os setores que mais se destacaram foram os seguintes: Petróleo; Alimentação, Bebidas e Veículos Automotores.

- Alimentação:

Bimestre: R\$ 385,23 milhões / + 83,2%
Acumulado: R\$ 1.586,19 milhões / + 42,8 %

No bimestre houve um aumento de 83,2% (+ R\$ 174,95 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012, atingindo o valor de R\$ 385,23 milhões. O setor econômico responsável por este crescimento no bimestre foi o comércio atacadista de produtos alimentícios, principalmente com operações sujeitas à substituição tributária.

No acumulado de 2013, houve um acréscimo de R\$ 475,12 milhões (+ 42,8%), chegando ao valor de R\$ 1.586,19 milhões. Este setor possui numerosas atividades que distribuem a arrecadação ao longo do ano, sendo que o comércio atacadista de produtos alimentícios se manteve em destaque durante a maior parte do ano.

- Bebidas:

Bimestre: R\$ 300,35 milhões / + 14,5%
Acumulado: R\$ 1.511,56 milhões / + 6,0 %

No bimestre houve um aumento no segmento de 14,5% (R\$ 37,98 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012, totalizando o valor de R\$ 300,35 milhões de arrecadação. Como no bimestre anterior, os setores econômicos responsáveis pela alta foram a Indústria de fabricação de cerveja e chope e o Comércio atacadista de refrigerantes, especialmente na substituição tributária interna.

No acumulado de 2013, houve acréscimo de R\$ 85,32 milhões (+ 6,0%), chegando ao valor de R\$ 1.511,56 milhões. Apesar de um início de 2013 com decréscimo de arrecadação em relação a 2012, a atividade econômica neste setor voltou a apresentar bons resultados e alcançou a participação de 4,9% na arrecadação de ICMS, embora não tenha conseguido ultrapassar a representatividade da mesma arrecadação de 2012, que foi de 5,3%.

- Petróleo, combustíveis e gás natural:

Bimestre: R\$ 1.281,77 milhões / + 76,2%
Acumulado: R\$ 6.387,99 milhões / + 35,9 %

O grupo econômico de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural arrecadou R\$ 1.281,77 milhões no sexto bimestre, gerando um acréscimo de 76,2% (+R\$ 554,35 milhões) frente ao mesmo período

de 2012. A participação do setor na arrecadação de ICMS do Estado corresponde a 22,8% no bimestre.

As atividades econômicas responsáveis pelo movimento de alta foram o setor de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, o setor extrativista de petróleo e gás natural e a importação de bens de capital na indústria petrolífera e naval extrativista. Apesar de ter apresentado um bom resultado em novembro, a arrecadação na indústria de refino de petróleo, juntamente com as atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural apresentaram uma evolução negativa.

No acumulado, o grupo de Petróleo continua a demonstrar sua importante representatividade, com 20,8% de participação. O grupo obteve uma variação de +35,9% de 2012 para 2013 (+ R\$ 1.686,64 milhões). O bom desempenho foi resultado alternância, durante o ano de 2013, de algumas atividades econômicas do setor, como: Produção e processamento de gás natural, Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel e gasolina e, também, pelo setor de Extração de petróleo e gás natural, com destaque para o setor de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados, que teve um crescimento muito elevado desde o início do ano, sendo o principal responsável pelo resultado acumulado.

- Veículos automotores:

Bimestre: R\$ 243,90 milhões / + 14,4%

Acumulado: R\$ 1.318,57 milhões / + 22,3 %

O grupo econômico de Veículos Automotores apresentou um acréscimo significativo de 14,4% (+ R\$ 30,71 milhões) comparado ao sexto bimestre de 2012. O grupo representa 4,3% do total do ICMS arrecadado no bimestre.

No acumulado observa-se uma variação positiva de 22,3% (+ R\$ 240,68 milhões) em relação a 2012. Como já evidenciado no boletim passado, o principal setor econômico responsável pelo crescimento foi o da indústria, mais precisamente no segmento de automóveis, camionetas e utilitários, com grande força na substituição tributária externa, já que as grandes fábricas estão fora do Estado. Este movimento vinha sendo observado desde os primeiros meses, mas foi intensificado substancialmente nos três últimos bimestres.

- Telecomunicações:**Bimestre: R\$ 645,18 milhões / - 1,0%****Acumulado: R\$ 3.860,62 milhões / + 2,2 %**

No bimestre, a arrecadação do grupo caiu 1,0%, atingindo a marca de R\$ 645,18 milhões no sexto bimestre de 2013 contra R\$ 652,01 milhões no mesmo período em 2012, representando uma redução de R\$ 6,82 milhões na arrecadação deste setor no bimestre. A maior influência sobre a redução veio do setor de telefonia móvel celular, que ofuscou a alta que o serviço de telefonia fixa apresentou nesse período.

No acumulado, houve um acréscimo de R\$ 83,49 milhões (+ 2,2%), chegando ao valor de R\$ 3.860,62 milhões arrecadados. A atividade no setor de Telefonia fixa comutada e de telefonia móvel celular apresentaram bons resultados nos três primeiros bimestres do ano, porém, a partir do quarto bimestre houve um descolamento dos dois setores, quando o setor de telefonia fixa comutada manteve uma evolução positiva e o setor de telefonia móvel celular apresentou queda, porém não suficiente para tornar negativo o resultado acumulado.

- Mercados, lojas e magazines:**Bimestre: R\$ 239,65 milhões / - 2,0%****Acumulado: R\$ 1.510,53 milhões / + 5,7%**

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 2,0%, atingindo a marca de R\$ 239,65 contra R\$ 244,66 milhões no mesmo período em 2012, representando uma redução de R\$ 5,00 milhões na arrecadação deste setor no bimestre. A influência do desempenho negativo do setor de lojas de departamentos e magazines freou o aumento da arrecadação do comércio atacadista e varejista onde a substituição tributária foi o tipo de receita responsável pelo viés de alta.

No acumulado, houve um acréscimo de R\$ 86,16 milhões (+ 5,7%), chegando ao valor de R\$ 1.510,53 milhões arrecadados. A substituição tributária em todos os setores desta atividade econômica influenciou fortemente o resultado acumulado positivo.

- Energia Elétrica:**Bimestre: R\$ 544,50 milhões / - 15,3%****Acumulado: R\$ 3.321,22 milhões / - 0,7%**

Com participação de 9,7% na arrecadação total de ICMS, no sexto bimestre, este segmento decresceu 15,3% (- R\$ 98,43 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, atingindo o valor de R\$ 544,50 milhões arrecadados. A queda deve-se, principalmente, à atividade econômica de distribuição de energia e à redução da base de cálculo feita pelo Governo Federal.

No acumulado, o grupo de Energia Elétrica atingiu o valor de R\$ 3.321,22 milhões – uma variação negativa de 0,7% (-R\$ 24,19 milhões) frente a 2012 e representa 10,7% da arrecadação total do ICMS no ano de 2013. Os efeitos da queda da arrecadação no setor de distribuição de Energia vêm sendo sentidos ao longo de 2013, enquanto a desoneração citada acima passou a influenciar o resultado a partir do terceiro bimestre e devem estar sendo atenuados pelo aumento do consumo.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 2.123,27 milhões / + 10,4%
Acumulado: R\$ 9.013,91 milhões / - 6,7%

Tabela 13
Receitas Patrimoniais

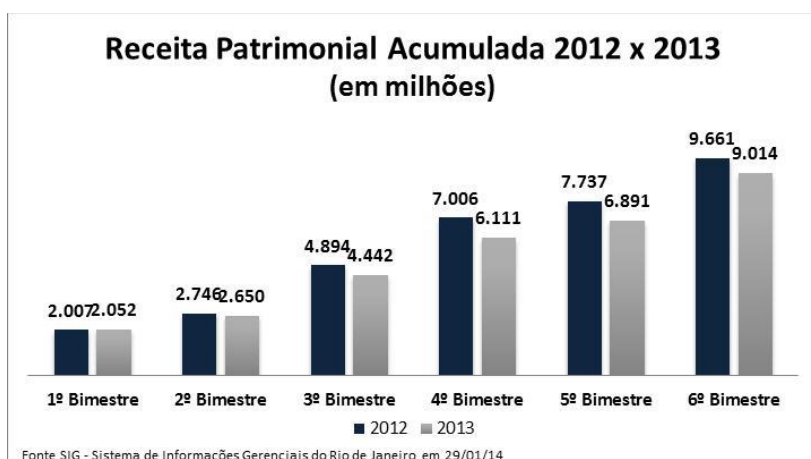
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA PATRIMONIAL	1.923,41	2.123,27	10,4%	9.660,78	9.013,91	-6,7%
Petróleo	1.736,41	1.956,75	12,7%	8.235,87	8.226,17	-0,1%
Royalties	491,25	538,22	9,6%	2.963,58	2.982,02	0,6%
Part. Especial	1.244,52	1.417,80	13,9%	5.268,45	5.240,16	-0,5%
FEP	0,63	0,73	14,6%	3,83	3,98	3,9%
CFT's	45,80	0,00	-100,0%	701,31	0,00	-100,0%
Aplic. Financeiras	84,25	126,48	50,1%	555,78	636,68	14,6%
Demais Rec. Patrimoniais	56,95	40,04	-29,7%	167,83	151,06	-10,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

No sexto bimestre de 2013, a receita patrimonial atingiu R\$ 2.123,27 milhões, representando um aumento de 10,4% (+ R\$ 199,86 milhões) quando comparada ao mesmo período de 2012. A receita patrimonial acumulada, em oposição ao resultado bimestral, apresentou uma queda de 6,7% (- R\$ 646,87 milhões) em relação a 2012, totalizando R\$ 9.013,91 milhões. O CFT inflou a base de 2012. Sem este, as Receitas Patrimoniais não apresentariam queda.

Gráfico 17



A Receita Patrimonial apresentou variação positiva de 10,4% (+ R\$ 199,86 milhões) no 6º bimestre de 2013, decorrente do aumento das Receitas do Petróleo e Aplicações Financeiras.

O resultado positivo obtido no bimestre pode ser explicado principalmente pelo aumento das receitas provenientes dos royalties, das participações especiais e das aplicações financeiras. No acumulado, a queda deve-se principalmente ao fim das receitas

relativas aos certificados financeiros do tesouro e, em menor proporção, às participações especiais.

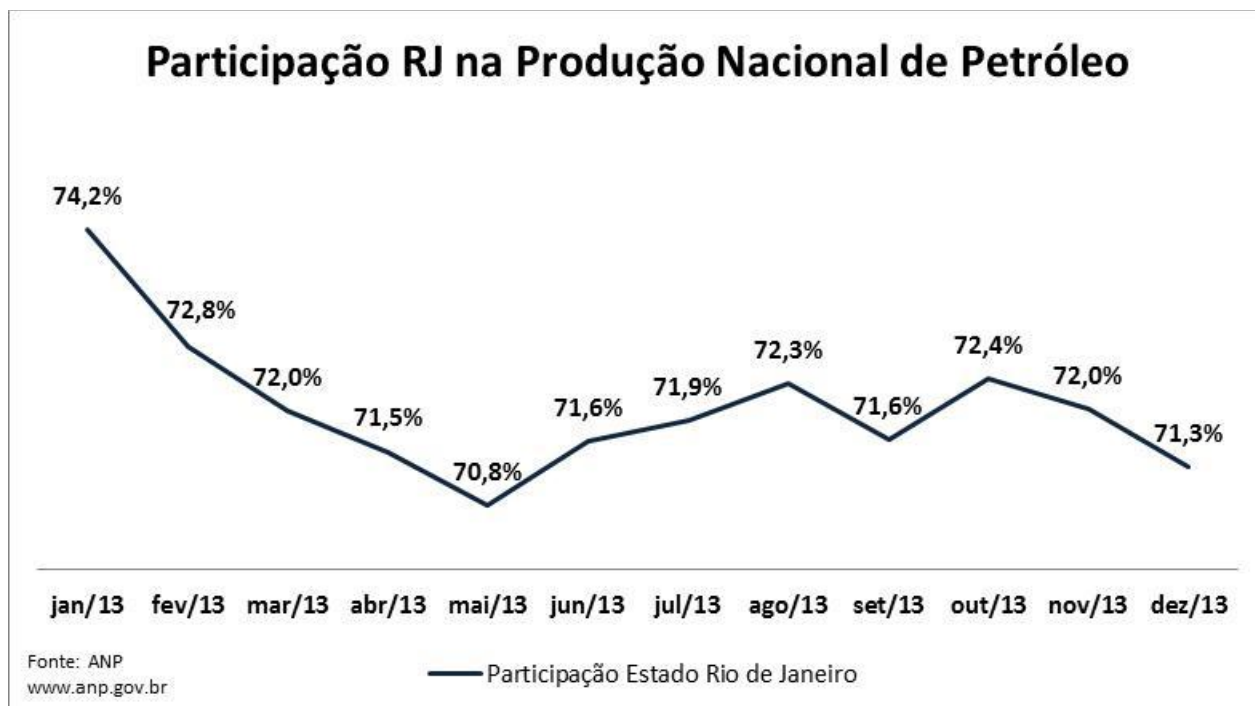
– **Petróleo:** As receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.956,75 milhões no sexto bimestre de 2013, gerando um crescimento de 12,7% frente a 2012. Do total das receitas de petróleo arrecadadas, as principais são as de royalties e as participações especiais, que são as compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade. No bimestre, a receita dos royalties alcançou R\$ 538,22 milhões (+ 9,6%, + R\$ 46,97 milhões) enquanto a receita de participações especiais foi de R\$ 1.417,8 milhões (+ 13,9%, + R\$ 173,27 milhões).

Em relação à produção de petróleo, houve um aumento em relação ao mesmo período de 2012 (+ 2,7%) assim como a taxa de câmbio que aumentou 9,9% no período. De outra forma, o preço do Brent teve uma ligeira queda de 1,7% em relação a 2012.

A produção de petróleo do Estado do Rio de Janeiro correspondeu a 72,0% da produção nacional no 5º bimestre de 2013.

Apesar da queda da produção bimestral, a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis¹⁹, correspondeu a aproximadamente 72,0% do total da produção Nacional no bimestre.

Gráfico 18



¹⁹ Segundo dados estatísticos do site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis www.anp.gov.br

Tabela 14

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
Produção (milhões de m³)	14,19	14,57	2,7%	90,09	84,89	-5,8%
Brent (US\$)	112,27	110,33	-1,7%	111,65	108,64	-2,7%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,03	2,23	9,9%	1,91	2,10	10,1%

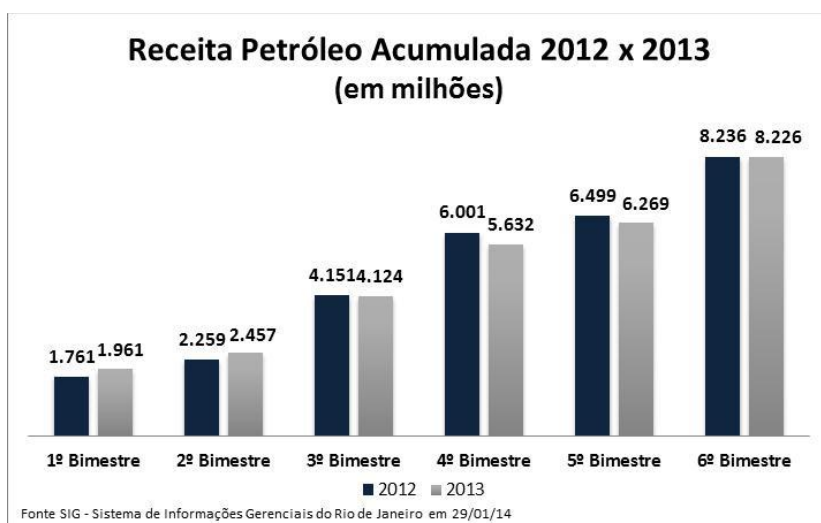
Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 6º bimestre são apresentados os dados de produção do 5º bimestre de 2013.

Na receita acumulada do Petróleo de R\$ 8.226,17 milhões observa-se uma queda de 0,1% (- R\$ 9,69 milhões) em comparação a 2012. No acumulado, a receita dos royalties teve um aumento quando comparada ao acumulado de 2012 (0,6%, + R\$ 18,44 milhões), porém a Receita de Participações Especiais sofreu uma ligeira retração (- 0,5%, - R\$ 28,298 milhões). Já a receita do FEP apresentou um aumento de 3,9% em relação ao ano anterior, alcançando R\$3,98 milhões em 2013.

A Receita dos Certificados Financeiros do Tesouro não geraram receita em 2013 devido à antecipação feita em 2012, ocasionando uma variação de R\$ 45,8 milhões no período.

Gráfico 19



- **CFT's:** Como já explicado em edições anteriores, os certificados financeiros do tesouro não geraram receita para o Estado em 2013, uma vez que a totalidade da receita foi antecipada para 2012 explicando a alta receita neste ano e sua nulidade naquele.

- **Aplicações Financeiras:** as aplicações financeiras, no sexto bimestre, aumentaram 50,1% frente a 2012 (+ R\$ 42,23 milhões), totalizando R\$ 126,48 milhões. Este aumento tem como um dos fatores o aumento da taxa SELIC entre 2012 (7,25%a.a.) e 2013

(9,5% a.a.)²⁰. Decompondo o valor das aplicações financeiras no bimestre, destacam-se as contas de remuneração de depósitos bancários (R\$ 90,28 milhões), Remuneração dos Investimentos do RPPS em Renda Fixa (R\$ 16,19 milhões), aplicações financeiras referentes aos royalties (R\$ 538,22 milhões) e Cota-Parte Participação Especial Exploração Petróleo e Gás Natural - Lei nº 9.478/97 (R\$ 240,45 milhões). Já no acumulado, observa-se que, em 2013, as receitas provenientes das Aplicações Financeiras arrecadaram R\$ 636,68 milhões representando um crescimento de 14,6% em relação ao acumulado em 2012 (+ R\$ 80,90 milhões).

²⁰ Segundo dados do Banco Central do Brasil www.bcb.gov.br

IV. I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 3.869,95 milhões / + 328,1%
Acumulado: R\$ 8.070,84 milhões / + 78,4%

Tabela 15
DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	904,02	3.869,95	328,1%	4.525,21	8.070,84	78,4%
Receita de Contribuições	400,20	248,86	-37,8%	1.312,76	1.431,21	9,0%
Receita Agropecuária	0,02	0,02	-3,7%	0,14	0,12	-15,4%
Receita Industrial	13,97	18,05	29,2%	30,39	162,32	434,2%
Receita de Serviços	51,68	60,72	17,5%	362,79	376,46	3,8%
Multas e Juros de Mora	101,48	78,07	-23,1%	563,50	581,56	3,2%
Indenizações e Restituições	77,12	37,12	-51,9%	680,35	283,90	-58,3%
Dívida Ativa	121,23	25,80	-78,7%	643,93	638,48	-0,8%
Receitas Diversas	138,34	3.401,32	2358,7%	931,36	4.596,80	393,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

As Demais Receitas Correntes cresceram 328,1% (+ R\$ 2.965,93 milhões) no sexto bimestre em relação a 2012, influenciadas, principalmente, pela grande alta em Receitas Diversas (+ 2.358,7% ; + R\$ 3.262,99), decorrente dos efeitos da Lei Complementar Estadual nº 147/2013, que dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e (precatórios) e dá outras providências.

No acumulado ocorreu um aumento de 78,4% (+ R\$ 3.545,63 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, atingindo o valor de R\$ 4.596,80 milhões, suportado pelas Receitas Diversas (+ R\$ 3.665,44 milhões), concentradas principalmente no sexto bimestre de 2013, pelas Receitas de Contribuições (+ R\$ 118,46 milhões) e Receita Industrial (+ R\$ 131,93 milhões).

– **Receitas de Contribuições:** Houve decréscimo de R\$ 151,34 milhões (- 37,8%) em relação ao mesmo período de 2012, resultando numa arrecadação total de R\$ 248,86 milhões no bimestre, influenciada principalmente pelas Contribuições de Servidores Ativos Civis (R\$ 172,15 milhões), Contribuições de Servidores Inativos Civis (R\$ 17,53 milhões) e Contribuições de Servidores Ativos Militares (R\$ 36,37 milhões).

O acumulado mostrou um aumento de 9,0% (+ R\$ 118,46 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, totalizando R\$ 1.431,21 milhões, justificado, principalmente, pelas arrecadações de Contribuições de Servidores Ativos Civis (R\$ 868,28 milhões), Contribuições de Servidores Ativos Militares (R\$ 178,51 milhões) e pelas contribuições de Pensionistas Civis (R\$ 74,33 milhões), que apresentaram acréscimo na arrecadação em relação a 2012, e Contribuições de Servidores Inativos Civis (R\$ 188,93 milhões) e Contribuições para o Fundo de Saúde dos Militares (R\$ 78,34 milhões), que apesar de apresentarem uma pequena queda em relação ao ano anterior, ainda representam um valor significativo do total arrecadado.

– **Receita Industrial:** Houve aumento de R\$ 4,08 milhões (+ 29,2%) em relação ao mesmo período do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 18,05 milhões no bimestre, em que novamente predominou a arrecadação em Receitas de Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Veterinários (R\$ 17,98 milhões).

O acumulado mostrou um aumento de 434,2% (+ R\$ 131,93 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, totalizando R\$ 162,32 milhões, justificado pelos motivos citados anteriormente, em que a arrecadação em Receitas de Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Veterinários chegou a R\$ 161,94 milhões seguido de longe pelas Receitas da Indústria de Editorial e Gráfica (R\$ 0,37 milhões).

– **Receitas Diversas:** Comparativamente ao mesmo bimestre de 2012, houve um aumento de 2.358,7% (+ R\$ 3.262,99 milhões), totalizando R\$ 3.401,32 milhões no bimestre, decorrente dos efeitos da Lei Complementar Estadual nº 147/2013.

No acumulado, registrou-se um acréscimo de 87,89%, que corresponde a um aumento de R\$ 3.665,44 milhões em relação ao mesmo período de 2012, concentrado no sexto bimestre, reflexo dos efeitos da Lei Complementar Estadual nº 147/2013, que em seu artigo primeiro, estabelece que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, na data da publicação desta lei, bem como os respectivos acessórios e os depósitos que vierem a ser feitos, poderão ser transferidos para conta vinculada de pagamento de precatórios, até a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor atualizado, para fins de pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal.

No acumulado, registrou-se um acréscimo de 87,89%, que corresponde a um aumento de R\$ 3.665,44 milhões em relação ao mesmo período de 2012, reflexo dos efeitos da Lei Complementar Estadual nº 147/2013.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram um decréscimo de R\$ 40,00 milhões (- 51,9%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um valor de R\$ 37,12 milhões.

No acumulado, houve um decréscimo de 58,3% (- R\$ 396,44 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, reflexo ainda do estorno realizado em julho relacionado a um lançamento de junho de 2013, em Receitas Diversas, relativo à venda da Folha do BERJ para o Bradesco no valor de R\$ 500,00 milhões.

– **Dívida Ativa:** Apresentaram um decréscimo de R\$ 95,42 milhões (- 78,7%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um valor de R\$ 25,80 milhões, principalmente devido à redução da arrecadação da Dívida Ativa Tributária referente à Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa-ICMS e da Cota-Parte dos Municípios da Dívida Ativa-ICMS, inscritas após 1997, em relação ao mesmo período de 2012.

No acumulado, a influência negativa da arrecadação do bimestre quase não foi sentida, observando-se um decréscimo de 0,8% (- R\$ 5,45 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 1.012,32 milhões / - 5,0%
Acumulado: R\$ 5.760,66 milhões / + 0,5%

Tabela 16

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	1.065,42	1.012,32	-5,0%	5.731,96	5.760,66	0,5%
Transferências da União	635,94	537,90	-15,4%	3.092,22	3.037,96	-1,8%
FPE	180,64	192,31	6,5%	946,50	1.017,91	7,5%
IPI exp	141,40	168,16	18,9%	760,96	847,83	11,4%
IOF	0,02	0,00	-68,1%	0,05	0,05	-8,1%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	57,25	2,93	-94,9%
SUS	103,97	78,37	-24,6%	598,38	593,12	-0,9%
Salário Educação	64,68	33,36	-48,4%	391,85	378,10	-3,5%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	85,78	85,78	0,0%
Outras Transf. da União	130,97	51,40	-60,8%	251,45	112,25	-55,4%
FUNDEB	396,57	442,34	11,5%	2.467,70	2.603,36	5,5%
Convênios	32,90	32,08	-2,5%	171,52	118,43	-30,9%
Outras Transferências Correntes	0,01	0,01	-42,1%	0,53	0,90	71,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

As receitas de transferências apresentaram redução bimestral de 5,0% (- R\$ 53,10 milhões), em comparação com o mesmo bimestre de 2012. Tal redução é derivada da queda nas receitas oriundas do SUS, salário- educação e outras transferências da União. Em contraponto a essas reduções, verifica-se o acréscimo nas receitas provenientes do FUNDEB, do FPE e IPI-Exportação.

As receitas de transferências da União sofreram acentuada queda no último bimestre, principalmente nas transferências do SUS e salário- educação.

O acumulado deste ano totalizou R\$ 5.760,66 milhões, o que representou um aumento de 0,5% (+ R\$ 28,69 milhões) em relação ao ano passado. Este desempenho ocorreu devido ao fato de que importantes transferências não repetiram em 2013 o resultado mostrado em 2012, tais como: CIDE, convênios e outras transferências da União (FEX e FNDE).

Gráfico 21

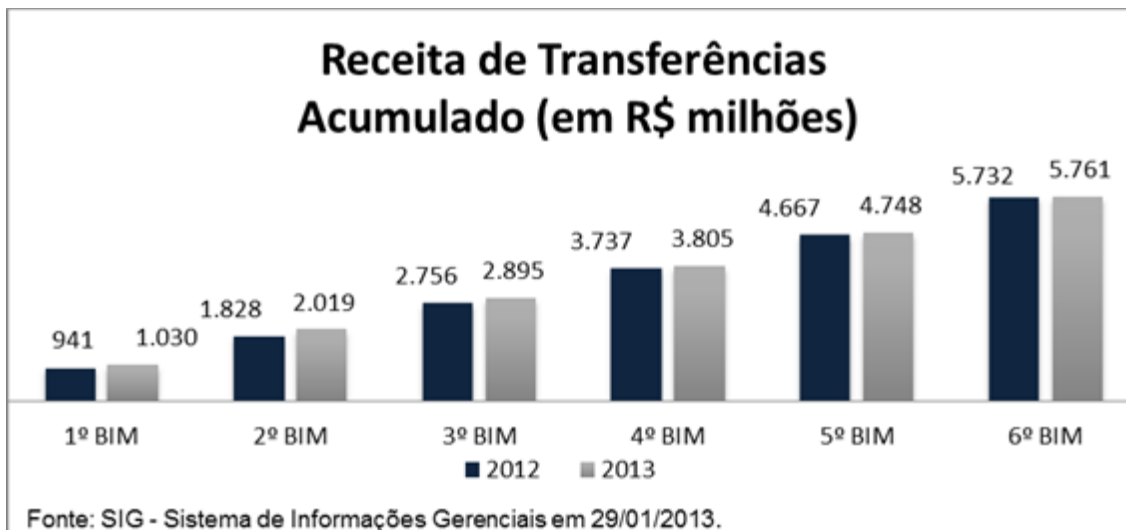
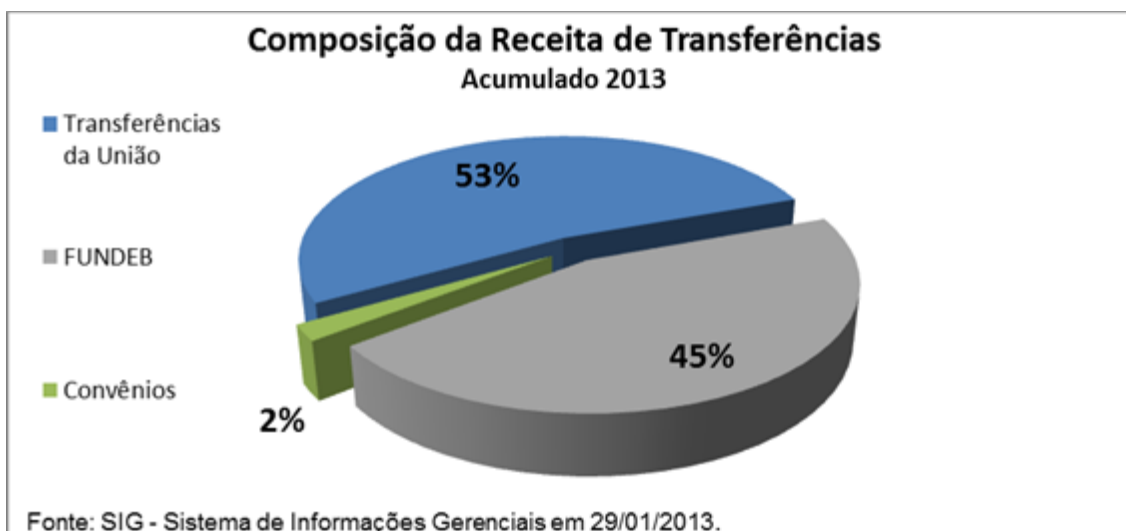
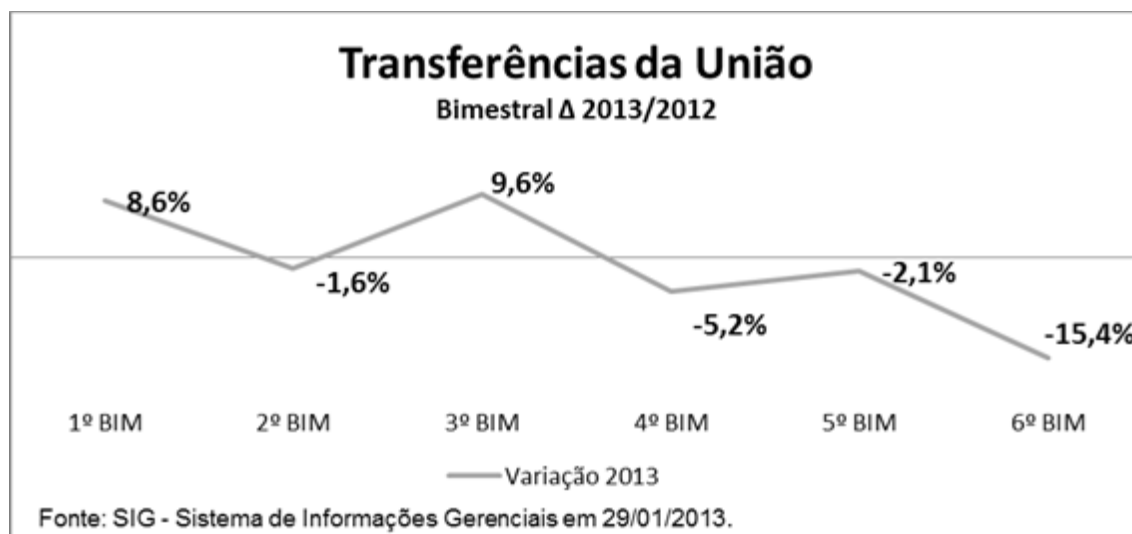


Gráfico 20



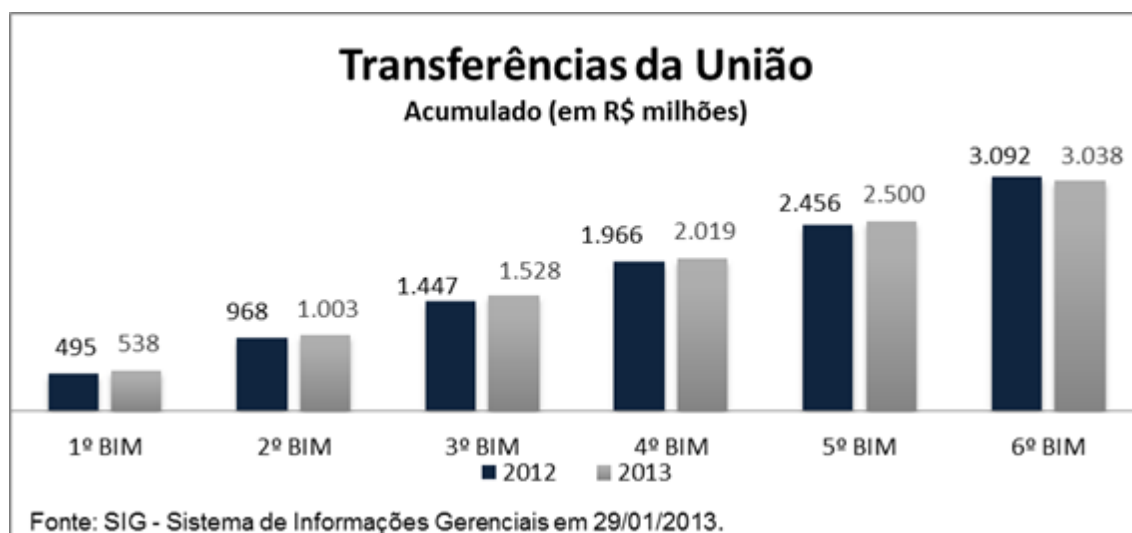
IV.I.3.2 Transferências da União

Gráfico 22



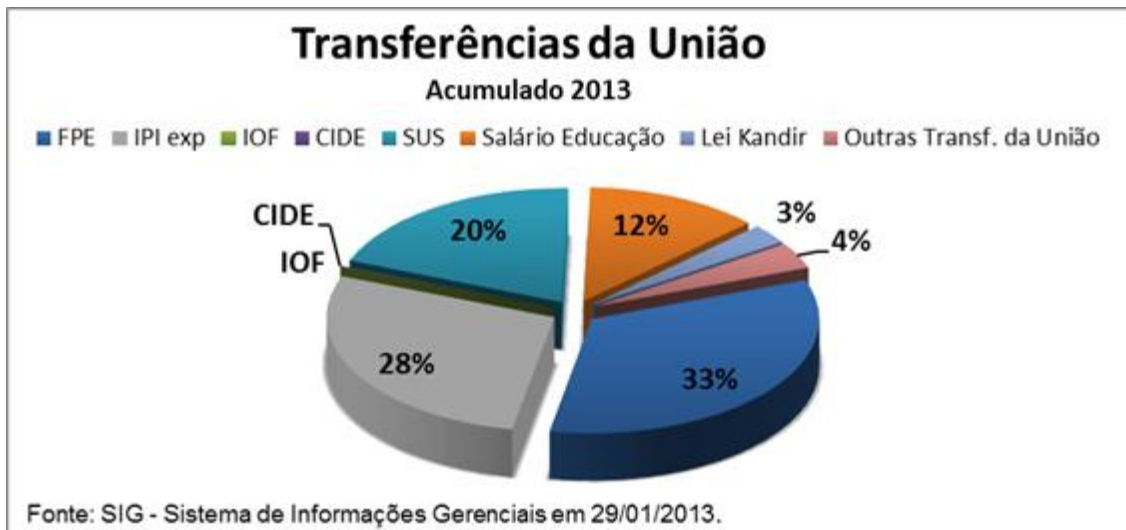
As transferências da União apresentaram queda bimestral de R\$ 98,04 milhões (- 15,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Os bons resultados nas receitas provenientes do IPI-Exportação e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) não foram suficientes para compensar a queda nos recebimentos do SUS, salário-educação e outras transferências da União.

Gráfico 23



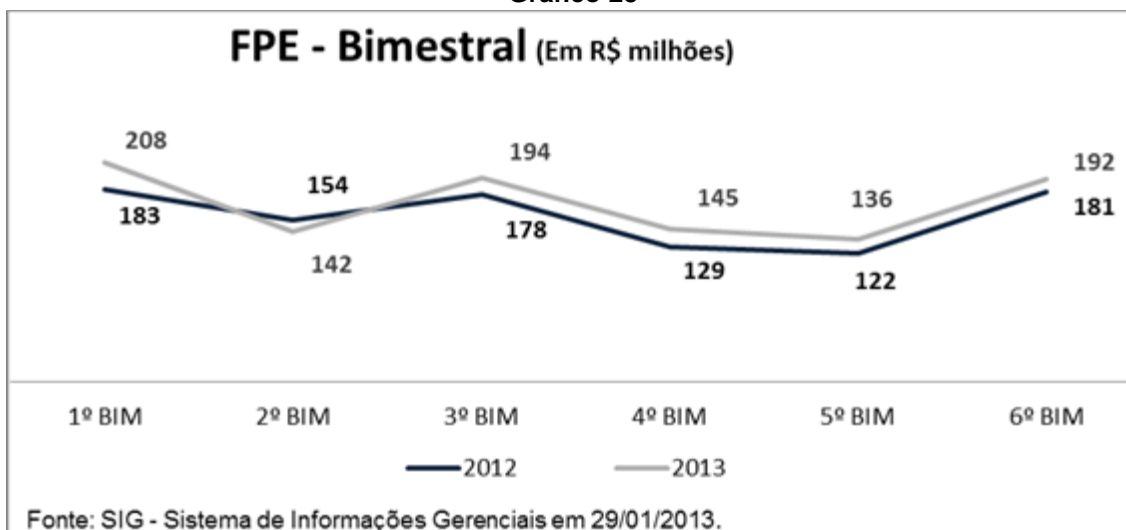
O resultado acumulado de 2013 terminou o ano com um decréscimo de R\$ 54,26 milhões (- 1,80%) em relação a 2012 devido ao resultado negativo do 6º bimestre e das ausências das receitas da CIDE.

Gráfico 24



– **FPE²¹**: O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é um dos sistemas de transferência de recursos do governo federal para os estados com o objetivo de redistribuir a renda e promover o equilíbrio socioeconômico entre os estados. O FPE é formado por 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e distribuído conforme os coeficientes fixados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). As informações sobre os coeficientes de participação e as transferências realizadas podem ser consultadas no portal do TCU (www.tcu.gov.br).

Gráfico 25

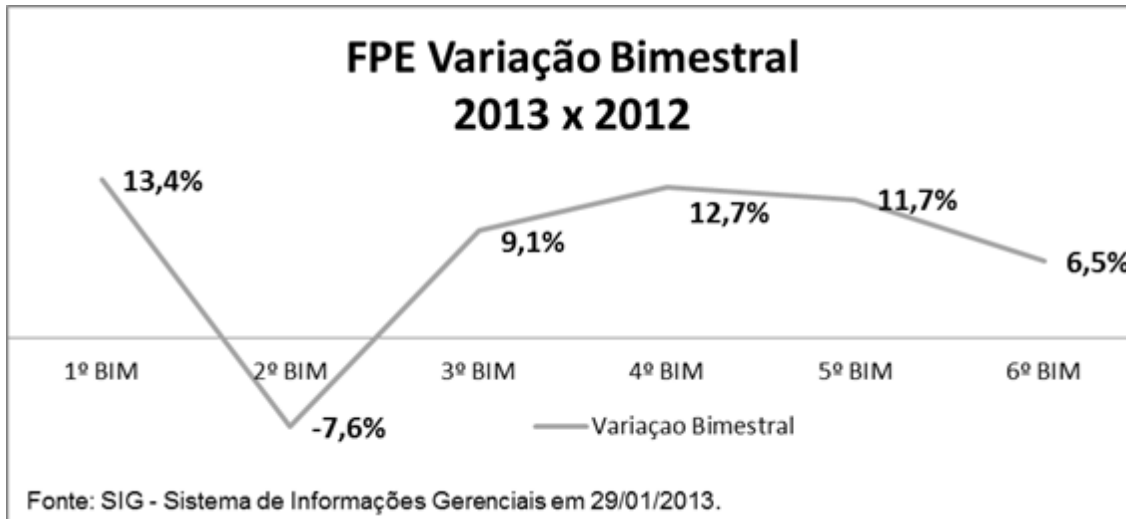


²¹ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de novembro e dezembro de 2013, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2013/Analisemensalnov13.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2013/Analisemensaldez13.pdf>

Gráfico 26

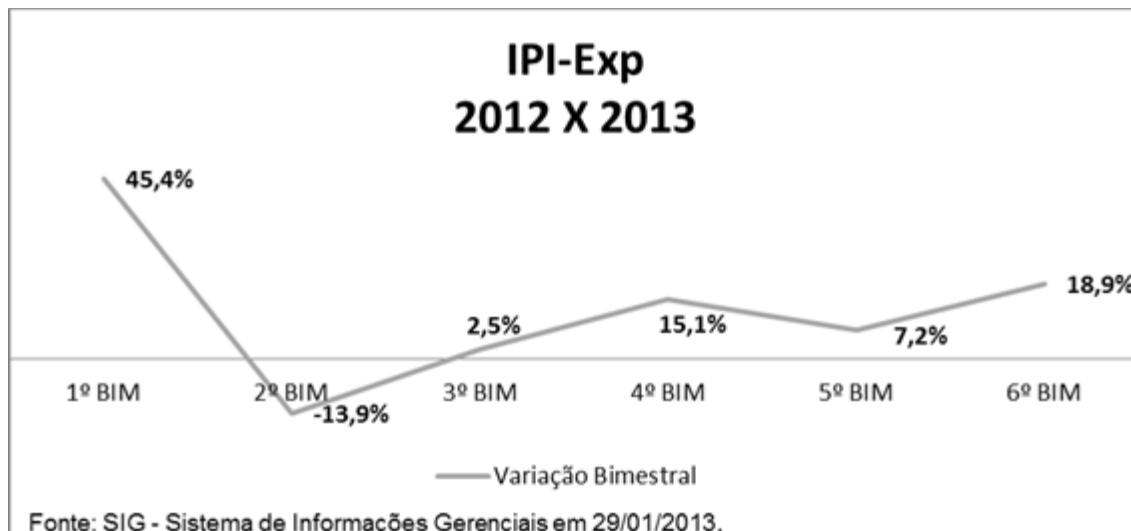


O FPE apresentou aumento bimestral de 6,5% (+R\$11,68 milhões). Sobre o IR (os dados referentes ao IPI serão objeto de análise no item IPI-Exportação), foi divulgado pela Receita Federal, um aumento na arrecadação bimestral de 24,7% (+ R\$ 11.252 milhões) sobre o mesmo bimestre de 2012. Tal resultado foi alcançado em virtude do bom desempenho na arrecadação do IRPJ - imposto de renda pessoa jurídica - (+ 53,8% / + R\$ 7.810 milhões).

No acumulado de 2013, as transferências do FPE aumentaram 7,5% (+R\$ 71,41 milhões) em relação a 2012, refletindo o desempenho da arrecadação do IR, que neste ano superou 2012 em 10,9% (+R\$ 28.663 milhões).

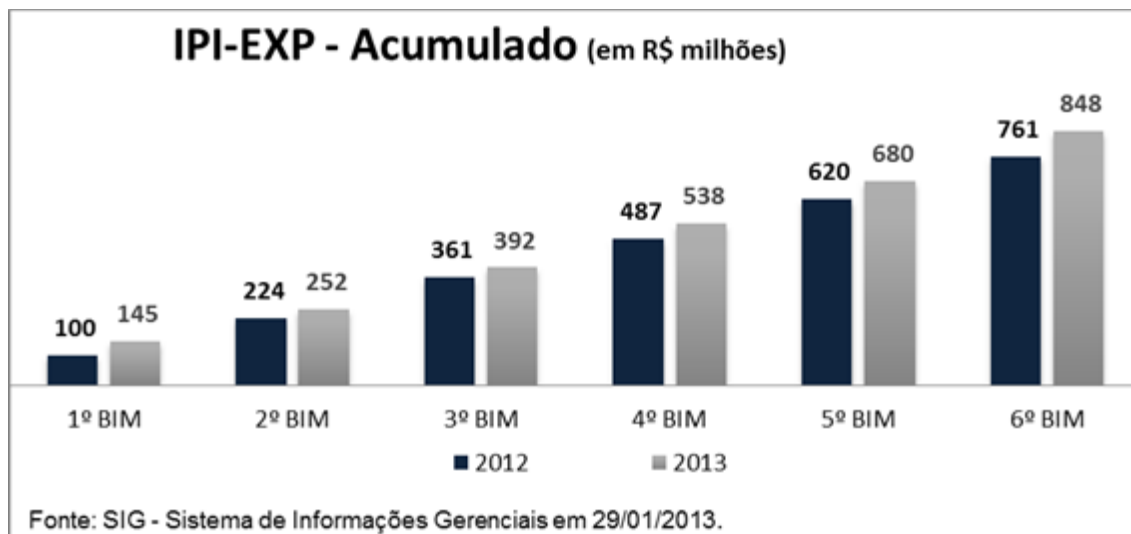
-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI sejam distribuídos para os estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias>.

Gráfico 27



O IPI-Exportação apresentou um crescimento bimestral de 18,9% (+26,76 milhões) em relação ao último bimestre de 2012, reflexo do resultado positivo na arrecadação do IPI (+9,2% / +R\$ 728 milhões) na comparação dos mesmos períodos. Os segmentos que concorreram para esse crescimento, segundo dados da Receita Federal, foram o IPI-Fumo (+17,3% / +R\$ 129 milhões), o IPI-Vinculado à importação (+6,6% / +R\$ 168 milhões) e o IPI-Outros (+20,7% / + R\$ 687 milhões). O IPI-Fumo deve seu resultado ao Decreto 7.555/11, que aumentou as alíquotas do imposto e o preço mínimo dos cigarros. Quanto à parcela do IPI-Outros, o aumento é explicado pelo crescimento da receita da dívida ativa no mês de dezembro.

Gráfico 28



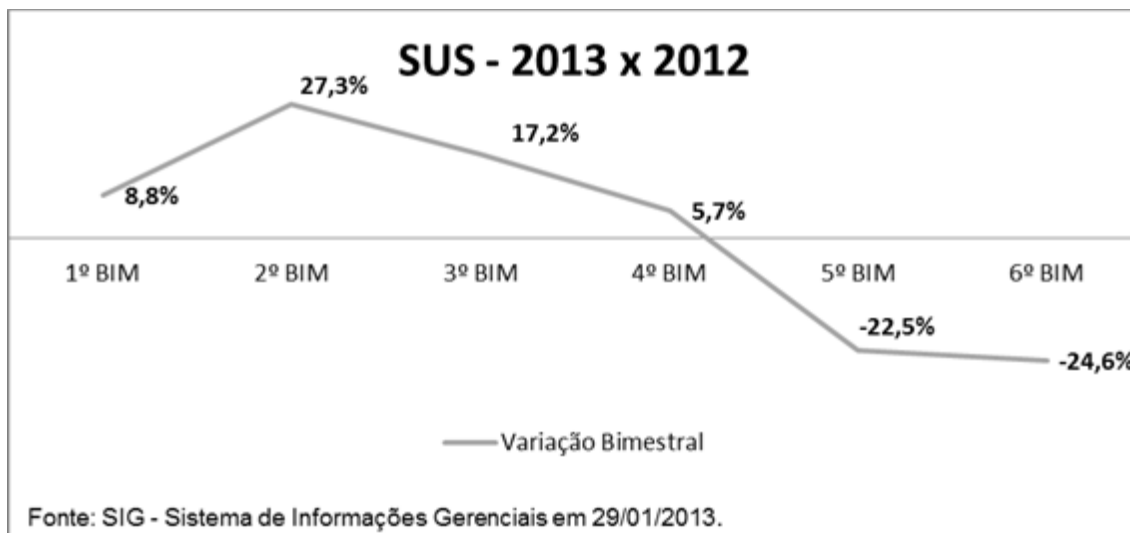
No acumulado, o crescimento de 11,4% (+ R\$ 86,86 milhões) nas transferências do IPI-Exportação reflete o aumento de 2,6% na arrecadação do IPI - novamente devido ao aumento na arrecadação do IPI-Fumo (+25,0%) e do IPI-Outros (+6,7%) e apesar da redução no IPI-Automóveis (-15,1%). Cabe destacar o aumento de 5,78% (de 17,941% para 18,978%) no coeficiente de participação do Rio de Janeiro nos recursos do IPI-Exportação. Importante ressaltar também o desconto a título de restituições (no valor de R\$ 2.480,35 milhões), em janeiro de 2012, o que distorceu a base de comparação.

O aumento na arrecadação do IPI-Fumo é decorrente do Decreto 7.555/11 que estabeleceu alíquotas e preços mínimos maiores a partir de janeiro de 2013.

-SUS: A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB²² fixo²³ e PAB variável²⁴) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS sofreram decréscimo de 24,6% (- R\$ 25,60 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2012. A queda concentrou-se nos repasses para o Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Gráfico 29



²² PAB: Piso de Atenção Básica

²³ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

²⁴ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários dos Agentes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidos 13 parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

A queda de R\$ 54,32 milhões na CIDE ao longo do ano demonstra o impacto da desoneração da União nas receitas estaduais.

O decreto 7.764/12, que entrou em vigor no dia 25 de junho de 2012, reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre.

No acumulado, são evidenciados os efeitos de tal decreto, tendo a CIDE redução de R\$ 54,32 milhões (- 94,9%) O valor da receita de R\$ 2,93 milhões no acumulado é residual.

- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE), exceto as receitas do salário-educação, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

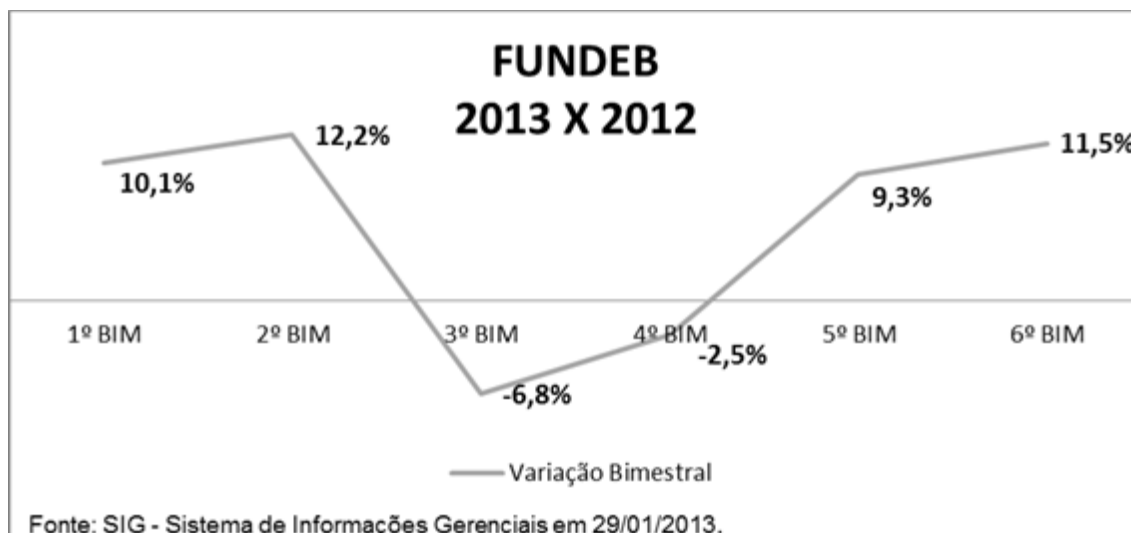
Com arrecadação de R\$ 51,40 milhões no bimestre, esta receita apresentou redução de 60,8% (- R\$ 79,56 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. A queda concentrou-se na redução das transferências diretas do FNDE e pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) em novembro de 2012 no valor de 82,29 milhões que não se repetiu em 2013.

Além disso, uma receita atípica no mês de julho de 2012 na conta outras transferências diretas do FNDE foi a principal responsável por retratar uma queda no acumulado de 55,4% (- R\$ 139,20 milhões), em comparação com o acumulado de 2012.

- FUNDEB

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos estados e municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

Gráfico 30

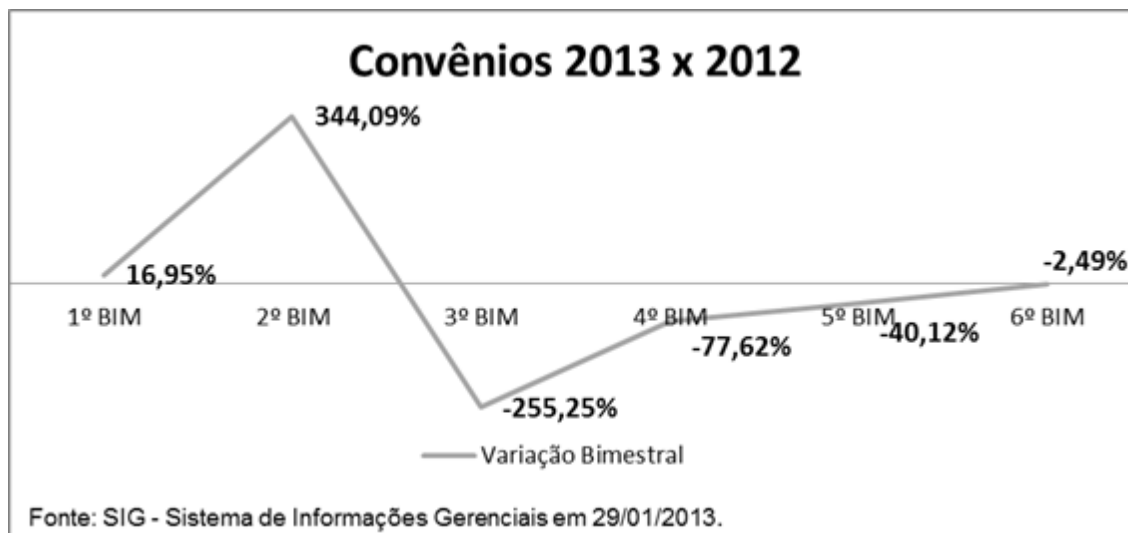


O crescimento das receitas do FUNDEB no bimestre (+11,5% / + R\$ 45,77 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu resultado favorável, também contribuiu para que o acumulado alcançasse R\$ 2.603,36 milhões, superando em R\$ 135,66 milhões (+5,5%) o acumulado do ano passado.

- CONVÊNIOS

As receitas de convênios alcançaram R\$ 32,08 milhões, apresentando leve queda de 2,5% em relação ao mesmo bimestre do ano passado. A redução concentrou-se nos valores transferidos à Imprensa Oficial para a Subsecretaria de Comunicação Social.

Gráfico 31



No acumulado de 2013, as receitas de convênios totalizaram R\$ 118,43 milhões, o que representa uma queda de 30,9% (- R\$ 53,08 milhões) em relação ao ano de 2012. Esse resultado é visível nas transferências referentes ao Instituto Vital Brazil S.A., além da Imprensa Oficial.

IV.II Receitas de Capital²⁵

Bimestre: R\$ 2.381,59 milhões / -31,6%

Acumulado: R\$ 9.907,92 milhões / + 79,7%

Tabela 17

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

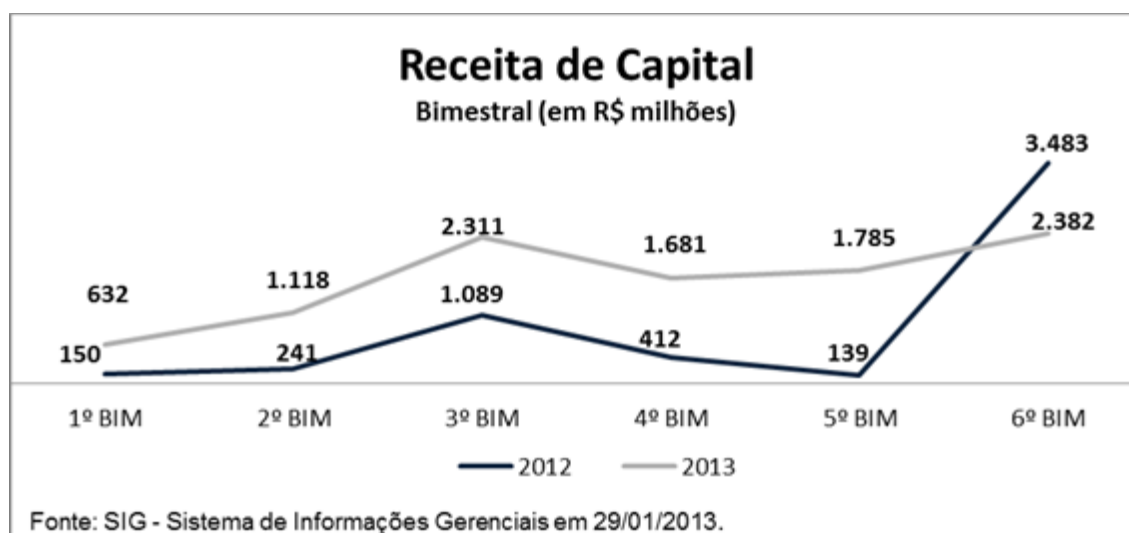
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITAS DE CAPITAL	3.483,41	2.381,59	-31,6%	5.515,05	9.907,92	79,7%
Operações de Crédito	3.284,11	1.748,56	-46,8%	4.755,17	5.030,29	5,8%
Alienação de Bens	3,66	481,75	13.072,2%	23,11	4.153,35	17.873,4%
Amortiz. de Empréstimos	32,68	51,45	57,4%	213,45	244,87	14,7%
Transf. de Capital	162,96	99,84	-38,7%	523,13	479,41	-8,4%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,19	0,00	-100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 29/01/2013.

As Receitas de Capital apresentaram uma redução bimestral de -31,6% (- R\$ 1.101,82 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, apesar do bom desempenho da receita de alienação de bens. As quedas concentraram-se nas operações de crédito e transferências de capital.

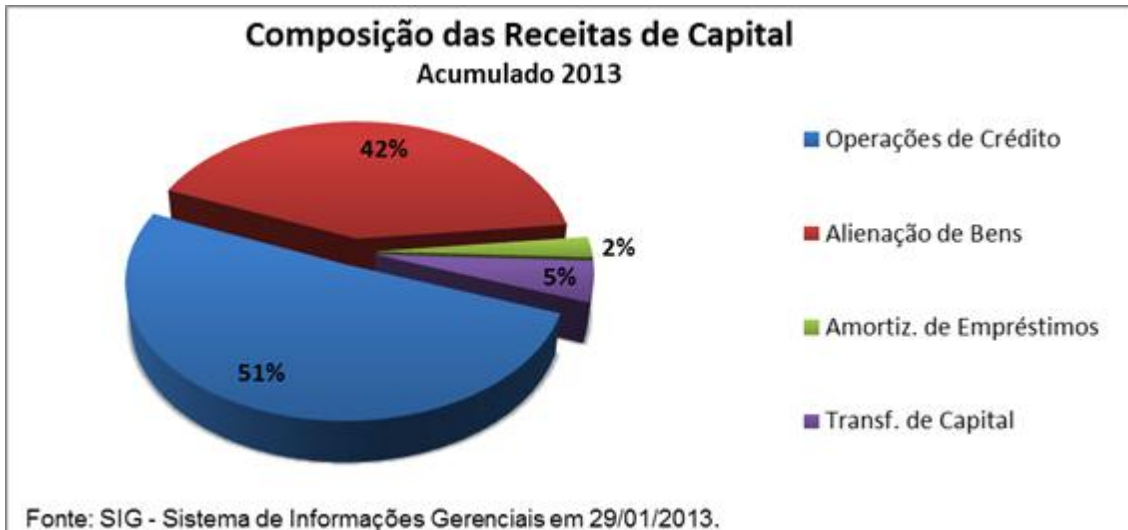
Gráfico 32



²⁵ A Receita de Capital considerada nos relatórios de Receita Estadual é bruta, ou seja, inclui o valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

No acumulado, as receitas de capital registraram um crescimento de 79,7% (+ R\$ 4.392,88 milhões) em relação a 2012. Esse desempenho foi resultado principalmente do aumento das receitas de Alienação de Bens além das receitas provenientes de Operações de Crédito.

Gráfico 33



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Neste bimestre, as receitas das operações de crédito sofreram queda de 46,8% (- R\$ 1.535,56 milhões) em relação a 2012 devido ao diferimento do fluxo de recebimentos, com destaques negativos para o Programa de Integração e Mobilidade Urbana e o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal – PRODESF.

O resultado do acumulado de 2013 registrou um crescimento de 5,8% (+ R\$ 275,12 milhões). Esse desempenho é resultante das operações de crédito que objetivam financiar programas de governo, sendo os mais expressivos Pro-Cidades I e II26 (R\$ 1.543,13 milhões – Banco do Brasil), Metro Linha 4 Fase II (R\$ 995,37 milhões –

²⁶ A operação de crédito realizada para o Programa de Melhoria da Infra Estrutura do Estado do Rio de Janeiro para Grandes Eventos – PRÓ-CIDADES II/RJ destina-se a complementar os recursos para as seguintes intervenções: Mobilidade Urbana (Linhas 3 e 4 do Metrô, Asfalto e Estação Ferroviária do Maracanã), Segurança Pública, Cultura, Saúde Pública, Educação, Defesa Civil e Saneamento Básico.

BNDES), PROMIT (R\$ 1.166,65 milhões – BIRD) e PROCOI27 (R\$ 399,96 milhões – Caixa Econômica Federal).

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou crescimento bimestral de 13.072,2% (+ R\$ 478,09 milhões). Tal atipicidade é proveniente da receita de vendas referente à última parcela do preço de oferta do BERJ no valor de R\$ 476,74 milhões no mês de dezembro.

No acumulado, essa conta apresentou aumento de 17.153,35% (+ R\$ 4.130,24 milhões). Esse resultado é explicado pelo ingresso financeiro da receita proveniente da cessão de ativos do RIOPREVIDÊNCIA no valor de R\$ 3.300,00 milhões e da venda do BERJ no valor de R\$ 741,84 milhões.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As transferências de capital sofreram, no bimestre, decréscimo de 38,7% (- R\$ 63,13 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, o que contribuiu para que o acumulado apresentasse uma queda de 8,4% (- R\$ 43,71 milhões). As transferências do bimestre que explicam essa queda são as relativas às transferências de convênios da União destinadas ao PAC, especificamente as destinadas ao DNIT – Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes.

As transferências de capital do ano de 2013 que justificam a queda são, além das transferências ao DNIT – Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes, os repasses relativos a Caixa Econômica Federal, Companhia Estadual de Água e Esgoto-CEDAE, Ministério da Integração Nacional, dentre outras.

A venda de títulos do RIOPREVIDÊNCIA garantiu a entrada de R\$ 3,3 bilhões na receita de alienação de bens em 2013.

²⁷ Os recursos resultantes da operação de crédito referente ao Programa Coordenado de Investimentos – PROCOI destinam-se a complementar os recursos para a realização das obras de infraestrutura viária da Fundação Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RJ), do Programa Pró-Moradia, Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã, de recuperação do Complexo Lagunar de Jacarepaguá e da Construção de Unidades de Segurança Pública.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

Em 2013, conforme apresentado na Tabela 22, foram liquidados R\$ 71,66 bilhões, dos quais R\$ 65,77 bilhões (91,8%) no âmbito do Poder Executivo e R\$ 5,90 bilhões (8,2%) nos demais Poderes, incluídas as despesas intra-orçamentárias.

A dotação final autorizada alcançou R\$ 85,42 bilhões: R\$ 79,11 bilhões para gastos do Poder Executivo e R\$ 6,31 bilhões para os demais Poderes.

Embora tenham permanecido indisponíveis apenas R\$ 449,02 milhões, deixaram de ser aplicados cerca de R\$ 13,30 bilhões, ou seja, 15,6% da dotação disponível, com destaque as dotações financiadas com operações de crédito. Estas, embora orçadas, não foram pactuadas ou o a receita não atingiu à expectativa do ano; a despesa financiada com essas operações atingiu 45,9% da dotação disponível.

A tabela a seguir evidencia a despesa total do Estado, detalhada por Poder.

Em 2013, foram liquidados R\$ 71,66 bilhões, incluídas as despesas intra-orçamentárias. Desse montante, R\$ 65,77 bilhões (91,8%) foram executados no âmbito do Poder Executivo.

Tabela 18

R\$ MILHÕES

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A DEZ 2013							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2012	DESPESA SEM INTRA	56.436	63.465	5.215	58.250	55.640	55.640
	DESPESA INTRA	2.351	2.617	18	2.599	2.595	2.595
	DESPESA TOTAL	58.787	66.082	5.234	60.848	58.236	58.236
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	76.287	442	75.844	62.962	62.962
	DESPESA INTRA	2.694	2.819	0,1	2.819	2.805	2.805
	DESPESA TOTAL	67.386	79.105	442	78.663	65.768	65.768
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2012	DESPESA SEM INTRA	4.854	5.520	-	5.520	5.192	5.192
	DESPESA INTRA	392	395	-	395	392	392
	DESPESA TOTAL	9.653	11.353	0	11.347	10.618	10.618
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	5.833	7	5.827	5.426	5.426
	DESPESA INTRA	555	480	-	480	469	469
	DESPESA TOTAL	5.354	6.313	7	6.306	5.895	5.895

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2013.

V.II Créditos Adicionais

O orçamento 2013 do ERJ fixou, inicialmente, as despesas em R\$ 69,49 bilhões, excluídas as despesas intra-orçamentárias e as Empresas Públicas independentes, CEDAE e Imprensa Oficial. Até o 6º bimestre, em decorrência de créditos adicionais autorizados, a despesa foi ampliada em 18,2%, acréscimo de R\$ 12,63 bilhões, detalhados por Ação na Tabela 23.

Este acréscimo ocorreu, em sua maior parte pelo ingresso de recursos vinculados no âmbito do Tesouro Estadual, +R\$ 5,93 bilhões, dos quais R\$ 4,19 bilhões de Operações de Crédito e R\$ 1,71 bilhão de recursos próprios do Tesouro. Nas Demais Fontes de Recursos, o acréscimo foi de R\$ 6,70 bilhões: R\$ 795 milhões provenientes de Convênios, R\$ 3,30 bilhões de Depósitos Judiciais não Tributários e R\$ 2,60 bilhões de Outras Fontes de recursos, com predominância das receitas do RIOPREVIDÊNCIA, conforme demonstrado na Tabela 23

A ação de Pagamento de Precatórios Judiciais, conforme já mencionado, recebeu R\$ 3,30 bilhões em decorrência da LC Estadual 147/2013 que autorizou a utilização de até 25% dos recursos do Fundo de Depósitos Judiciais não Tributários (valores que pessoas e empresas são obrigadas a depositar em juízo sempre que vão discutir uma questão financeira) no pagamento do estoque de precatórios devidos pelo ERJ. O Tribunal de Justiça, órgão responsável pelo pagamento, estima que 12 mil credores sejam diretamente beneficiados.

Os demais acréscimos tiveram as destinações listadas a seguir: Implantação de Novas Linhas Metroviárias, para a construção da Linha 4 do Metrô, foi suplementada com R\$ 936 milhões, recursos oriundos de Operações de Crédito com o BNDES. Para a continuidade da Implantação do Arco Metropolitano foram destinados R\$ 684 milhões, dos quais R\$ 314 milhões são oriundos de Convênio com o Governo Federal/PAC e, para Transporte e Desenvolvimento Urbano, R\$ 450 milhões, aí incluída a compra de novos vagões para o transporte ferroviário.

Tabela 19
Alterações no Orçamento 2013

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A DEZ 2013			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOT. ATUAL
TESOURO	49.869	5.934	55.802
OP. CRÉDITO	6.092	4.194	10.286
DEMAIS FONTES	19.622	6.696	26.317
CONVÊNIOS	1.898	795	2.693
DEP. JUD. NÃO TRIB.	0	3.296	3.296
OUTRAS	17.724	2.604	20.329
TOTAL	69.491	12.629	82.120

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2013.

Exceto despesas intra-orçamentárias

O aporte de créditos sobre a Lei Orçamentária atingiu o total de R\$ 12,63 bilhões. Destacam-se R\$ 4,20 bilhões por operações de Crédito e R\$ 3,30 bilhões por depósitos judiciais não tributários.

Tabela 20

Alterações Orçamentárias – Principais

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A DEZ 2013		
PRINCIPAIS AÇÕES	FUNTE DE RECURSO	CRÉDITOS ADICIONAIS
Pagamento de Precatórios Judiciais	Outras Fontes	3.296
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	Oper. Crédito	936
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	Tesouro*	282
	Oper. Crédito	88
	Outras Fontes	314
	Total	684
Gestão do Transporte e Desenvolvimento Urbano	Oper. Crédito	450
SUBTOTAL		5.366
OUTRAS DEMANDAS		7.263
TOTAL		12.629

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2013, excluídas as despesas intra-orçamentárias

* Exceto Operações de Crédito

V.III Despesas por Fontes

As despesas custeadas com Recursos do Tesouro atingiram, em 2013, 70,9% (R\$ 48,46 bilhões) do total da despesa realizada pelo Estado (R\$ 68,38 bilhões). Esse montante foi suportado, principalmente, com Recursos Provenientes de Impostos (FR 00), responsável por R\$ 29,67 bilhões, Recursos dos Royalties (FR 04), R\$ 3,34 bilhões, e Recursos de Operações de Crédito (Fonte 11), R\$ 5,40 bilhões, demonstrado no Gráfico 34.

Quando comparada à execução de 2012, verifica-se um crescimento de 12,4%, ou seja, +R\$ 7,56 bilhões: aumento de 11,7% (+R\$ 5,09 bilhões) nos Recursos do Tesouro e 14,1% (+R\$ 2,47 bilhões) nos Recursos de Outras Fontes, este justificado basicamente pelo pagamento de inativos e pensionistas na FR 10 – arrecadação própria do RIOPREVIDÊNCIA.

Discriminando melhor as despesas liquidadas em 2013 a partir dos Recursos do Tesouro, constata-se que algumas fontes de recursos apresentaram relevante crescimento, quando comparadas a 2012: Operações de Crédito (FR 11), +R\$ 1,64 bilhão; Royalties e Participação Especial do Petróleo (FR 04), +R\$ 255,22 milhões; Recursos não Provenientes de Impostos (FR 01), +R\$ 553,57 milhões; e FECP - Adicional do ICMS (FR 22), +R\$ 169,96 milhões.

O Gráfico 34 demonstra a participação dessas fontes na composição dos Recursos do Tesouro.

Tabela 21
Despesas por FR

R\$ Milhões

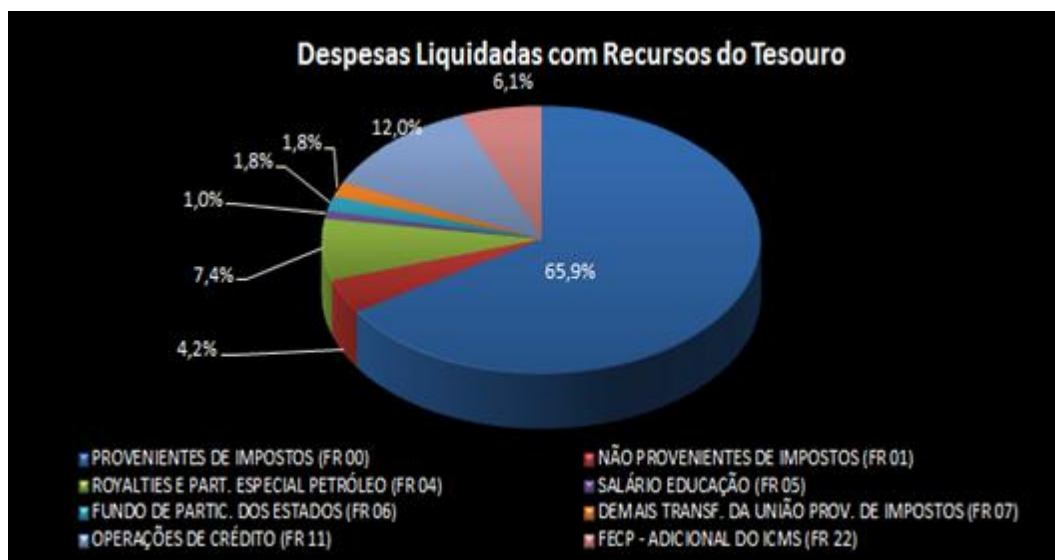
DESPESA POR FONTE DE RECURSO			
DISCRIMINAÇÃO	JAN A DEZ		Variação %
	2012	2013	
RECURSOS DO TESOURO	43.364	48.455	11,7%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	17.468	19.934	14,1%
TOTAL	60.832	68.388	12,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

Exclui despesas intra-orçamentárias, Imprensa Oficial e CEDAE

Gráfico 34



A Tabela 26 ao lado demonstra as principais ações executadas com Operações de Crédito (FR 11) com destaque para os seguintes projetos:

- Implantação de Novas Linhas Metroviárias: a construção da Linha 4 do Metrô, percurso de aproximadamente 16 Km de extensão que ligará Barra a Ipanema num trajeto de 15 minutos, transportará, a partir de 2016, mais de 300 mil usuários por dia, retirando das ruas cerca de 2 mil veículos. A ação demandou em 2013 R\$ 2.013 milhões de recursos oriundos da FR 11.

- Implantação de Projetos de Infraestrutura: dentre eles cabe destacar o Programa Bairro Novo, que realiza obras de urbanização e pavimentação em diversos municípios fluminenses que requereu R\$ 487,80 milhões. A ação também foi responsável pela recuperação de 122 blocos do Conjunto Habitacional dos Aeronautas e Aeroviários (R\$ 16,38 milhões) e pela implantação do Centro da Terceira Idade na Casa das Princesas (R\$ 5,73 milhões).

- Implantação do Arco Metropolitano: importante obra que propiciará a interligação de rodovias federais e a integração de complexos industriais, transformando a Baixada Fluminense em uma grande área logística. Há uma estimativa de que este importante projeto reduza em até 20% o custo do transporte de produtos no Estado.

Tabela 22
Ações Financiadas FR 11

Valores em R\$	
PRINCIPAIS AÇÕES JAN-DEZ 2013	Valor
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	2.013.892.897
Implantação de Projetos de Infraestrutura	557.954.228
Reforma do Complexo do Maracanã	383.076.670
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	345.772.086
Implant e Melh da Infraestr Viária – Pró-Vias	106.856.094
Melhoria no Sistema de Transp Ferro - PET II	78.359.487
Melhoria Transp Copa 2014 e Olimpíadas 2016	70.319.861
Ampliação da Rede e Melhor da Infraestrutura	64.826.565
Recuperação da Região Serrana	62.041.171
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	61.791.302
Aquisição de Embarcação	59.253.104
Gestão da Frota	49.665.280
Reestr Delegacias Legais e Órg Investigativos	46.768.663
TOTAL	3.900.577.407

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

Programa Bairro Novo



Arco Metropolitano

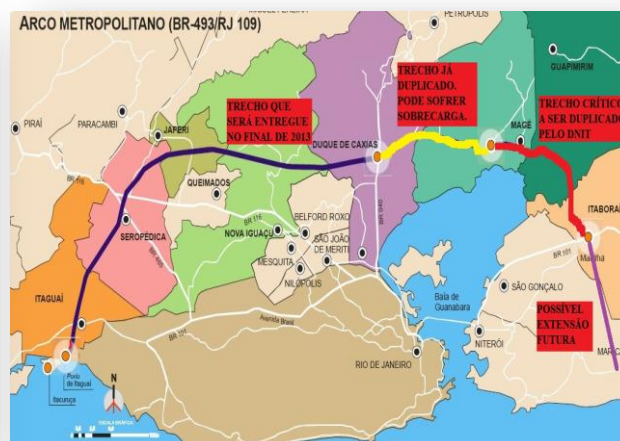


Tabela 23
Ações Financiadas FR 25

Valor em R\$	
Principais Ações (FR 25) JAN-DEZ 2013	RECURSOS
Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat	218.902.780
Assist. Hosp. e Amb. em Méd. e Alta Complex.	214.144.904
Op Serv Saúde Unid Próp por Gest Compart	68.062.297
Contratação de Serviço de Saúde Privado	59.200.573
Operacionalização das UPAS 24h *	65.489.131
Oper do Hospital Universitário Pedro Ernesto	46.895.033
Assistência Farmacêutica Especializada	42.565.366
Prest. Assist. Móvel Urgência e Emergência	25.816.027
Monit. Lab.de Doenç de Interesse Saúde Púb.	13.977.791
Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest Compart.	11.581.179
Real. Ex. Cent. Diag. por Imag. - Rio Imagem	10.888.159
SUBTOTAL	777.523.239
DEMAIS AÇÕES	44.211.546
TOTAL	821.734.785

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

* Valor inclui as UPAS do ERI, as operacilizadas por meio de OS e o apoio as UPAS municipais

A repartição de receitas com os Municípios requereu R\$ 9,57 bilhões nos termos constitucionais.

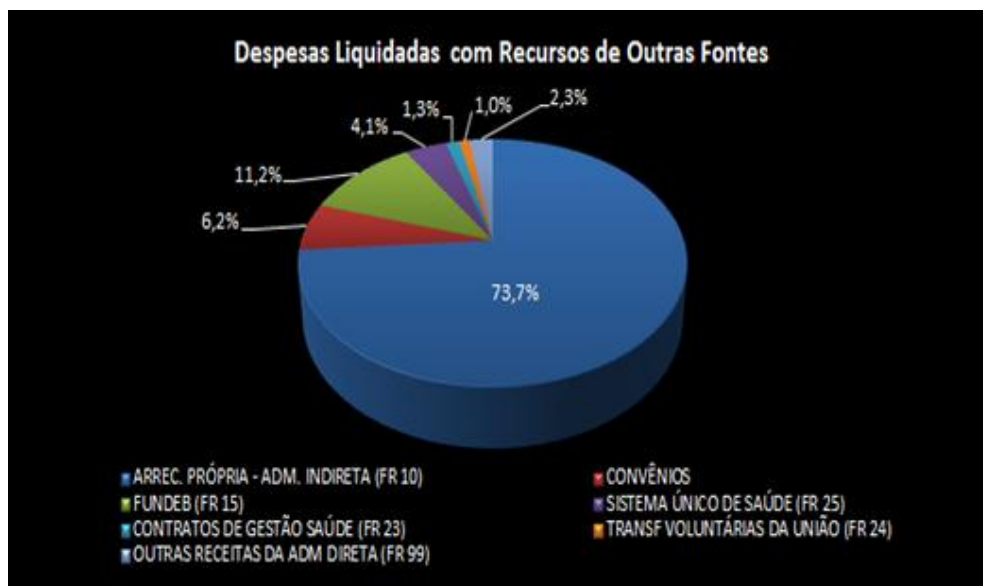
As despesas liquidadas com recursos oriundos de fontes não Tesouro, conforme já mencionado, somaram R\$ 19,93 bilhões, dos quais (73,7%), R\$ 14,70 bilhões, ocorreram na FR10 (Arrecadação Própria da Administração Indireta): basicamente RIOPREVIDÊNCIA.

A FR 15 (FUNDEB), retorno de parcela dos recursos repassados ao FUNDEB/Estado para aplicação na Rede de Ensino Estadual, em 2013, quando comparada a 2012, aumentou 5,5% (+R\$ 116,01 milhões), pequeno incremento por conta da redução do coeficiente de alunos da Rede Estadual, o que reflete em aumento da Perda Líquida.

Vale destacar também a participação da FR 25 (Sistema Único de Saúde) neste exercício: R\$ 821,73 milhões de despesas executadas (participação de 4,1%). A Tabela 27 ao lado demonstra a aplicação desse recurso.

O Gráfico 35 demonstra a participação dessas fontes de recursos.

Gráfico 35



V.IV Despesas por Grupo

Este tópico procura evidenciar o agrupamento das despesas orçamentárias por Categoria Econômica (artigo 12 da Lei 4.320/1964) e por Grupo de Despesa dando visibilidade à destinação final do gasto.

A Tabela 28 demonstra as despesas por grupo segundo as categorias econômicas (custeio e capital), correlacionando os dados apurados no 6º bimestre/2013 e no acumulado do ano com os de 2012.

Tabela 24
Despesas por Grupo

- Despesas Correntes Total:
Bimestre 2013: R\$ 14,3 bilhões
Acumulado 2013: R\$ 58,4 bilhões

- Despesas de Capital Total:
Bimestre 2013: R\$ 3,4 bilhões
Acumulado 2013: R\$ 9,9 bilhões

- FUNDEB Total:
Bimestre 2013: R\$ 964 milhões
Acumulado 2013: R\$ 5,4 bilhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	NOV A DEZ			JAN A DEZ		
		2012	2013	Variação %	2012	2013	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.531	4.874	92,6%	14.411	18.620	29,2%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	1.914	4.158	117,3%	10.904	14.779	35,5%
	1.2 - OUTROS PODERES	617	716	16,1%	3.507	3.841	9,5%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	489	583	19,1%	2.633	2.931	11,3%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.440	8.828	18,6%	36.041	36.859	2,3%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	3.529	5.138	45,6%	11.146	14.239	27,7%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	3.114	4.757	52,7%	9.895	12.935	30,7%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	415	381	-8,2%	1.251	1.304	4,2%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.627	2.017	23,9%	10.260	11.755	14,6%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.444	1.673	15,9%	9.889	10.865	9,9%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.373	1.591		1.388	1.293	-6,8%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	71	83	16,5%	8.501	9.572	12,6%
	SUBTOTAL CORRENTE	10.460	14.284	36,6%	53.085	58.411	10,0%
FUNDEB	840	964	14,7%	4.745	5.410	14,0%	
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	2.319	2.822	21,7%	5.314	6.928	30,4%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	2.162	2.710	25,3%	4.883	6.654	36,3%
	4.2 - OUTROS PODERES	157	112	-28,5%	430	274	-36,4%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS						
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	71	119	68,1%	207	217	5,0%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	374	456	21,8%	2.226	2.832	27,2%
TOTAL CAPITAL	2.764	3.397	22,9%	7.747	9.978	28,8%	
TOTAL GERAL	13.224	17.681	33,7%	60.832	68.388	12,4%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 30/01/2014

Excluí despesas intra-orçamentárias / Excluí Imprensa Oficial e CEDAE

*Em 2013, o cálculo do FUNDEB passou a ser feito por meio de contas redutoras.

As Despesas Correntes, aqui consideradas as despesas de pessoal, inativos, custeio e as vinculações constitucionais e legais (transferências aos municípios e encargos com a União), excluídas as transferências para o FUNDEB, requereram 85,4% (R\$ 58,41 bilhões) do total liquidado em 2013. As Despesas de Capital, basicamente Investimentos e Amortização da Dívida, requereram 14,6% (R\$ 9,98 bilhões).

No grupo de Despesas Correntes, o Poder Executivo, em Pessoal e no Custeio, aplicou R\$ 27,71 bilhões. Deu-se prioridade à valorização

das carreiras dos servidores da segurança, da educação, saúde e administração através da concessão de gratificações e reajustes salariais.

Cabe também destacar a significativa participação das Transferências Obrigatórias (repasses aos municípios, assegurados constitucionalmente, além da indenização à União, compromisso assumido em 1997, antecipação da receita de Royalties para capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA): crescimento de 9,9% (+R\$ 976,18 milhões) no acumulado do ano e de 15,9% (+R\$ 229,80 milhões) no bimestre.

O pagamento com inativos e pensionistas registrou crescimento de 14,6% (+R\$ 1,49 bilhão) no acumulado do ano e de 23,9% (+R\$ 389,41 milhões) no bimestre, reflexo direto dos benefícios salariais concedidos às diversas carreiras.

As Despesas de Custeio, manutenção das atividades dos órgãos e implementação de programas de Governo, cresceram no bimestre 45,6% (+R\$ 1,06 bilhão) e 27,7% (+R\$ 3,09 bilhões) no acumulado do ano, consequência da atenção dispensada a setores estratégicos do Governo: saúde pública (Programa de Operacionalização das UPAS através de Contratos de Gestão com Organizações Sociais - OS), transporte público (Bilhete Único) e assistência social (pagamento de Aluguel Social – atendimento às vítimas de catástrofes naturais – e Renda Melhor, ajuda financeira a pessoas que se encontram em condição de extrema pobreza).

As Despesas com Investimentos cresceram 21,7% (+R\$ 502,97 milhões) no último bimestre, e 30,4% (+R\$ 1,61 bilhão) no acumulado, decorrente da realização de ações que objetivam melhorar a infraestrutura do Estado.

Esses programas são comentados adiante, discriminados os gastos e variações do período em análise.

➤ Despesas de Pessoal

Tabela 25
Despesas de Pessoal - Principais Áreas

R\$ Milhões

ÓRGÃO	DESPESAS DE PESSOAL DAS PRINCIPAIS ÁREAS - JAN A AGO 2013					
	NOV A DEZ		Variação %	JAN A DEZ		Variação %
	2012	2013		2012	2013	
Segurança Pública	507	522	3,0%	2.895	3.729	28,8%
Educação	365	437	19,7%	2.281	2.594	13,7%
Saúde	243	194	-20,2%	1.254	1.163	-7,3%
Ciência e Tecnologia	160	179	12,0%	919	1.035	12,6%
DEMAIS ÁREAS	1.255	1.375	9,6%	7.063	7.933	12,3%
SUBTOTAL - Pessoal	2.531	2.708	7,0%	14.411	16.454	14,2%
LC 147/2013 - Precatórios de Pessoal pagos pela ERJ					2.166	-

Bimestre 2013:
R\$ 2,71 bilhões/ + 7,0%

Acumulado 2013:
R\$ 16,45 bilhões/ +14,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Tabela 29 evidencia as Despesas de Pessoal segundo as áreas com maior representatividade no exercício de 2013 - Segurança Pública, Educação, Ciência e Tecnologia - que se destacaram pelas significativas variações registradas, e juntas liquidaram R\$ 8,52 bilhões, 51,8% do total realizado no ano, aumento de 16,0% (+R\$ 1,17 bilhão) quando comparados a 2012.

A aparente variação negativa apresentada na área da Saúde se dá por conta do novo modelo de administração por Contrato de Gestão com Organizações Sociais (O.S). Essa despesa é paga pelo FES como Serviços Prestados de Saúde, incluindo no valor do Contrato o pagamento de pessoal, o custeio e até os investimentos requeridos pela Unidade de Saúde, objeto do contrato firmado. Dessa forma a destinação final do gasto deixa de ser evidenciada por Grupo de despesa.

Dentre as três áreas selecionadas a maior despesa está registrada em Segurança Pública, Tabela 30, R\$ 3,73 bilhões aumento de 28,8% (+R\$ 834,25 milhões) frente ao valor aplicado em 2012, reflexo de reajustes salariais, admissão de profissionais concursados e concessão de gratificações diversas segundo o regime de serviço e a lotação do policial, além do auxílio moradia (Lei Estadual N° 6.162/2012 concedido a toda corporação).

Na Educação, a despesa liquidada aumentou no acumulado do ano 13,7% (+R\$ 313,33 milhões) e 19,7% (+R\$ 71,85 milhões) no bimestre, consequência do reajuste 8% concedido aos servidores ativos da SEEDUC, DEGASE e FAETEC (Decreto nº 6.745/2013), do

A LC 147/2013 possibilitou a utilização de até 25% dos recursos dos depósitos judiciais não tributários para o pagamento dos precatórios. Uma conquista para o equilíbrio das contas públicas do ERJ.

Tabela 26
Despesas Liquidadas da Segurança

Valores em R\$

Despesas Liquidada de Pessoal da Segurança (JAN-DEZ)			
	2012	2013	VAR %
Folha de Pagamento	2.850.068.653	3.626.687.046	27,2%
RAS	6.075.041	29.254.659	381,6%
PROES	9.494.725	14.340.377	51,0%
UPP	29.124.510	58.735.338	101,7%
Total	2.894.764.941	3.729.017.419	28,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

pagamento antecipado das parcelas da gratificação do Programa Nova Escola, vincendas em 2015, além da gratificação de Dificil Provimento (R\$ 300/mês) para os profissionais lotados em área de risco e de difícil acesso; no ano essa gratificação requereu R\$ 41,49 milhões).

As demais áreas requereram R\$ 7,66 bilhões em 2013 – aumento de 13,26% (+R\$ 896,91 milhões) em relação a 2012, dos quais, 37,2% (R\$ 333,93 milhões) se referem aos Demais Poderes, 22,5% (R\$ 201,44 milhões) à Defesa Civil que acompanha, em grande parte, os benefícios concedidos à Segurança.

Computado no grupo de Pessoal o valor pago de precatórios com recursos do Fundo de Depósito Judicial não Tributário aparece na tabela em separado, por ser uma despesa atípica, decorrente de autorização concedida em Lei, conforme já citado em outros itens desse Boletim.

➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 31 a seguir demonstra custo da manutenção de todos os órgãos do Estado, R\$ 13,11 bilhões, agrupando as principais ações de áreas finalísticas (vide Notas de Rodapé) e o custeio dos demais Poderes. Em separado, o custo de inativos e pensionistas, o valor transferido aos municípios e o valor de precatórios pagos nesse grupo de despesa, considerada atípica e de natureza não continuada, por se tratar de liquidação de estoque devido.

Em sua totalidade as Despesas do Grupo executaram R\$ 35,72 bilhões. Quando comparadas a 2012, aumentaram 14,2% (+R\$ 4,43 bilhões) no ano e no bimestre, 33,8%, (+R\$ 2,23 bilhões).

Tabela 27

R\$ Milhares

AÇÕES	OUT - DEZ		Variação %	JAN - DEZ		Variação %
	2012	2013		2012	2013	
Principais Ações - Saúde	768.822	1.048.124	36,3%	1.748.078	2.600.159	48,7%
Demais Poderes	414.782	380.660	-8,2%	1.250.933	1.303.941	4,2%
Principais Ações - Educação	281.548	255.862	-9,1%	680.440	666.796	-2,0%
Principais Ações - Segurança	200.789	253.036	26,0%	653.349	716.643	9,7%
Principais Ações - Transporte	91.897	137.137	49,2%	593.176	688.754	16,1%
Renda Melhor + Aluguel Social	44.756	52.714	17,8%	278.178	305.013	9,6%
Comunicação e Divulgação	65.820	103.833	57,8%	246.354	301.012	22,2%
Principais Ações - FAPERJ	21.414	34.313	60,2%	141.816	152.133	7,3%
Principais Ações - Incentivo ao Esporte	18.209	25.415	39,6%	80.045	116.043	45,0%
Demais Desp. Custeio	1.692.071	1.799.266	6,3%	5.473.852	6.258.751	14,3%
Subtotal CUSTEIO	3.600.109	4.090.361	13,6%	11.146.221	13.109.246	17,6%
INATIVOS E PENSIONISTAS	1.627.200	2.016.611	23,9%	10.260.237	11.755.112	14,6%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.372.590	1.590.682	15,9%	9.888.650	10.864.833	9,9%
TOTAL	6.599.899	8.827.541	33,8%	31.295.108	35.729.191	14,2%
LC 147/2013 - Precatórios Judiciais pagos pelo ERJ					1.129.887	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

Saúde: Op. Unid. Próp. Hosp.e Amb. + Op. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Op. UPAS Próp. p/ OS + Contrat. Serv. Saúde Priv. + Op. Serv. Saúde Unid. Próp. Gest. Compart. + Assist. Hosp. e Amb. em Méd. e Alta Complex. + Apoio UPAS Municipalizadas + Apoio Hospital Pedro Ernesto

Educação: Nutrição Escolar + Apoio aos Serviços Educacionais + Autonomia Financeira e Administrativa das Escolas + Transporte Escola

Segurança: Alimentação dos Apenados e Custodiados + Gestão da Frota + Atividades Operacionais das Polícias (Militar e Civil)

Transporte: Bilhete Único + Conservação e Operação das Rodovias

FAPERJ: Apoio a Estudantes e Pesquisadores + Desenv. Estudos e Pesquisas

Esporte: Rio 2016 + Realização de Atividades Esportivas

No âmbito da Saúde, as ações selecionadas requereram no exercício +48,7% (+R\$ 852,08 milhões) no ano, e no bimestre +36,3% (+R\$ 279,30 milhões), em decorrência da implantação do novo modelo de gestão, através contratos firmados com Organizações Sociais (OS) iniciado no último trimestre de 2012, já comentado no item de Despesas de Pessoal.

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 485,72 milhões em no exercício, aumento de 9,2% (+R\$ 40,96 milhões) em relação a 2012. A utilização do benefício superou 413 milhões de transações no ano, 29 milhões a mais do que no ano anterior, média de 34,4 milhões de transações/ mês (R\$ 1,17/transação). Outra ação, Conservação e Operação das Rodovias, liquidou R\$ 203,03 milhões no ano: variação positiva de 36,8% (+R\$ 54,62 milhões) em relação a 2012.

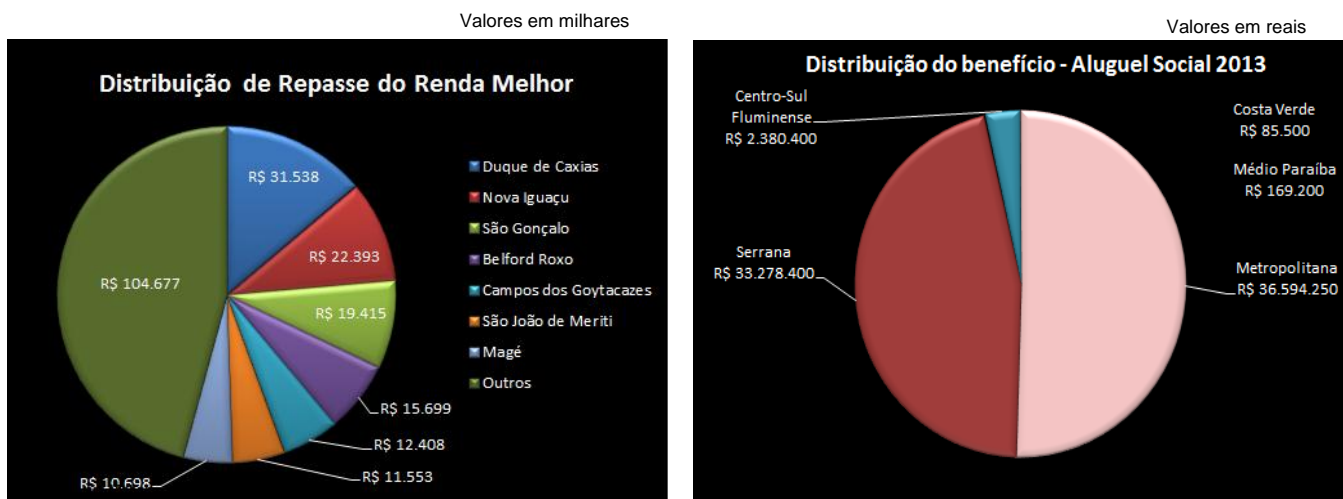
Na Segurança Pública, a ação de Alimentação dos Apenados e Custodiados representou 78,2% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária - significativo aumento de R\$ 61,04 milhões no ano (+27,7%), quando comparado a 2012. Completam esse grupo, Atividades Operacionais e Gestão da Frota: R\$ 435,62 milhões no ano.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílio financeiro á população economicamente menos favorecida, demonstrados abaixo, gastaram em 2013 mais R\$ 26,84 milhões (+9,6%) que em 2012, em decorrência do aumento de beneficiados.

Com expressiva variação percentual, porém não significativa em valores absolutos, os programas de Incentivo ao Esporte aplicaram +45,0% (R\$ 35,99 milhões) que em 2012, em diversos polos voltados para atividades físicas, inclusive em áreas pacificadas.

No ano de 2013, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 36,86 bilhões: um acréscimo de R\$ 5,56 bilhões (+17,78%) frente ao apurado em 2012.

Gráfico 36



➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 32 ao lado demonstra o montante aplicado em Investimento e Inversão Financeira em 2013: aumento de 29,4% (+R\$ 1.624,59 milhões) em relação a 2012, com destaque para as áreas Transporte e Urbanismo.

No âmbito do Transporte Público, em projetos voltados para a melhoria da mobilidade urbana foram aplicados R\$ 2.013,89 milhões – basicamente, construção da Linha 4 – registrando aumento de R\$ 1.220,20 milhões (153,7%) em relação a 2012. Com previsão de término em 2015 e operação nos primeiros meses de 2016, o Metrô Barra beneficiará cerca de 300 mil pessoas por dia.

Na função Urbanismo, a Implantação do Arco Metropolitano, desenvolvida também com recursos de convênios firmados com o Governo Federal, interligará rodovias federais que cortam o território fluminense, impactando positivamente no escoamento de toda produção. Do total dos 145 quilômetros da rodovia, coube ao Estado construir o chamado trecho virgem que liga Duque de Caxias a Itaguaí, atravessando Nova Iguaçu, Japeri e Seropédica. Em 2013 foram investidos R\$ 704,01 milhões, R\$ 368,64 milhões a mais que 2012. A Implantação de Projetos de Infraestrutura, embora com variação negativa, executou em 2013 R\$ 576,86 milhões realizando obras de drenagem e pavimentação em mais de 2.000 ruas de 19 municípios – Programa Bairro Novo.

Na Urbanização de Comunidades, ação em parceria com o Governo Federal, intervenções realizadas no Complexo do Alemão, Maguinhas, Rocinha, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Santa Marta, requereram R\$ 128,83 milhões com destaque para a construção 2.467 moradias, unidades de saúde, escolas, redes de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, além de áreas de lazer. No complexo do Alemão, foram entregues 920 unidades habitacionais. Evidencia-se, como resultado direto desta ação pública, a ampliação do número de alunos matriculados na rede pública e o aumento do volume de negócios e de serviços: o chamado “Efeito UPP” que trouxe desenvolvimento a 36 regiões do Estado.

Tabela 28

Investimentos e Inversão Financeira

Em R\$ Milhares

PRINCIPAIS FUNÇÕES	JAN A DEZ		Variação (%)
	2012	2013	
Transporte	1.380.673	2.446.399	77,2%
Urbanismo	1.340.527	1.626.870	21,4%
Desporto e Lazer	485.165	534.115	10,1%
Educação	302.162	431.245	42,7%
Gestão Ambiental	363.469	392.366	8,0%
Segurança Pública	251.073	340.486	35,6%
Saneamento	282.485	336.690	19,2%
Saúde	186.694	209.104	12,0%
SUBTOTAL	4.592.247	6.317.274	37,6%
DEMAIS FUNÇÕES	928.707	828.272	-10,8%
TOTAL	5.520.953	7.145.546	29,4%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 31/01/2014

Tabela 29

Transporte Público

Em R\$ Milhares

PRINCIPAIS AÇÕES - TRANSPORTE	JAN A DEZ		Variação (%)
	2012	2013	
Novas Linhas Metroviárias	793.691	2.013.893	153,7%
Implant e Melh da Infraestr Viária - Pró-Vias	20.132	106.856	430,8%
Melhoria Transp Copa 2014 e Olimpíadas 2016	-	72.065	-
Aquisição de Embarcação	-	59.253	-
SUBTOTAL	813.823	2.252.067	176,7%
DEMAIS AÇÕES	566.851	194.332	-65,7%
TOTAL	1.380.673	2.446.399	77,2%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 31/01/2014

Tabela 30

Urbanismo

Em R\$ Milhares

PRINCIPAIS AÇÕES - URBANISMO	JAN A DEZ		Variação (%)
	2012	2013	
Implantação do Arco Metropolitano	335.371	704.011	109,9%
Implantação de Projetos de Infraestrutura	578.522	576.857	-0,3%
Recuperação da Região Serrana	177.425	129.036	-27,3%
PAC - Urbanização Comunidades	109.426	128.825	17,7%
SUBTOTAL	1.200.743	1.538.729	28,1%
DEMAIS AÇÕES	139.784	88.141	-36,9%
TOTAL	1.340.527	1.626.870	21,4%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 31/01/2014

No Saneamento, melhorias foram realizadas nos sistemas de abastecimento de água executadas pela CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) em comunidades incluídas no PAC: R\$ 125,47 milhões (+17,8%) que em 2012.

Nas Bacias da Baía da Guanabara, os recursos do FECAM foram aplicados na contratação de ecobarcos para recolher lixo flutuante e na implantação de ecobarreiras na foz de rios e de canais que deságuam na baía – Plano Guanabara Limpa.

**Tabela 31
Saneamento**

Em R\$ Milhares

PRINCIPAIS AÇÕES - SANEAMENTO	JAN A DEZ		Variação (%)
	2012	2013	
PAC - Abastecimento de Água	106.481	125.470	17,8%
Esgotamento Sanitário	26.403	37.329	41,4%
PAC - Macrodrenagem	59.365	71.293	20,1%
PAC - Saneamento	-	843	-
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	84.303	72.823	-13,6%
SUBTOTAL	276.552	307.757	11,3%
DEMAIS AÇÕES	5.933	28.933	387,7%
TOTAL	282.485	336.690	19,2%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 31/01/2014

V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁸, FECAM²⁹ e FEHIS³⁰.

A Tabela 36 ao lado apresenta a execução dos índices constitucionais do exercício 2013, evidenciando a receita total sobre a qual incidirá o percentual mínimo estabelecido por normas constitucionais, e a despesa total liquidada, seguindo os parâmetros exigidos para a contabilização dos índices.

O acompanhamento bimestral destes resultados representa uma ferramenta fundamental para corrigir possíveis desvios ao longo do ano, já que o cumprimento do índice é apurado no encerramento do exercício, após a contabilização das receitas e das despesas realizadas.

➤ **Educação**

A partir deste exercício, as transferências para o FUNDEB foram contabilizadas por contas redutoras, não mais havendo execução orçamentária da Perda Líquida do Estado e do Retorno do FUNDEB. Os R\$ 5,41 bilhões executados até o sexto bimestre, demonstrados na Tabela 36, correspondem à totalidade dos recursos repassados ao FUNDEB, conforme dispõe a Lei Nº 11.494/2007. Os recursos que retornam ao Estado, para sua rede de ensino, são aplicados pela Secretaria de Educação (SEEDUC) através da FR 15 para identificação de sua origem.

Em 2013, a despesa liquidada na Função Educação, com recursos próprios do ERJ, alcançou R\$ 8,30 bilhões, aumento de R\$ 1,20 bilhão quando comparada a 2012 (+16,8%). O percentual aplicado atingiu o patamar dos 25,5% da receita base, montante superior ao percentual mínimo definido por ato normativo.

No Grupo Outras Despesas Correntes, o FUNDEB, aqui incluída a perda líquida, participou com 65,2% das aplicações na função (R\$

²⁸ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁹ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

³⁰ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Tabela 32
Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - DEZ		Variação %
	2012	2013	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	28.241.745	32.496.798	15,1%
DESPESA LIQUIDADADA*	7.103.033	8.299.394	16,8%
FUNDEB**	4.745.423	5.410.207	14,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	7.060.436	8.124.200	15,1%
% ÍNDICE	25,2%	25,5%	0,39%
SAÚDE			
RECEITA BASE	28.241.694	32.496.752	15,1%
DESPESA LIQUIDADADA***	3.415.192	3.903.795	14,3%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	3.389.003	3.899.610	15,1%
% ÍNDICE	12,1%	12,0%	-0,1%
FAPERJ			
RECEITA BASE	16.811.076	19.403.695	15,4%
DESPESA LIQUIDADADA	338.627	389.363	15,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	336.222	388.074	15,4%
% ÍNDICE	2,0%	2,0%	0,0%
FECAM			
RECEITA BASE	7.386.870	7.087.190	-4,1%
DESPESA LIQUIDADADA	413.776	426.855	3,2%
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)****	412.887	426.286	3,2%
% ÍNDICE	5,6%	6,0%	0,4%
FEHIS			
RECEITA BASE	2.565.510	2.779.273	8,3%
DESPESA LIQUIDADADA	287.489	293.897	2,2%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	256.551	277.927	8,3%
% ÍNDICE	11,2%	10,6%	-0,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

** Valor pela Conta Redutora em 2013

*** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde e desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

**** Em 2013, inclui valor equivalente a 5% da receita somado ao adicional do Pré-Sal.

5,41 bilhões), sendo responsável pelo acréscimo de R\$ 664,78 milhões em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela 37.

As despesas de pessoal realizadas com recursos do Tesouro (FR 00 e 22) cresceram 32,2%, (+R\$ 431,49 milhões), totalizando R\$ 1,77 bilhão. A maior parcela deste aumento concentra-se na SEEDUC, cujo total da despesa de pessoal foi de R\$ 504,77 milhões (+128,4%), despesa que também é financiada com recursos da FR 15 (FUNDEB), demonstrado no próximo item desse relatório. No encerramento do exercício o aumento de R\$ 283,73 milhões na folha da SEEDUC, decorre, basicamente do reajuste salarial concedido em junho deste ano(+ 8,0%) e do aumento das demais despesas que compõem a folha, como a Gratificação de Desempenho de Escola, que em comparação ao ano anterior cresceu R\$ 49,43 milhões. Até dezembro, o total de ativos no quadro de pessoal da SEEDUC é de 83.501 professores.

A despesa de custeio realizada no âmbito da Função Educação aumentou 13,5% em relação às despesas liquidadas em 2012 (+R\$ 117,48 milhões). Do total aplicado ao longo do exercício (R\$ 988,25 milhões), a SEEDUC foi responsável por R\$ 599,20 milhões – +14,0% em relação a 2012. Além das despesas gerais com manutenção das unidades e fornecimento de merenda escolar, os auxílios de Alimentação (R\$ 39,87 milhões), de Qualificação (R\$ 12,49 milhões) e de Transporte (R\$ 10,64 milhões) contribuíram para o total realizado. Ainda em custeio foram gastos no serviço de gratuidade de Vale Transporte dos alunos R\$ 59,36 milhões ao longo do ano.

Seguindo a política de valorização do servidor, também foram concedidos auxílio alimentação e transporte aos servidores do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE),(+R\$ 819,18 mil).

Em relação aos investimentos, a maior parte vem sendo realizada com recursos provenientes de operações de crédito, fonte que não está incluída na contabilização do índice. Com recursos do Tesouro foram aplicados R\$135,21 milhões, para melhoria e reequipamento

Tabela 33

Aplicação na Função

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2013
	JAN - DEZ			
	2012	2013		
Pessoal	1.338.982.417	1.770.476.961	32,2%	21,3%
Outras Desp. Correntes	5.616.185.703	6.398.454.610	13,9%	77,1%
Custeio*	870.763.129	988.247.613	13,5%	11,9%
FUNDEB*	4.745.422.574	5.410.206.997	14,0%	65,2%
Investimento/Inversões	150.738.080	135.217.341	-10,3%	1,6%
RP Cancelado	2.872.818	4.754.457	65,5%	0,1%
TOTAL	7.103.033.381	8.299.394.455	16,8%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2013.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

Ônibus para o Transporte Escolar



90 municípios foram contemplados com a aquisição dos novos ônibus e micro-ônibus para o transporte dos alunos da rede pública escolar: Duque de Caxias e São Gonçalo receberam 6 unidades.

da infraestrutura da rede escolar e ampliação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's). Foram aplicados R\$ 36,79 milhões para aquisição de 106 ônibus e 91 micro-ônibus para a realização do transporte rural dos estudantes das redes de ensino, ampliando consideravelmente o acesso do aluno à escola. Pelo DEGASE foram realizadas readaptações físicas nas unidades, reequipamento de 12 (doze) unidades de atendimento socioeducativo de semiliberdade e a reforma das 06 (seis) unidades de atendimento de restrição e privação. Além disso, foram inaugurados 02 (dois) CEMSEs (Centro de Medidas Socioeducativa) de internação e internação provisória, com capacidade de atendimento de 180 adolescentes em conflito com a lei, totalmente equipados, localizados em Campos dos Goytacazes e em Volta Redonda.

A UERJ investiu R\$ 7,64 milhões na Aquisição de Imóveis, localizado em Petrópolis - para abrigar a faculdade de Arquitetura - e em Nova Friburgo - para alocar o Instituto Politécnico IPRJ. O Instituto, que contempla as graduações em Engenharia Mecânica e em Computação, foi transferido para este novo local em virtude das fortes chuvas ocorridas no município.

Por fim, cabe ressaltar a participação da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), órgão que vem desenvolvendo a política de educação profissional no ERJ.

Foram aplicados R\$ 16,42 milhões para a aquisição de novas Unidades Modulares Habitacionais, unidades utilizadas para a ampliação dos CVT's, e R\$ 487,26 mil para a aquisição de imóvel no município de Valença para a instalação do CVT no centro-sul fluminense.

CVT de Barra Mansa é o 38º do Estado, com módulo de Técnico em Fabricação Mecânica, e foi inaugurado neste 6º bimestre.



CVT de Barra Mansa

A Tabela 38 abaixo demonstra a distribuição da despesa do Índice por Unidade Orçamentária do ERJ.

Tabela 34
Distribuição do índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN - DEZ		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	856.321.424	1.184.709.875	38,3%	40,9%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	121.852.280	139.089.196	14,1%	4,8%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	622.061.727	722.146.912	16,1%	25,0%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	593.295.618	674.742.816	13,7%	23,3%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	121.571.012	122.329.131	0,6%	4,2%
CECERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	26.665.580	28.586.520	7,2%	1,0%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	18.715.984	22.337.464	19,3%	0,8%
Total das Unidades Orçamentárias**	2.360.483.625	2.893.941.915	22,6%	34,9%
FUNDEB**	4.745.422.574	5.410.206.997	14,0%	65,2%
RP Cancelado**	2.872.818	4.754.457	65,5%	0,1%
TOTAL DO ÍNDICE	7.103.033.381	8.299.394.455	16,8%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2013.

*A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

- Educação - Outras Fontes de Recursos**

A área de Educação, conta ainda com Outras Fontes de Recursos, que embora não sejam contabilizadas no índice constitucional, somam um montante significativo dentro do gasto total da área: R\$ 3,10 bilhões.

A Tabela 39 abaixo discrimina a aplicação desses recursos segundo a origem e vinculação que, em relação a 2012, registrou variação positiva de 7,1%, (+R\$ 204,92 milhões).

Tabela 35
Função Educação

Em R\$

FUNÇÃO EDUCAÇÃO				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN - DEZ		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
FUNDEB (FR 15)	2.117.139.198	2.233.153.403	5,5%	72,1%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	439.800.609	429.147.425	-2,4%	13,9%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	188.736.359	204.873.306	8,5%	6,6%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	51.585.678	59.569.265	15,5%	1,9%
SUS (FR 25)	39.451.542	46.895.033	18,9%	1,5%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)		64.826.565	0,0%	2,1%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	55.723.628	58.925.481	5,7%	1,9%
OUTRAS RECEITAS DA ADMIN. DIRETA (FR 98)	143.251	110.025	-23,2%	0,0%
TOTAL	2.892.580.265	3.097.500.503	7,1%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

A despesa financiada pela FR 15 (FUNDEB) foi destinada quase integralmente para cobrir a folha de pessoal (R\$ 2,08 bilhões), bem como auxílios concedidos aos profissionais da área (R\$ 145,79 milhões): Alimentação (R\$ 74,85 milhões), Qualificação (R\$ 25,19 milhões) e Transporte (R\$ 45,76 milhões).

As despesas liquidadas com recursos do Salário Educação (FR 05) se concentraram nas ações de nutrição escolar, ação que contempla o preparo e distribuição da alimentação, os serviços de copa e cozinha e o apoio à nutrição dos alunos (R\$ 181,00 milhões) e manutenção do funcionamento das escolas (Limpeza e Conservação, Vigilância Ostensiva, Serviços Administrativos) com R\$ 91,77 milhões.

Para o Programa Renda Melhor Jovem, que visa incentivar financeiramente os jovens alunos da rede pública para que eles concluam com êxito todos os anos do ensino médio, a SEEDUC desembolsou, em 2013, R\$ 11,41 milhões, atendendo um total de 13.148 beneficiados.

As despesas realizadas por meio da FR 24, cresceram 8,5% (+R\$ 16,14 milhões) e se destinaram ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (R\$ 78,26 milhões) e reequipamento das escolas da rede estadual (R\$ 22,17 milhões).

A FR 25 – SUS financiam as despesas do Hospital Universitário Pedro Ernesto, administrado pela UERJ. Basicamente, este recurso foi aplicado no financiamento de despesas com medicamentos em geral, aquisição de equipamentos hospitalares e materiais cirúrgicos e também no repasse para outras unidades de saúde da UERJ.

A SEEDUC foi contemplada neste exercício com recursos de Operação de Crédito (FR 11) do Programa de Melhoria da Infraestrutura do ERJ – o Pró-Cidades II. Foram aplicados R\$ 64,82 milhões na ampliação da rede física, reforma e construção e R\$ 7,12 milhões com aquisição de Unidades Modulares. Com este recurso, a Secretaria também investiu em obras e na restauração do Colégio Benjamim Guimarães, patrimônio da cidade de Valença (R\$ 4,34 milhões). O Colégio Olga Benário Prestes, em Bonsucesso, a ser inaugurado no início de 2014, foi outro beneficiado: foram aplicados R\$ 3,74 milhões da FR 11.

O Colégio Benjamin Guimarães funciona no prédio tombado pelo Patrimônio Histórico em Valença.



O Colégio Benjamin Guimarães funciona em prédio tombado pelo Patrimônio Histórico



Colégio Olga Benário Prestes, em Bonsucesso: 26 salas de aula, auditório, biblioteca, diversos laboratórios, piscina semi-olímpica e quadra poliesportiva coberta.

➤ Saúde

Em 2013, registrou-se significativo aumento das despesas em ações direcionadas à saúde pública do ERJ: 14,3%, ou seja, +R\$ 488,60 milhões, conforme demonstrado na Tabela 40.

Tabela 36
Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR GRUPO DE DESPESA				
GRUPO DE DESPESA	JAN A DEZ		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
Pessoal	1.309.064.842	1.220.533.787	-6,8%	31,3%
Outras Desp. Correntes	1.943.512.335	2.507.283.099	29,0%	64,2%
Investimento/Inversões	167.703.887	170.317.584	1,6%	4,4%
Amortização da Dívida	1.732.922	5.660.102	226,6%	0,1%
RP Cancelado	6.821.685	-	-100,0%	0,0%
TOTAL	3.415.192.300	3.903.794.573	14,3%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

Tabela 37

Em R\$ Milhões

REPASSE PARA AS OS's		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A DEZ
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ARARUAMA	49,20
INSTITUTO ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	78,26
CENTRO DE TRAUMA DO HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	116,35
HOSPITAL DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	42,78
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	79,64
HOSPITAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	59,38
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	39,15
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	TIJUCA	21,72
HOSPITAL ESTADUAL DA MÃE	MESQUITA	49,16
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	69,81
TOTAL REPASSADO		605,45

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

O expressivo aumento constatado no grupo Outras Despesas Correntes (+29,0%, ou seja, +R\$ 563,77 milhões) contribuiu decisivamente para a variação apurada no total executado em 2013. Esse crescimento é reflexo da implantação do novo modelo de gestão na prestação de serviços de saúde no ERJ, agora administrados, em sua grande maioria, por meio de contratos de gestão com Organizações Sociais (OS). Esse novo modelo reduz o nível de investimento direto a ser realizado pelo Estado, uma vez que os recursos são repassados às organizações na forma de despesas correntes.

Dentre as principais ações desenvolvidas ao longo do exercício, destaca-se a Operacionalização Integral de Unidades Próprias para Gestão Compartilhada. Dos R\$ 611,04 milhões realizados no período, R\$ 605,46 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela ao lado.

Outra importante ação executada em 2013, a Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais foi responsável pela aplicação de R\$ 466,98 milhões, incluída, dentre outras despesas, R\$ 156,90 milhões ao pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 56,17 milhões na aquisição de

O Hospital da Mulher recebeu certificado de segurança do Centro Cirúrgico, conferido pela 3M do Brasil. A unidade, em São João de Meriti, passa a ser o único hospital da rede pública a ter este título.

Medicamentos em Geral; R\$ 37,90 milhões no Preparo e Distribuição de Alimentação nas Unidades Próprias de Saúde do ERJ e R\$ 30,40 milhões na compra de Material Cirúrgico de Laboratório e de Enfermagem.

A ação Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por OS, unidades implantadas pelo Governo do Estado cujo objetivo é reduzir o fluxo de atendimento nas emergências dos hospitais públicos, necessitou, em 2013, R\$ 383,67 milhões para a continuidade das atividades. Esse montante foi destinado à Gestão dos Serviços de Saúde em diversas unidades do Estado, conforme apresentado na Tabela 42 ao lado.

Nos últimos seis anos, as UPA's registraram mais de 20 milhões de atendimentos. Já são 141,06 milhões de medicamentos distribuídos gratuitamente à população e 18,14 milhões de exames laboratoriais e de raios-X realizados nas 53 unidades do ERJ.

A Tabela 43 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

Tabela 38
UPA's do ERJ

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	VALORES REPASSADOS	
	Em R\$ JAN A DEZ	
SÃO GONÇALO	29.272.416	
NOVA IGUAÇU	26.960.000	
PENHA	15.378.500	
QUEIMADOS	16.850.000	
NITERÓI	14.213.978	
MARECHAL HERMES	14.171.606	
BANGU	14.171.606	
RICARDO de ALBUQUERQUE	14.171.606	
REALENGO	14.171.606	
BOTAFOGO	15.250.690	
TIJUCA	15.247.090	
MESQUITA	14.795.000	
ITABORAÍ	22.163.796	
ENGENHO NOVO	14.336.000	
ILHA do GOVERNADOR	13.923.500	
MARÉ	14.423.500	
JACAREPAGUÁ	13.322.640	
COPACABANA	14.812.340	
IRAJÁ	16.850.000	
CAXIAS	24.285.700	
SANTA CRUZ	9.258.662	
MAGÉ	4.633.226	
CAMPO GRANDE	13.456.433	
SÃO PEDRO da ALDEIA	17.546.368	
TOTAL REPASSADO	383.666.265	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

A taxa de resolutividade das UPA's está superior a 99,0%. Menos de 1,0% dos pacientes precisou ser removido para outra unidade de saúde.

Tabela 39
Distribuição do Índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2013
	JAN A DEZ			
	2012	2013		
FES - Fundo Estadual de Saúde	3.351.756.482	3.595.462.952	7,3%	92,1%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	33.290.559	258.303.392	675,9%	6,6%
IVB - Instituto Vital Brazil S.A.	36.672.115	49.727.966	35,6%	1,3%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	229.599	300.263	30,8%	0,0%
UERJ - Fundação Universidade do ERJ	65.231	0	-100,0%	0,0%
Total das Unidades Orçamentárias	3.422.013.985	3.903.794.573	14,1%	100,0%
RP Cancelado	6.821.685	-	-100,0%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	3.415.192.300	3.903.794.573	14,3%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

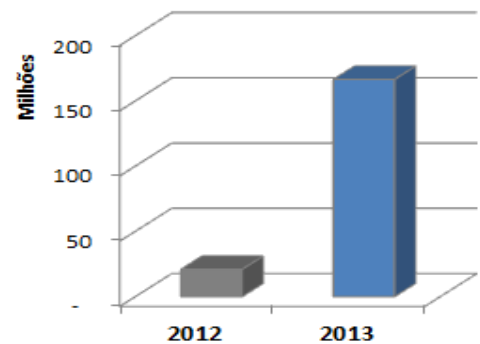
O Fundo Estadual de Saúde – FES – grande responsável pela execução no período (92,1%, R\$ 3,60 bilhões), apresentou aumento (+7,3%, ou seja, +R\$ 243,71 milhões) frente ao executado em 2012.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu considerável crescimento em relação ao último exercício: variação positiva de R\$

225,01 milhões, em reflexo à contratação, pelo regime celetista, de profissionais concursados para o preenchimento de vagas existentes. A execução da despesa na Fundação ocorre por meio da FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) aumentaram R\$ 13,06 milhões (+35,6%) em relação ao ano anterior. Contudo, apesar do incremento constatado, sua participação na execução do índice é de apenas 1,3% das aplicações. Seus principais gastos com recursos do Tesouro referem-se à Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 20,02 milhões), às Despesas Obrigatórias (R\$ 15,94 milhões) e à Ampliação da Capacidade Industrial na produção de medicamentos (R\$ 9,14 milhões).

**GASTO COM REMUNERAÇÃO
DOS CONCURSADOS até
DEZEMBRO - UO 2942**



Novos concursados estão sendo nomeados pela Fundação Saúde do ERJ (UO 2942), desde o início do ano de 2013, em substituição aos profissionais cooperativados de 2012.

Quadro 1

Outras Ações de Saúde em Destaque no ERJ

Metas Alcançadas em algumas Unidades de Referência do ERJ

**Hospital Estadual da
Criança - em Vila
Valqueire**

O Hospital da Criança ultrapassou a marca de 1,4 mil cirurgias neste último bimestre do ano. Desde a inauguração, em março desse ano, a unidade também já realizou 14 transplantes e 4.131 consultas. Por ano, a instituição ainda tem capacidade para 2,4 mil quimioterapias. A instituição realiza cirurgias de alta e média complexidade, como transplantes de rim e fígado, além de operações ortopédicas.

**53ª UPA do Estado - em
São Pedro da Aldeia**

Inaugurada em dezembro de 2013 a 53ª UPA do ERJ, em São Pedro da Aldeia. Com capacidade para realizar 300 atendimentos por dia, a unidade recebeu do governo um investimento de R\$ 2 milhões na realização da obra e conta com mais de R\$ 600 mil em equipamentos.

**Maternidade Mariana
Bulhões - em Nova
Iguaçu**

A Maternidade Mariana Bulhões estava fechada desde abril de 2012 e foi reinaugurada em dezembro de 2013 totalmente reformada. O Estado investiu R\$ 748 mil em equipamentos modernos e ainda realizará repasses mensais de R\$ 1,5 milhão durante os próximos 14 meses. A unidade, que possui o perfil de atendimento de casos de alto risco, poderá realizar 350 partos por mês.

**Sala Híbrida no Instituto
Estadual do Cérebro
Paulo Niemeyer - centro
do RJ**

Inaugurada em dezembro de 2013, a sala híbrida congrega ambiente cirúrgico com aparelho de ressonância magnética, possibilitando que os médicos minimizem suas dúvidas com exames de imagem durante as operações. A sala híbrida aumenta a precisão das cirurgias, ampliando as chances de cura dos pacientes. O espaço recebeu R\$ 16,7 milhões de investimentos do governo.

- **Saúde - Outras Fontes de Recursos:**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 44 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 40
Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN A DEZ		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	87.167.535	217.004.114	149,0%	21,5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	0	5.477.095	0,00%	0,54%
CONVÊNIOS (FR 13)	16.135.467	12.433.706	-22,9%	1,2%
SUS (FR 25)	631.250.712	772.428.842	22,36%	76,68%
OUTRAS RECEITAS da ADM. DIRETA (FR 98)	35.000	0	-100,0%	0,0%
TOTAL	734.588.714	1.007.343.757	37,13%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Comparada à execução de 2012, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registrou um acréscimo de R\$ 129,84 milhões (+149,0%). Dos R\$ 217,0 milhões executados em 2013, R\$ 153,15 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil (IVB), dos quais, R\$ 130,29 milhões foram direcionados à aquisição de Medicamentos em Geral no âmbito do Programa Farmácia Popular, Ampliação de Laboratórios Experimentais, Manutenção das Atividades Operacionais e Ampliação da Capacidade de Produção Industrial; R\$ 7,89 milhões foram gastos em Estudos e Projetos para o programa de Desenvolvimento do Parque Tecnológico da Vida e para outros programas com menor montante; e R\$ 4,4 milhões foram direcionados para Serviços Técnicos, Científicos e de Pesquisa.

As despesas financiadas em 2013 com recursos do Sistema Único de Saúde, SUS (FR 25), apesar da ligeira queda constatada em sua receita (-0,66%, ou seja, -R\$ 4,59 milhões), apresentou expressivo crescimento na despesa em 2013 – aumento de 22,36%, ou seja, R\$ 141,18 milhões – devido à abertura de superávit no valor de R\$ 250,00 milhões.

Do montante executado, R\$ 772,43 milhões, R\$ R\$ 218,90 milhões foram direcionados para a Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais; R\$ 214,14 milhões para Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade; R\$ 68,06

A RioFarmes – Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados – foi criada em 2010 para qualificar o atendimento dos pacientes cadastrados para recebimento dos medicamentos do programa de Assistência Farmacêutica Especializada. Até setembro de 2013 a RioFarmes possuía 28 mil pacientes cadastrados. Em três anos de funcionamento, foram realizados 875.535 atendimentos e disponibilizados 63 milhões de medicamentos.

milhões para Operacionalização de Serviços de Saúde de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 59,20 milhões para Contratação de Serviços de Saúde junto à Rede Privada; R\$ 56,46 milhões para Operacionalização das UPA's 24horas Próprias por meio de OS; e R\$ 42,56 milhões para Aquisição de Medicamentos Excepcionais pelo programa de Assistência Farmacêutica Especializada, dentre outras.

Em 2013, o Governo do ERJ investiu R\$ 5,48 milhões na aquisição de material permanente e melhorias na rede física de unidades de saúde. Tal montante é proveniente de Operações de Crédito (FR 11) contratadas junto ao Banco do Brasil (Programa Pró-Cidades II).

Por fim, constata-se na FR 13 (Convênios) uma queda na execução frente ao mesmo período de 2012 (-R\$ 3,70 milhões). Essa fonte se refere principalmente ao convênio com o Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e seus recursos estão sendo aplicados pelo ERJ na Ampliação da Capacidade de Produção Industrial (R\$ 6,38 milhões) e na Realização de Atividade de Mobilização Social para Prevenção contra a Dengue (R\$ 6,00 milhões).

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) atua como agência de fomento à ciência, tecnologia e inovação, promovendo, financiando e apoiando programas e projetos de pesquisa para o desenvolvimento em instituições públicas ou privadas no Estado do Rio de Janeiro.

Em 2013, a FAPERJ executou R\$ 389,36 milhões, ultrapassando o mínimo constitucional de R\$ 388,07.

A Tabela 45 demonstra a execução orçamentária da FAPERJ, que além dos recursos do Tesouro, conta ainda com recursos próprios e provenientes de convênios (R\$12,70 milhões em 2013).

No encerramento do exercício, o total liquidado a conta de recursos do Tesouro, quando comparado ao mesmo período de 2012, registrou variação positiva de 15,0% (+R\$ 50,74 milhões). A maior parcela liquidada ficou por conta do Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ (R\$ 106,46 milhões), pagos em forma de auxílio financeiro a projetos de pesquisa. No Quadro 2 estão demonstrados os auxílios executados pela FAPERJ.

As despesas liquidadas em 2013 à conta de Outras Fontes de Recursos, R\$ 12,7 milhões, apresentaram redução de 37,91% (-R\$ 7,75 milhões), quando comparada com 2012. Com recursos próprios (FR 10) foram aplicados R\$ 9,35 milhões no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC, sendo parte utilizada na implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos.

Tabela 41

Execução Orçamentária da FAPERJ EM R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FUNTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2012	2013	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	83.744.694	106.456.123	27,1%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	77.047.317	84.885.862	10,2%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	49.095.255	44.437.050	-9,5%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	31.682.071	38.194.004	20,6%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	25.470.922	25.518.302	0,2%
Inovação Tecnológica	19.788.464	31.858.801	61,0%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	16.632.638	16.622.238	-0,1%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	10.861.854	10.125.913	-6,8%
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	10.799.600	14.945.502	38,4%
Pessoal e Encargos Sociais	5.304.785	5.522.384	4,1%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	3.829.769	1.661.947	-56,6%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	3.755.428	2.749.794	-26,8%
Despesas Obrigatórias	405.403	253.611	-37,4%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	180.260	175.940	-2,4%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	25.129	25.314	0,7%
Desenv de Estudos e Pesquisa Através da UEZO	3.500	-	-100,0%
Rede-Rio de Computadores	-	5.930.000	
	338.627.087	389.362.785	15,0%

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2012	2013	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	17.543.139	1.904.256	-89,1%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	2.364.649	1.446.400	-38,8%
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	331.907	9.349.364	2716,9%
Inovação Tecnológica	215.167	0	-100,0%
	20.454.862	12.700.020	-37,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

Quadro 2
Auxílios da FAPERJ

Valores em R\$

AUXÍLIOS EXECUTADOS PELA FAPERJ EM 2013	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
Auxílio à Pesquisa (APQ1)	8.004.863	4.535.702	12.540.565
Auxílio à Organização de Eventos (APQ2)	8.281.924	9.000	8.290.924
Auxílio à Editoração (APQ3)	2.446.459	-	2.446.459
Apoio à Infraestrutura de Acervos (APQ4)	145.305	106.300	251.605
Apoio à Participação em Reuniões Científicas (APQ5)	616.996	-	616.996
Auxílio a Pesquisador Visitante	411.630	-	411.630
Auxílio Instalação (INST)	5.935.173	12.259.341	18.194.514
Auxílio a Projeto de Inovação Tecnológicas (ADT1)	8.226.044	7.054.719	15.280.763
TOTAL	34.068.394	23.965.062	58.033.456

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% quando provenientes da camada do pré-sal.

Em 2013, o FECAM liquidou R\$ 426,86 milhões, 3,2% (+R\$ 13,08 milhões) a mais que em 2012, superando o cumprimento mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 36.

Alguns programas do FECAM são executados de forma descentralizada, por meio de outros órgãos como Secretaria do Ambiente – SEA, CEDAE, Instituto Estadual do Ambiente – INEA – e Secretaria de Obras – SEOBRAS.

As principais ações realizadas em 2013 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 46 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 83,00 milhões, correspondendo a 19,4% do total liquidado no Fundo (R\$ 427,57 milhões).

Outras ações que merecem destaque foram: Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara, que consumiu em 2013 R\$ 72,82 milhões; Projeto Rio Mais Limpo, com gastos de R\$ 52,81 milhões; e Esgotamento Sanitário da Zona Oeste, com desembolsos de R\$ 25,60 milhões.

Tabela 42
Índice FECAM

			EM R\$
AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS JAN - DEZ
Prevenção e Controle Ambiental Inundações	Apoio no gerenciamento de projetos de recuperação ambiental do INEA	INEA	82.998.075
	Projeto de indenização as vítimas que foram atingidas pela tragédia natural na região serrana	INEA	
	Obras de desassoreamento e recuperação das margens e cursos d'água na baixada fluminense/ERJ	INEA	
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	Construção de sistema de coleta e transporte de esgoto do sistema Pavuna e em Sarapuí.	CEDAE	72.822.510
	Construção da linha de recalque da elevatória de esgotos André Azevedo, em Copacabana	CEDAE	
	Aquisição por compra de tubulações de PEAD (polietileno de alta densidade), para esgoto do sistema de saneamento da marina da glória.	CEDAE	
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	Controle de inundações e recuperação ambiental nas bacias dos rios Iguaçu, botas e Sarapuí, na baixada fluminense.	INEA	43.105.870
	Apoio ao INEA no gerenciamento e na assistência técnica as obras de construção de unidades habitacionais na baixada fluminense.	INEA	
		SEA	
Rio Mais Limpo	Modernização do sistema de esgotamento sanitário da Praia da Bica, Praia Vermelha e Praia da Urca.	CEDAE	52.807.419
	Implantação e reforma dos sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário distrito de monte alto, município de Arraial do Cabo/RJ.	SEA	
	Recuperação das condições das praias de São Conrado e Bica.	SEA	
		INEA	
Apoio a projetos de saneamento, proteção e recuperação ambiental	Projeto básico do sistema de intervenções estruturais para mitigação das cheias dos rios Muriaé e Pomba.	SEA	42.003.571
	Serviços de operação, manutenção e adequação da rede de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia do Estado do Rio de Janeiro.	INEA	
Projeto de Macrodrenagem PAC - RJ - FECAM	Execução das obras emergenciais (2ª fase) de controle de inundações, drenagem e recuperação ambiental dos rios Santo Antônio, Quiaba e carvão, em Petrópolis; do Córrego Dantas e do rio bengala, no município de Nova Friburgo; e dos rios imbuí, paquequer e príncipe no município de Teresópolis.	INEA	13.610.235
Lixão Zero - FECAM	Execução de obras de implantação do complexo de tratamento e disposição final de resíduos sólidos do município de São Fidelis	SEA	8.889.325
	Controle e aferição dos índices de eficiência do programa compra do lixo tratado.	SEA	
	Convênio para viabilizar a adequada destinação final de resíduos sólidos nos município de São João de Meriti e Maricá.	SEA	
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste	Ampliação do sistema coletor de esgotamento sanitário lagoa da Tijuca	CEDAE	25.598.786
	Sistema do esgotamento sanitário do eixo barra recreio	CEDAE	
	Sistema do esgotamento sanitário do eixo olímpico	CEDAE	
DEMAIS AÇÕES	Construção da estação de tratamento de esgoto de Itaperuna, instrumentos de conservação da biodiversidade, implementação de educação ambiental, esgotamento sanitário - PAC/FECAM, gestão controle florestal, programa de reaproveitamento de óleo vegetal - prove, saneamento ambiental municipal do entorno da Baía de Guanabara-FECAM, implementação do plano de mudança do clima, geração de emprego e rendas em comunidades	SEOBRAS/ CEDAE/ SEA/ INEA/ CENTRAL/ CEPERJ	85.734.564
TOTAL GERAL			427.570.354

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é composto pelos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FR 22) e aplicado pelas Secretarias de Obras e de Habitação, pelo Instituto de Terras e Cartografia (ITERJ) e pela Companhia de Habitação (CEHAB) com enfoque em habitação. Ainda integra o índice, a parcela do Aluguel Social paga pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH).

Em 2013, o FEHIS executou R\$ 293,90 milhões, 2,2% (+R\$ 6,41 milhões) a mais que em 2012, assegurando o cumprimento do mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 36.

A Tabela 47 abaixo demonstra as ações executadas ao longo do ano, agrupadas por órgão, com a descrição dos principais projetos executados e o valor total liquidado em cada uma delas.

Neste exercício, a ação do Governo do ERJ voltada para a recuperação da Região Serrana foi responsável pela execução de 10,2% do total liquidado pelo índice: ao todo foram R\$ 29,94 milhões de recursos públicos aplicados na região.

Outras duas ações desenvolvidas pelo Estado merecem ser destacadas: a Urbanização das Comunidades (Manguinhos, Alemão, Pavão-Pavãozinho, Dona Marta e outras) e o Reassentamento de moradores de área de risco. Em 2013, o ERJ direcionou R\$ 48,26 milhões (16,5% do total do FEHIS) à execução dessa relevante ação pública.

Por fim, cabe ressaltar a quantia aplicada pelo Governo do ERJ na manutenção do Aluguel Social, benefício assistencial temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, para atender a remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Ação que impacta diretamente nas famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo, Manguinhos e do Complexo do Alemão. Neste ano, R\$ 62,73 milhões foram alocados na ação, representando assim 21,5% do total dos recursos do FEHIS.

Tabela 43
Índice FEHIS

Em R\$

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESAS LIQUIDADAS JAN - DEZ
SEOBRAS	Recuperação da Reg. Serrana	Elaboração de projeto executivo para execução de obras de infraestrutura para implantação de unidades habitacionais Nova Friburgo	29.941.587
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóveis e obras no Complexo de Manguinhos	20.567.953
	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Produção de empreendimento habitacional no programa Minha Casa Minha Vida	16.139.254
	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	4.042.373
	Urbanização das Comunidades - PAC	Despesas com Serviços de Assistência Técnica e Apoio ao gerenciamento das obras do PAC 2 - Complexo do Jacarezinho	3.555.280
	Urbanização do Dona Marta Total	Execução de obras de construção de 64 unidades habitacionais e de 1 centro comunitário de ação social na comunidade SANTA MARTA	2.433.746
	Outros Projetos e Ações	Reassentamento de Moradores de Áreas de Risco / Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	1.523.273
TOTAL SEOBRAS			78.203.465
SEH	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Pagamento de custeio para o desenvolvimento de projetos na função habitação	1.319.057
	Realocação de Moradores em Assentamento Popular	Pagamento de aluguel provisório nos municípios de Volta Redonda, Laje de Muriaé, Conceição de Macabu e Cachoeiras de Macacu	834.800
	Acomp Exc do Plano Estadual de Habitação e Interesse Social - PEHIS	Pagamento relativo a elaboração do Plano Estadual de Habitação Social	171.750
	Banco de Terras	Vistoria em terreno para aquisição e desapropriação para construção de unidade habitacionais no município de Bom Jardim	1.235
	Realização de Estudos Técnicos	Identificação de famílias do Programa Habitar Brasil no Município de Paraíba do Sul.	200
TOTAL SEH			2.327.042
ITERJ	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Desapropriação relativa ao terreno de 12 mil metros quadrados, no município de Nova Friburgo	2.478.336
		Locação de ônibus para atender as crianças no assentamento Antônio de Farias - Município Campos dos Goytacazes e no assentamento Terra Prometida - Município Duque de Caxias e Nova Iguaçu.	
		Aquisição de 40 conjuntos de tramento individual de esgoto sanitário para atender o assentamento Fazenda Engenho Novo - Município de São Gonçalo.	
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Prestação de serviços de compatibilização da planta de parcelamento dos lotes de diversas comunidades visando atender ao projeto de regularização fundiária.	3.297.822
	Implantação de Portal de Comunicação	Prestação de serviço de desenvolvimentp de portal de comunicação WEB e Sistema de Gestão	
	Regularização Fundiária de Interesse Social	Aquisição de um Storage Iomega PX4-300D HB 2TB.	76.522
Melhoria Habit e Apoio ao Fomento da Produção	Aquisição de três mil capas, visando atender as titulações de comunidade da Rocinha assistida pelo ITERJ		
TOTAL ITERJ			5.852.680
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais (UH)	Construção de 928 Unidades Habitacionais nos Municípios de Conceição de Macacu, Laje de Muriaé, Duque de Caxias, Carmo, Petrópolis, Casemiro de Abreu e Três Rios.	68.964.332
		Obras de Infraestrutura, Esgotamento Sanitário nos Bairros do Carmo e São Francisco no Município de Queimados.	
	Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	Recuperação de 300 blocos Habitacionais nos municípios de Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Três Rios.	30.429.337
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	Infraestrutura de urbanização e esgoto sanitário em Alto Chalé no município de Mesquita.	41.961.014
	Obras de Reurbanização, Infraestrutura em vias e vilas e serviços preliminares no bairro Rio das Pedras em Jacarepaguá		
Projeto Habitacional a cargo do Fundo - FNHIS	Pagamento de Reajuste das 13,14,15 E 16ª Medição, Empreendimento Portico-Tangua e da 9ª Medição, Empreendimento Varjão no Município de Piraí.	1.729.838	
Recuperação de Receita Oriunda do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	Serviços de Evolução de Contratos de Financiamentos Habitacionais no Padrão FCVS.	305.798	
TOTAL CEHAB			143.390.320
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo, Manguinhos e Complexo do Alemão.	62.730.340
TOTAL SEASDH			62.730.340
TOTAL GERAL			292.503.846

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 30/01/2014.

Box 02 - DESPESAS DA SAÚDE

Este Box apresenta a evolução dos gastos realizados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, nos últimos sete exercícios, no âmbito do Fundo Estadual de Saúde, dando ênfase para o papel das Organizações Sociais de Saúde (OSS) e para os resultados alcançados com a implantação desse novo modelo de gestão.

Ao longo dos últimos anos foram adotadas inúmeras medidas que impactaram positivamente na gestão. O orçamento da Secretaria evoluiu de R\$ 2,23 bilhões em 2007 para R\$ 4,33 bilhões em 2013. A criação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) foi um marco na história da saúde no ERJ. A Secretaria de Saúde vem reorientando o modelo de gestão e atenção à saúde no ERJ por meio dos contratos de gestão com as Organizações Sociais (OSS) com o intuito de melhorar a prestação dos serviços e a satisfação dos usuários. Outro desafio foi melhorar e fortalecer o quadro de pessoal, eliminando, de maneira gradativa, os contratos com cooperativas e a contratação de pessoal por tempo determinado. À medida que essas despesas foram sendo reduzidas, a disponibilidade orçamentária foi direcionada para os gastos de custeio.

Neste cenário, a Tabela 1 apresenta a evolução das despesas liquidadas pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) de 2007 a 2013, por grupo de despesa e fonte de recurso, excluindo as despesas intra-orçamentárias. Sua execução está assegurada primordialmente por recursos do Tesouro Estadual e por recursos oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Tabela 1 demonstra os recursos aplicados segundo o grupo de despesas.

Tabela 1 – Despesas Liquidadas de 2007 a 2013

DESPESAS LIQUIDADAS DO FES								Em Milhares
TESOURO								
GRUPO DE DESPESA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
PESSOAL	522.179	613.840	1.024.584	1.103.942	1.243.690	1.181.787	883.294	
CUSTEIO	949.418	1.245.858	1.119.933	1.421.390	1.552.330	2.068.134	2.493.709	
INVESTIMENTO	129.644	139.255	131.182	149.952	190.372	143.285	166.416	
INVERSÃO FINANCEIRA			5.861			22.843	7.249	
AMORTIZAÇÃO	94.589	90.730	86.427	96.525	94.416			
SubTotal Tesouro	1.695.831	2.089.683	2.367.986	2.771.809	3.080.808	3.416.049	3.550.668	
OUTRAS FONTES								
GRUPO DE DESPESA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
PESSOAL		5.650	20.686	29.386	4.575	3.183	2.932	
CUSTEIO	529.177	598.391	750.141	548.386	698.725	630.234	774.592	
INVESTIMENTO	3.262	512	98.396	81.931	10.166	558	938	
SubTotal Outras Fontes	532.439	604.553	869.222	659.704	713.466	633.975	778.462	
TOTAL GERAL	2.228.269	2.694.236	3.237.209	3.431.514	3.794.274	4.050.025	4.329.130	

*SIG/SIAFEM. Exclui modalidades intra-orçamentárias.

No exercício de 2013, foram aplicados R\$ 4,33 bilhões em Saúde, 6,9% a mais que o valor de 2012. O total das despesas realizadas no grupo do custeio apresentou um peso significativo no total aplicado na área nos últimos anos: 50,39% em 2011, 60,54% em 2012 e 70,23% em 2013.

Quando comparado a 2012, o montante já liquidado em custeio até dezembro aponta para o crescimento de 20,6%, ou seja, um crescimento de R\$ 425,58 milhões, reflexo da implantação das Organizações Sociais.

Para melhorar a qualidade na prestação de serviços de

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE

assistência e potencializar o uso de novos recursos, a Secretaria de Saúde vem adotando o modelo de gestão por Organizações Sociais de Saúde (OSS).

As OSS são submetidas à fiscalização e devem cumprir metas de qualidade fixadas em contrato: pesquisa de avaliação, taxa de infecção e taxa de faturamento SUS. A entidade encaminha mensalmente relatório de produção quantitativa e qualitativa, prestação de contas e relatório executivo.

As primeiras OSS assumiram em 2012 as administrações do Hospital Estadual da Mãe, em Mesquita, e do Hospital São Francisco de Assis, na Tijuca. Um ano depois, já eram 43 contratos com nove Organizações Sociais de Saúde em diversas UPA's, hospitais e serviços.

Principais projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Saúde do ERJ nos últimos anos:



A inauguração de novos e modernos serviços referenciados na rede – como o Instituto Estadual do Cérebro e o Hospital Estadual da Criança – só foram possíveis graças à parceria da Secretaria de Estado de Saúde com as Organizações Sociais.

UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA'S

Criadas para diminuir a demanda de pacientes nas emergências dos grandes hospitais, as Unidades de Pronto Atendimento do ERJ se tornaram um modelo de atendimento no Brasil e até no exterior. A primeira UPA foi inaugurada em 2007, na Maré. De 2007 até 2013, foram construídas 53 unidades.

As UPA's estão preparadas para receber casos de baixa e média complexidade e têm equipes de acolhimento e de classificação de risco treinadas para atender de forma humanizada aos pacientes.

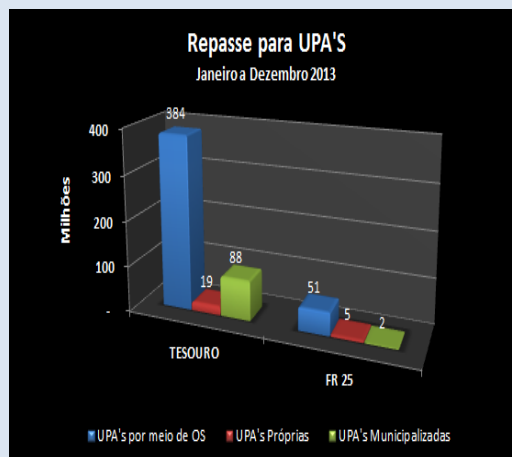


As UPA's estão preparadas para receber casos de baixa e média complexidade e têm equipes de acolhimento e de classificação de risco treinadas para atender de forma humanizada aos pacientes.

De 2007 a 2013, as UPA's já realizaram mais de 20 milhões de atendimentos, mais de 18 milhões de exames laboratoriais e distribuíram mais de 141 milhões de medicamentos à população. O investimento anual em 2013 com as UPA's foi cerca de R\$ 500 milhões.

Nos últimos anos, a Secretaria de Estado de Saúde investiu na abertura de unidades especializadas, como o Instituto Estadual do Cérebro e o Hospital Estadual da Criança. Com profissionais renomados no mercado e estrutura de ponta, os serviços especializados são sucesso comprovado na rede estadual de saúde.

Gráfico 1 – Investimento Anual UPA's em 2013



INSTITUTO ESTADUAL DO CÉREBRO PAULO NIEMEYER

Primeiro centro voltado para o tratamento de doenças neurocirúrgicas do Brasil, a unidade se dedica exclusivamente a casos cirúrgicos e utiliza técnicas inéditas na rede pública de saúde desde agosto de 2013.

Entre as tecnologias presentes no Instituto estão: a sala híbrida, que possibilita a realização de exame de ressonância magnética durante a cirurgia; o Centro de Epilepsia do ERJ, e a UTI exclusiva do protocolo do AVC isquêmico.

Possui quatro salas cirúrgicas inteligentes, com videoconferência e capacidade de realizar cirurgias assistidas por sistema de neuronavegação, capazes de localizar lesões profundas no cérebro durante uma cirurgia.

Os investimentos do ERJ em obras e equipamentos de última geração chegaram à quase R\$ 80 milhões em 2013.



HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA

É a primeira unidade pública do ERJ voltada exclusivamente para o atendimento pediátrico (crianças de 0 a 19 anos). Inaugurado em março de 2013, na Vila Valqueire, realiza cirurgias de média e alta complexidade, além de tratamento de câncer.

Oferece exames de ultrassonografia, tomografia computadorizada, ecocardiografia e broncoscopia. Seguindo os princípios do atendimento humanizado, o visual do Hospital Estadual da Criança possui cores, personagens e um tomógrafo que simula uma nave espacial.

No exercício de 2013, o ERJ aplicou R\$ 79,64 milhões para esta unidade.



HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER HELENEIDA STUDART E MATERNIDADES

Entre 2010 e 2013, a população fluminense recebeu duas unidades voltadas para o atendimento às gestantes da Baixada Fluminense: o Hospital Estadual da Mulher Heloneida Studart e o Hospital Estadual da Mãe.

Além dessas duas unidades, a rede estadual de saúde é composta por mais cinco maternidades situadas nos Hospitais Estaduais Adão Pereira Nunes, Rocha Faria, Albert Schweitzer, Vereador Melchíades Calazans e Azevedo Lima.

Inaugurado em 2010 em São João de Meriti, a unidade presta atendimento a gestantes de alto risco. Encaminhadas pelas redes municipais de saúde, as mulheres têm uma série de serviços de referência à disposição.

A Casa da Mãe, com capacidade para hospedar 15 mães, recebe mães que moram a 50 km ou mais da unidade e possuem filhos internados na Unidade de Terapia Intensiva ou Unidade Intermediária do Hospital da Mulher. Assim, elas ficam mais próximas de seus bebês até que eles recebam



alta. Com estrutura de apartamento, com quarto, cozinha e sala, é única nesses moldes na rede pública do ERJ.

Outro serviço presente é o SOS Mulher. O programa presta atendimento emergencial, ambulatorial e individual a mulheres vítimas de violência doméstica. Em casos de violência sexual, também são tomadas medidas imediatas para a prevenção da gravidez e de DST's. O serviço atende, em média, 35 mulheres por mês.

Inaugurada em 2012 em Mesquita, o Hospital Estadual da Mãe oferece atendimento pré-natal e maternidade para casos com baixa e média complexidade da Baixada Fluminense. Casos de alta complexidade são encaminhados para o Hospital Estadual da Mulher. Em 2013, o complexo da Mulher, formado pelo Hospital da Mulher e pelo Hospital da Mãe, aplicou R\$ 118,97 milhões.

Responsável pelo atendimento ambulatorial do Hospital da Mãe, a Clínica da Mãe realiza pré-natal, exames laboratoriais, raios-x e ultrassom. Também é oferecido às gestantes, serviços de fisioterapia.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Hospital Estadual da Mãe realizou 3092 partos normais – mais que o dobro do número de cesarianas: 1097.



RIO IMAGEM

Os serviços de diagnóstico por imagem oferecidos pela Secretaria de Estado de Saúde deram um salto de qualidade e produtividade.

A principal ação na área foi a inauguração do Centro de Diagnóstico por Imagem, o Rio Imagem, e do Serviço Móvel de Imagem, que circula por todo o Estado com dois tomógrafos e uma ressonância magnética, levando esses serviços à população. Em 2013, foram investidos nestes dois projetos R\$ 41,11 milhões.

O tomógrafo e a ressonância móveis fazem parte de um projeto inovador. De 2009 até agosto/2013, todos os 92 municípios foram atendidos (100% de cobertura do Estado), com 102.121 exames realizados e 79.913 pacientes atendidos.



É o primeiro projeto deste tipo no país, levando diagnóstico e possibilidade de tratamento aos usuários do SUS.

O Centro de Diagnóstico por Imagem do Governo do Estado – Rio Imagem – foi inaugurado no final de 2011 e, em seu primeiro ano de funcionamento, contabilizou 187 mil exames.

O Rio Imagem oferece tomografia, ressonância magnética, ultrassonografia, mamografia, biópsia de mama, tireóide e próstata, ecocardiografia, angiogramia coronariana e raios-x. Além da tecnologia de ponta, o Rio Imagem oferece atendimento humanizado a pacientes e acompanhantes, em ambiente confortáveis e modernos.

Ele realiza em média 900 exames por dia, 07 dias da semana. Média de 25.000 exames por mês. A marcação de exames é descentralizada, realizada pelas Secretarias Municipais de Saúde via formulário *online*.

É a única unidade da rede pública a oferecer ressonância de coração e de mama aos usuários do SUS.

SERVIÇOS DE IMAGEM	PACIENTES	EXAMES
TOMOGRAFIA MÓVEL	58.735	76.945
RESSONÂNCIA MÓVEL	21.178	25.176
Total	79.913	102.121



RIO FARMES

A Rio Farnes é uma Farmácia Estadual de medicamentos especializados. Criada em 2010, distribui uma variedade de 150 medicamentos para tratamento de 82 doenças específicas, como: osteoporose, insuficiência renal crônica, esquizofrenia, problemas de crescimento, hepatite viral B e C, anemia e doença de Alzheimer.

O investimento mensal para esta unidade é de R\$ 10 milhões. Ela realiza, em média, 1.100 atendimentos diários e, em três anos de funcionamento, fez 875.535 atendimentos e dispensou 63 milhões de medicamentos.

Sob o aspecto financeiro, o incremento no período 2013-2007 foi de 94,3% (+R\$ 2,10 bilhões), com maior participação dos recursos do Tesouro, que aumentaram 109,4% (+R\$ 1,85 bilhões).



A Rio Farnes distribui medicamentos que podem custar mais de R\$ 3 mil.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Secretaria de Fazenda estabelece, periodicamente, por meio de Resolução, a programação anual de liberação das Cotas Financeiras para a emissão das Programações de Desembolso (PD). Observou-se, ao longo de 2013, que as resoluções publicadas revelaram incremento na liberação da Cota Financeira das fontes de recursos do Tesouro, que totalizaram cerca de R\$ 1,76 bilhão. Esse aumento decorreu do crescimento das receitas, que superaram em torno de 5% a previsão inicial, o que representou excesso de arrecadação de, aproximadamente, R\$ 2,35 bilhões, com destaque para a arrecadação proveniente do ICMS³¹, o qual apresentou acréscimo de R\$ 1,02 bilhão.

No exercício de 2013, o percentual de utilização da Cota Financeira para a execução do orçamento com recursos do Tesouro foi de 95,2% (R\$ 7,6 bilhões), apresentando um aumento de 10,93% se comparado com o resultado do ano anterior. Desse montante, 87,2% (R\$ 6,6 bilhões) foram adimplidos no próprio exercício.

Quanto ao desempenho da execução orçamentária com Outras Fontes de Recursos, o percentual de utilização da Cota Financeira segue o mesmo viés: o resultado de 2013 superou o do ano anterior em 18,1%. Já na fase de pagamento, verificou-se que 97,3% das Programações de Desembolso emitidas no exercício foram quitadas, o equivalente a R\$ 5,8 bilhões.

Especificamente em relação a execução orçamentária das despesas suportadas com recursos provenientes das FR do Tesouro, observa-se a eficácia de todas as áreas (educação, saúde, segurança e demais). Na fase da liquidação, todos os órgãos foram celeres e liquidaram cerca de 100% dos seus empenhos até o 6º bimestre de 2013. Quanto à distribuição dos Recursos do Tesouro, as áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) e as áreas não

Gráfico 37

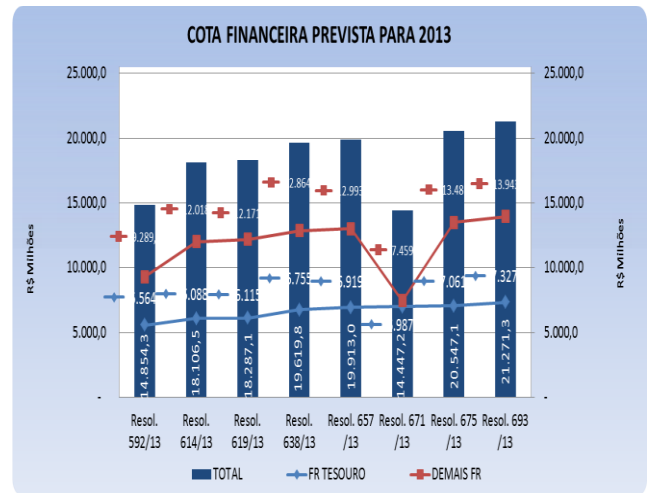


Tabela 44

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ DEZEMBRO DE 2013

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	8.534	8.458	7.971	7.588	6.617
FR - Outras	7.057	6.868	6.726	6.143	5.975
Total geral	15.590	15.325	14.697	13.731	12.592

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs: Posição acumulada até Dez/2013

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	99,1%	106,1%	89,7%	95,2%	87,2%
FR - Outras	97,3%	102,1%	89,4%	91,3%	97,3%
Total geral	98,3%	104,3%	89,6%	93,4%	91,7%

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs: Posição acumulada até Dez/2013

³¹ Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

prioritárias apresentaram alto índice de utilização da Cota Financeira liberada. Cabe destaque para área de saúde, a qual converteu 99,9% de suas despesas liquidadas em Programações de Desembolso emitidas (Tabela 49).

No tocante ao pagamento, o Tesouro Estadual desembolsou, em 2013, cerca de R\$ 6,6 bilhões, ou seja, o equivalente a 87,2% do total das Programações de Desembolso emitidas, mantendo o mesmo desempenho de 2012.

Tabela 45

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2013 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
					R\$ MILHÕES
EDUCAÇÃO	746	746	679	617	600
SAÚDE	3.007	3.007	2.625	2.621	2.187
SEGURANÇA	625	625	611	596	501
DEMAIS ÁREAS	4.156	4.080	4.057	3.753	3.328
TOTAL GERAL	8.534	8.458	7.971	7.588	6.617

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Dez/2013

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	100,0%	109,9%	82,7%	90,9%	97,3%
SAÚDE	100,0%	114,6%	87,2%	99,9%	83,5%
SEGURANÇA	100,0%	102,2%	95,5%	97,6%	83,9%
DEMAIS ÁREAS	98,2%	100,6%	92,0%	92,5%	88,7%
TOTAL GERAL	99,1%	106,1%	89,7%	95,2%	87,2%

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Dez/2013

VI.2 Pagamento de PD's

A Subsecretaria de Finanças alcançou, neste último bimestre, a redução do prazo dos pagamentos se comparado com o 6º bimestre deste ano. O Tesouro do Estado do Rio de Janeiro executou as Programações de Desembolso, emitidas pelos órgãos, com prazo médio de 6 dias para as áreas prioritárias (Educação, Saúde e Segurança) e 10 dias para as áreas não prioritárias. Além desse fato, o prazo praticado neste bimestre relativo as áreas prioritárias foi inferior ao verificado no mesmo período do ano passado.

Portanto, Tesouro Estadual, manteve a política de celeridade no adimplemento das despesas adotada pela atual gestão. No sexto bimestre de 2013, 96,4% das PD's foram pagas em até 20 dias após a data de emissão, totalizando 8.162 PD's honradas no bimestre, conforme observado no Gráfico 38. Ressalte-se o fato que apenas 0,2% do total das Programações de Desembolso foram quitadas após 30 dias.

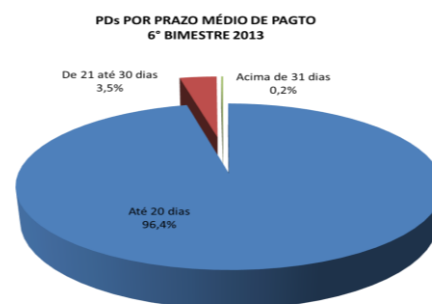
Esses números traduzem o contínuo planejamento realizado pela SEFAZ, garantindo, assim, a eficácia e a agilidade da execução da programação orçamentária e financeira.

Tabela 46
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
6º BIMESTRE DE 2013

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	6
NÃO PRIORITÁRIAS	10
MÉDIA GERAL	8

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 38



VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM) realizou nos dias 26 e 27 de novembro de 2013 a 179ª reunião, última do ano, na qual decidiu, por unanimidade, pela sexta alta consecutiva, passando a vigorar a taxa Selic em 10,00% a.a., sem viés. Segundo o COPOM tal atitude justifica-se na avaliação do cenário prospectivo, onde a inflação apresenta sinais favoráveis, o que reafirma sua visão de que a inflação acumulada em doze meses tende a se deslocar na direção da trajetória de metas, ainda que de forma não linear.

No 6º bimestre de 2013, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos, mantiveram o bom desempenho, obtendo em média 99,4% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark estabelecido pelo Tesouro para os fundos). Quando comparado ao 5º bimestre, a receita financeira apresentou crescimento de 19,1%, e quando comparado ao mesmo período de 2012, observa-se um crescimento expressivo de 68,0% na receita financeira, fato que se justifica devido a maior disponibilidade de caixa.

Analisando-se o período de janeiro a dezembro de 2013, verifica-se que a taxa Selic passou por uma alta de 37,9%, fato que colaborou diretamente com o aumento da receita financeira do Tesouro Estadual ao longo desse ano. A qual apresentou um aumento de 15,8%, quando comparado com o ano anterior. A gestão eficiente e o bom desempenho nas aplicações dos recursos do Tesouro Estadual, no exercício de 2013, possibilitaram alcançar 100% da meta da receita financeira de R\$ 225 milhões prevista na Lei Orçamentária Anual.

Gráfico 39

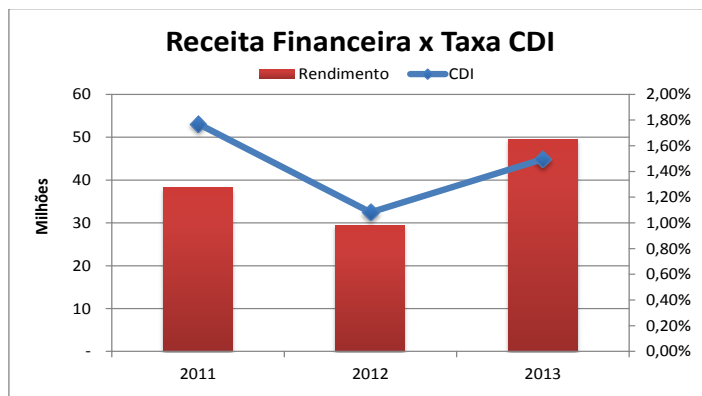
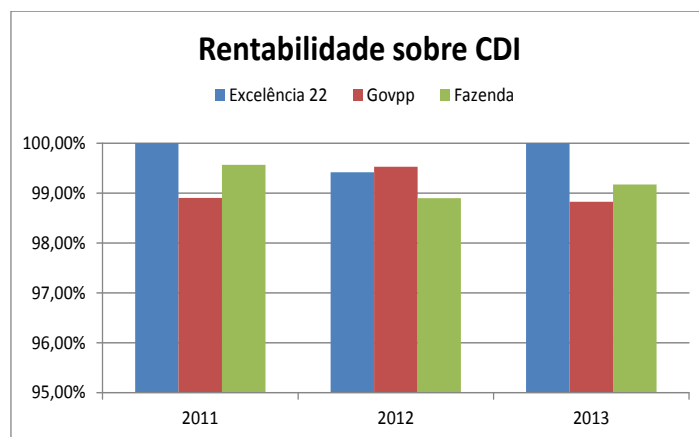


Gráfico 40



VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No exercício de 2013, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 343,09 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 41,2%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 33,7% para despesas com serviços de comunicação que englobam telefonia fixa, telefonia móvel e serviços de transmissão de dados; 19,3% para despesas com serviços de água e esgoto, e 5,8% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2013, foram disponibilizados R\$ 413,02 milhões³² neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 399,23 milhões, ou seja, 96,6%.

Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca 16 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2013, através do SIPC, foram registrados R\$ 307,46 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 202,73 milhões, ou seja, 65,9% do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (34,1%), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias

Gráfico 41
Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos

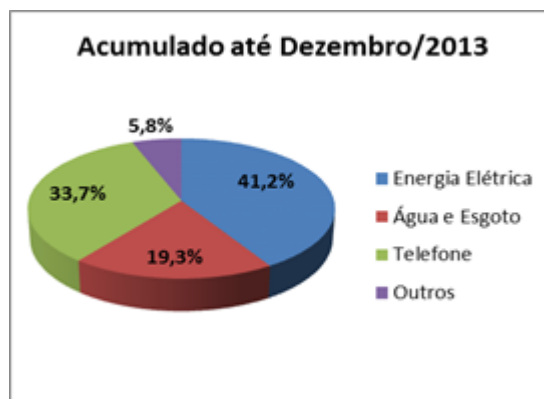
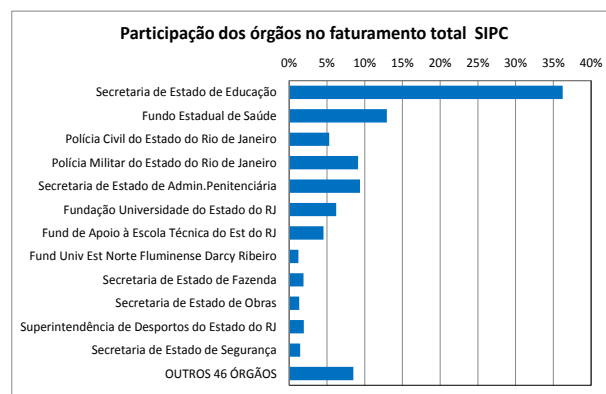


Gráfico 42



³² Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.



e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Analisando-se o 6º bimestre, verifica-se que a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), juntas, são responsáveis por 66,7% do montante faturado em novembro/dezembro. No tocante ao faturamento anual destes órgãos foram adimplidos 58,8% até o 6º bimestre.

De outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo do Centro de Tecn. de Informação e Comum. do Estado do RJ (PRODERJ), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Subsecretaria Militar e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), Fund. Dep. Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Inst. de Assistência dos Servidores do ERJ (IASERJ), dentre alguns outros.

VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 6º bimestre de 2013, constata-se um aumento global de 2,7%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em novembro e dezembro de 2013, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 8,70 milhões, sendo R\$ 7,61 milhões de demanda contratada e R\$ 1,09 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, a média do faturamento de janeiro a dezembro de 2013 foi de R\$ 1,63 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 117,41 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar está realizando os procedimentos necessários para inclusão destes serviços no SIPC.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 6º bimestre de 2013, foram faturados R\$ 16,86 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 61,0 % deste total.

Tabela 47

Faturamento Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil

FAVORECIDOS	1 Bim/13	2 Bim/13	3 Bim/13	4 Bim/13	5 Bim/13	6 Bim/13
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	73	121	93	77	69	79
AGUAS DE NITEROI	1.147	1.251	1.202	1.222	1.060	1.043
AGUAS DE NOVA FRIBURGO	94	133	121	115	133	102
AGUAS DO IMPERADOR	105	131	129	103	110	127
AGUAS DO PARAIBA	913	1.056	966	899	972	984
CEDAE	17.288	17.260	16.421	14.892	10.059	10.291
FOZ AGUAS	-	-	-	-	3.396	3.801
C. AGUAS DE JUTURNAIBA	185	189	191	182	167	146
PROLAGOS	109	151	131	123	138	119
SAAE/B. MANSA	28	39	36	32	33	40
SAAE/V. REDONDA	127	127	137	130	121	130
Total Faturado	20.070	20.457	19.428	17.774	16.258	16.863

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias



VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Desde a implantação do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, em meados de 2007, , esta SEFAZ recebeu 1.690 requerimentos de pessoas físicas e jurídicas solicitando informações acerca de seus créditos. Desse montante, após as cinco fases abertas ao longo do programa, 994 credores aderiram ao mesmo, o que totalizou um montante renegociado de, aproximadamente, R\$ 258,5 milhões.

Deve-se salientar, ainda, que após a aplicação dos procedimentos instituídos pelo módulo “AUTENTICA” (instituído por meio da Portaria CGE nº 138, de 16 de outubro de 2009) e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa, verificou-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo programa, que, inicialmente, montava em R\$ 400 milhões, atualmente monta em cerca de R\$ 345 milhões.

Assim, como cerca de R\$ 258,5 milhões já foram repactuados, conclui-se que quase 75% do total da dívida foi resolvida por meio do programa, dando ao tratamento deste alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

Após os pagamentos realizados pelo Tesouro Estadual, nos ano de 2013, o montante quitado foi de, aproximadamente, R\$ 236,50 milhões.

Assim, em relação aos pagamentos efetuados até a presente data, cerca de 91% do total da dívida repactuada já foi integralmente adimplida.

Importante enfatizar, também, que do total desses credores, após todos os pagamentos já efetuados, 887 credores já tiveram seus créditos integralmente quitados, o que corresponde a 89% do total de adesões.

Ademais, do total desses fornecedores, 602 possuíam créditos com valores inferiores a R\$ 50.000,00, ou seja, receberam em parcela única.

VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deveria quitar seu estoque em 15 anos.

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro deveria transferir, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

No entanto, no dia 14 de março de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4.357 e 4.425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

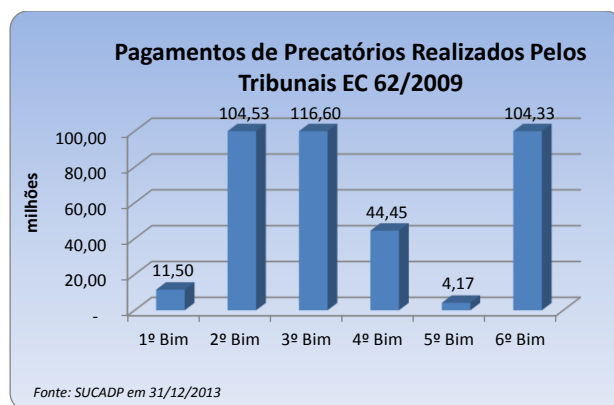
Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que criava o regime especial de pagamento.

Não obstante, até a publicação da decisão do STF, quando então serão modulados seus efeitos, os Tribunais deverão dar continuidade aos pagamentos conforme o Regime Especial adotado.

Assim, nos meses de novembro e dezembro de 2013, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda para contabilização os comprovantes de pagamentos de precatórios no montante de **R\$ 104,30 milhões**.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.

Gráfico 43



No 6º bimestre de 2013, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, **R\$ 1,9 milhão** (um milhão, novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos) em pagamentos de quatro acordos de parcelamento, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

No ano de 2013, o valor dos pagamentos executados de precatórios do regime especial, informados pelos Tribunais, totalizou R\$ 385.582.247,52 (trezentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), e foram pagos R\$ 11.861.940,88 (onze milhões, oitocentos e sessenta e um mil e oitenta e oito centavos) em parcelamentos de precatórios, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62/2009.

Cabe destacar que em 27 de junho de 2013, foi promulgada a Lei Complementar nº 147 do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a utilização de parcela dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

De acordo com o estabelecido na LC 147/2013, 25% do total de depósitos judiciais e extrajudiciais poderão ser utilizados para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, obrigando o Estado a manter 75% do valor total dos depósitos junto ao Banco do Brasil, efetivando a sua recomposição sempre que for necessário, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

Assim, após firmados os instrumentos legais para operacionalização da liberalidade instituída pela LC 147/13, em 27 de dezembro de 2013, foram quitados todos os precatórios pendentes, aptos ao pagamento, até o exercício orçamentário de 2013, no valor total de **R\$ 3.29 bilhões** (três bilhões, duzentos e noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

O Estado do Rio de Janeiro acumulou durante anos dívidas decorrentes de condenações judiciais não pagas a tempo por

Gráfico 44

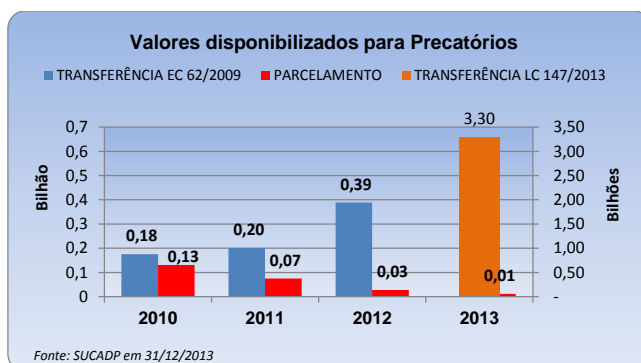
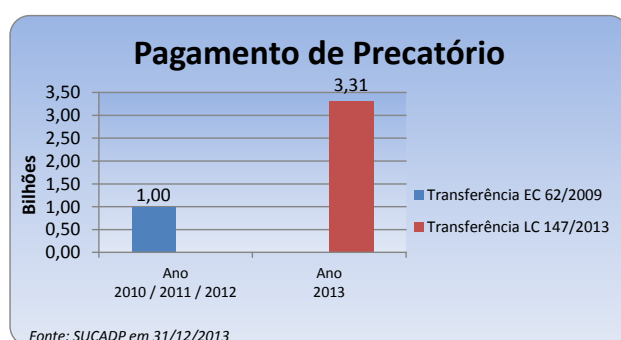


Tabela 48

VALOR DISPONIBILIZADO PELO ESTADO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS			
ANO	Transf. EC 62/2009	Transf. LC 147/2013	Parcelamento
2010	175.166.514		130.720.597
2011	201.491.192		74.938.410
2012	389.224.077		28.131.121
2013		3.295.945.683	11.861.941

Fonte: SUCADP em 31/12/2013

Gráfico 45



governos anteriores. Com essa iniciativa pioneira do atual Governo do Rio de Janeiro em utilizar os recursos dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios, o Estado liquidou seu passivo de precatórios, pagando de uma única vez 8.247 beneficiários, que aguardavam em média 10 anos para receber seus créditos perante o Estado.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 6º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 472 requisições de pequeno valor, totalizando **R\$ 4,26 milhões**.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal 33. Total de Requisições Judiciais de Pagamento.

Tabela 49

PAGAMENTOS DE RPV - 6º BIM. 2013.		
		<i>R\$ mil</i>
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
NOVEMBRO	190	1.829.068,55
DEZEMBRO	282	2.432.771,81
TOTAL	472	4.261.840,36

Fonte: SUCADP em 31/12/2013

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 6º bimestre de 2013, o montante de **R\$ 3.30 bilhões**, totalizando, no exercício de 2013, **R\$ 3.50 bilhões**.

³³ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

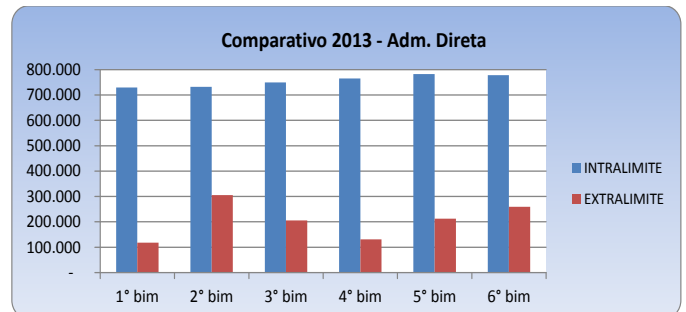
O Tesouro Estadual desembolsou, no 6º bimestre de 2013, R\$ 1,04 bilhão com o serviço da dívida³⁴. A importância desembolsada foi 4,1% superior ao valor pago nos meses de setembro e outubro.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço extralimite da dívida interna, que foi 113,2% superior ao pago no 5º bimestre, em virtude do pagamento dos juros do contrato destinado à expansão do Metrô - Linha 4 (PRO-ML4), em um montante de R\$ 18,52 milhões e dos pagamentos trimestrais e semestrais dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil (PROINVEST e PROCIDADES I e II), no valor total de R\$115,49 milhões.

Além disso, não se repetiram os pagamentos semestrais da dívida externa, concentrados nos meses de setembro e outubro, que representaram um desembolso de R\$ 97,67 milhões.

Do total pago no 6º bimestre de 2013, R\$ 777,7 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁵, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 93,6 milhões.

Gráfico 46



³⁴ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁵ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

Tabela 50

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	5º bim 2013			6º bim 2013			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	515.421	479.109	994.530	454.277	582.519	1.036.796	4,25%
INTRALIMITE	382.052	400.252	782.304	376.690	400.962	777.652	-0,59%
EXTRALIMITE	133.369	78.858	212.226	77.586	181.557	259.144	22,11%
INTERNA	79.314	35.241	114.555	77.586	166.658	244.244	113,21%
EXTERNA	54.054	43.617	97.671	-	14.899	14.899	-84,75%
ADM. INDIRETA HONRADA	2.211	1.106	3.317	2.373	161	2.534	-23,60%
TOTAL	517.631	480.216	997.847	456.650	582.680	1.039.330	4,16%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	278.405	399.461	677.865	283.092	400.962	684.054	1,46%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	382.052	399.461	781.513	376.690	400.962	777.652	2,14%
Amortização do resíduo	(103.648)	-	(103.648)	(93.598)	-	(93.598)	6,77%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Em 2013, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 5,77 bilhões. Destes, R\$ 4,54 bilhões (78,5% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando aumento de R\$ 451,66 milhões em relação a 2012, em consequência do aumento da receita líquida real do Estado do Rio de Janeiro.

No tocante aos pagamentos da dívida extralimite, verifica-se um aumento de 48,6% em relação ao exercício anterior. Esse aumento foi decorrente do pagamento dos novos contratos firmados junto ao Banco do Brasil (PRÓ-CIDADES I e II e PROINVESTE), BNDES (PRÓ ML4) e BIRD (PET II ADICIONAL).

Além disso, no ano de 2013, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual³⁶ alcançou R\$ 13,27 milhões, 32,2% superior em relação ao 6º bimestre de 2012. Esse aumento se deve aos pagamentos da dívida de médio e longo prazo – DMLP realizados pela RIOTRILHOS-DMLP, indexada ao dólar, e pela inclusão de um novo parcelamento de débito firmado entre a Companhia Estadual de Trens Urbanos – FLUMITRENS e a Receita Federal, amparado na Lei Federal nº 11.941/2009.

³⁶ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Em 2013, o Estado quitou o contrato de financiamento da dívida externa, firmado junto ao BIRD, destinado ao financiamento do Programa Estadual de Transportes (PET I).

Tabela 51

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2012			2013			Δ % do total no bím
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	2.281.180	2.631.572	4.912.752	2.837.855	2.929.094	5.766.950	17,39%
INTRALIMITE	1.746.772	2.337.837	4.084.609	2.149.801	2.386.470	4.536.271	11,06%
EXTRALIMITE	534.408	293.735	828.143	688.055	542.624	1.230.679	48,61%
INTERNA	379.430	201.800	581.230	447.806	422.800	870.606	49,79%
EXTERNA	154.978	91.935	246.913	240.249	119.825	360.073	45,83%
ADM. INDIRETA HONRADA	7.811	2.232	10.043	10.511	2.763	13.274	32,18%
TOTAL	2.288.991	2.633.804	4.922.795	2.848.367	2.931.858	5.780.224	17,42%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	1.479.101	2.337.837	3.816.938	1.630.328	2.385.658	4.015.986	5,21%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	1.746.772	2.337.837	4.084.609	2.150.046	2.385.658	4.535.705	11,04%
Amortização do resíduo	(267.671)	-	(267.671)	(519.719)	-	(519.719)	94,16%

Valores pagos a preços correntes.

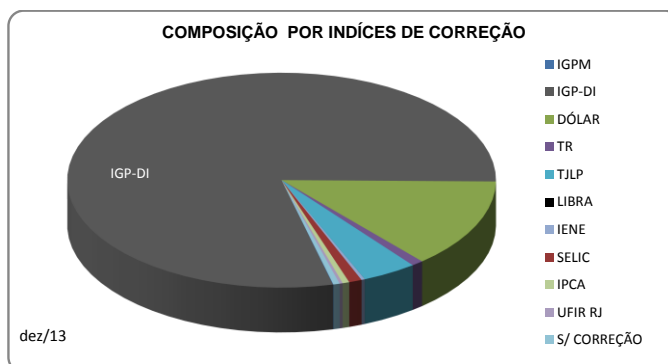
*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 6º bimestre de 2013, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 78,92 bilhões, 3,5% maior que o bimestre anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 9,3%, quando comparado ao mês de dezembro de 2012. Parte desse aumento é justificada pela capitalização de juros do resíduo do contrato de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, pela variação do IGP-DI³⁷ e pelo ingresso de recurso de operações, que se encontram em fase de desembolso.

Gráfico 47



³⁷ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 6º bimestre fechou em 0,9% (IGP-DI de out/13 e nov/13) e nos últimos 12 meses (de dez/12 a nov/13) em 5,5%.

Tabela 52
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/12	out/13	dez/13	Δ % no ano	Δ % no bim
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	70.916.958	76.259.927	78.956.609	11,34%	3,54%
INTERNA	65.437.194	70.451.192	71.518.006	9,29%	1,51%
STN	60.129.381	62.157.053	62.577.106	4,07%	0,68%
BNDES	1.271.737	2.200.430	2.203.823	73,29%	0,15%
B. BRASIL	2.058.409	3.790.234	4.461.702	116,75%	17,72%
CAIXA	610.772	1.040.512	1.042.576	70,70%	0,20%
INSS	56.998	41.141	38.859	-31,82%	-5,55%
SRF	1.091.903	1.020.651	1.006.396	-7,83%	-1,40%
MUNICÍPIOS DO ERJ	217.995	201.171	187.543	-13,97%	-6,77%
EXTERNA	5.383.925	5.717.944	7.307.735	35,73%	27,80%
BID	733.650	593.901	631.931	-13,86%	6,40%
BIRD	3.151.588	3.423.274	4.834.653	53,40%	41,23%
CAF	427.151	618.822	704.959	65,04%	13,92%
AFD	806.161	868.926	924.156	14,64%	6,36%
JBIC	262.223	209.627	208.411	-20,52%	-0,58%
Mobiliária	3.152	3.394	3.625	14,99%	6,80%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	95.838	90.791	130.868	36,55%	44,14%
DÍVIDA FINANCEIRA	70.916.958	76.259.927	78.956.609	11,34%	3,54%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	40.613.415	35.089.775	47.064.198	15,88%	34,13%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	1,75	2,17	1,68	-3,92%	-22,81%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 9,3% do total da dívida financeira, encerrou o 6º bimestre de 2013 com saldo de R\$ 7,31 bilhões, ou seja, 35,7% superior ao final do ano de 2012, consequência da entrada de recursos de novas operações de crédito, principalmente, da operação firmada junto ao BIRD, destinada ao financiamento do Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa - PROMIT e pela desvalorização do real frente ao dólar³⁸.

³⁸ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de dezembro de 2013 foi de 2,3426, 6,4% superior à cotação de 31 de dezembro de 2012 que foi de 2,0435.

Tabela 53

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o exercício de 2013, em R\$ 130,87 milhões, representando um aumento de 44,1% em relação ao saldo verificado em setembro e outubro de 2013, justificado principalmente pela inclusão de um novo parcelamento de débitos firmado entre a Companhia Estadual de Trens Urbanos – FLUMITRENS e a Receita Federal, como já mencionado anteriormente.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação negativa de 3,9% em relação ao 6º bimestre de 2012. A relação caiu de 1,75 para 1,68³⁹.

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.261.398	1,80%	1,60%
2,1 - 4	218.972	0,31%	0,28%
4,1 - 6	64.811.102	92,58%	82,08%
acima de 6,1	3.717.284	5,31%	4,71%
Subtotal	70.008.756	100,00%	88,67%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	4.826.406	53,94%	6,11%
2,1 - 4	704.959	7,88%	0,89%
4,1 - 6	3.416.488	38,18%	4,33%
Subtotal	8.947.853	100,00%	11,33%
Total	78.956.609		100,00%

³⁹ A meta da dívida para o exercício de 2013, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,19.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 90,50% do estoque. Desse montante, 84,30% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6,00%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo⁴⁰ representam 6,70%, e desse percentual, apenas 0,37% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos

futuros, verifica-se que até 2028 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴¹.

No exercício seguinte a 2029, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 48 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 22,82%. Os dados expostos no Gráfico 49 apresentam o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴² e ao prazo médio de repactuação⁴³, estes atingiram 12,46 anos e 10,61 anos, respectivamente.

Gráfico 48

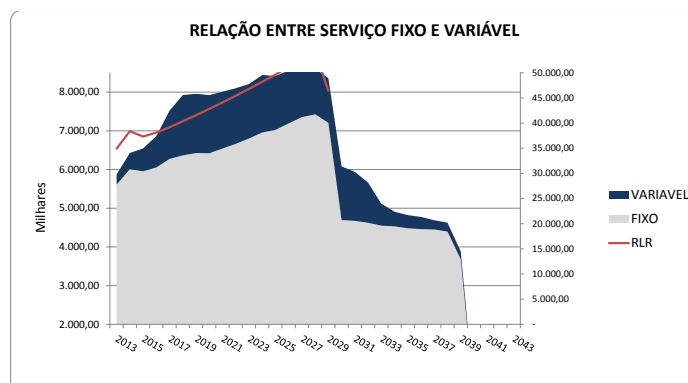
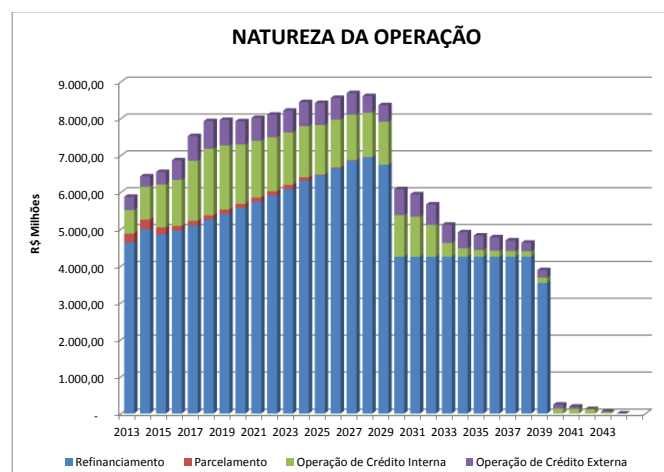


Gráfico 49



⁴⁰ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴¹ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

⁴² Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

⁴³ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 54

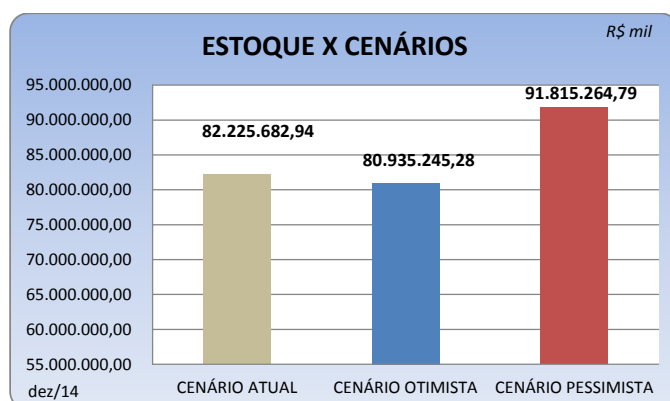
CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	74,46%	61.221.928,35	IGP-DI	74,05%	59.931.490,69	IGP-DI	77,12%	70.811.510,20
DÓLAR	17,13%	14.086.023,92	DÓLAR	17,40%	14.086.023,92	DÓLAR	15,34%	14.086.023,92
TR	0,91%	744.566,05	TR	0,92%	744.566,05	TR	0,81%	744.566,05
TJLP	5,09%	4.181.351,66	TJLP	5,17%	4.181.351,66	TJLP	4,55%	4.181.351,66
LIBRA	0,00%	3.624,84	LIBRA	0,00%	3.624,84	LIBRA	0,00%	3.624,84
IENE	0,21%	170.518,20	IENE	0,21%	170.518,20	IENE	0,19%	170.518,20
SELIC	0,83%	679.165,36	SELIC	0,84%	679.165,36	SELIC	0,74%	679.165,36
UFIR RJ	0,08%	62.514,43	UFIR RJ	0,08%	62.514,43	UFIR RJ	0,07%	62.514,43
IPCA	0,97%	799.914,43	IPCA	0,99%	799.914,43	IPCA	0,87%	799.914,43
S/ CORREÇÃO	0,34%	276.075,71	S/ CORREÇÃO	0,34%	276.075,71	S/ CORREÇÃO	0,30%	276.075,71
TOTAL	100,00%	82.225.683	TOTAL	100,00%	80.935.245	TOTAL	100,00%	91.815.265

dez/14

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,84%a.a. e 15,81%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente de R\$ 10,8 bilhões e, em valores relativos, de 13,44%.

Gráfico 50



Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,08% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 74,05% no cenário otimista para 77,12% no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,69%, em dezembro. A variação registrada em novembro, foi de 0,28%. Em dezembro de 2012, a variação foi de 0,66%. No ano de 2013, o IGP-DI variou 5,52%. No ano anterior, o índice elevou-se

8,10%. O IGP-DI de dezembro foi calculado com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,78%, em dezembro. No mês anterior, o índice apresentou variação de 0,12%. O índice relativo a Bens Finais apresentou variação de 0,14%. No mês anterior, a taxa de variação foi de 0,10%. O principal responsável por esta aceleração foi o subgrupo combustíveis, cuja taxa passou de 0,53% para 3,29%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,69%, em dezembro, ante 0,68%, no mês anterior. Três das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram acréscimo em suas taxas de variação. A contribuição de maior magnitude para o avanço da taxa do índice partiu do grupo Transportes (0,11% para 1,20%). Nesta classe de despesa, vale mencionar o comportamento do item gasolina, cuja taxa passou de -0,21% para 3,93%.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em dezembro, taxa de variação de 0,10%, abaixo do resultado do mês anterior, de 0,35%. O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços registrou variação de 0,21%. No mês anterior, a taxa havia sido de 0,24%. O índice que representa o custo da Mão de Obra não registrou variação, em dezembro. No mês anterior, este índice registrou taxa de 0,45%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 6,66 bilhões para 9,42 bilhões e de 9,39% para 12,12%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

As Tabela 60 e Tabela 59 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos

Tabela 56

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+64.399,07	+1,102
Yene Japonês	+10%	+4.706,03	+0,081
Libor	+1,0%	+179.650,44	+3,075

Tabela 55

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+1.407.494,00	+1,736
Yene Japonês	+10%	+17.051,82	+0,021

percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Com base nos números disponibilizados, na Tabela 60, verifica-se que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 179,6 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais de 3% do mesmo. Consta-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 59, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,73 % e 0,02% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Em função da necessidade de ampliar os investimentos, o Estado do Rio incluiu 5 novas operações de crédito em sua estratégia de financiamento.

Tabela 57

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO ASSINADOS EM 2013	ASSINATURA	CREADOR
Progr. de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacíficas do RJ - INCLUSÃO SOCIAL	22/02/2013	BID
Programa de Melhorias da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J.II - PRÓCIDADES II	26/04/2013	B.B.
Implantação da Infraestrutura da Linha 4 – PRÓ ML4	26/04/2013	BNDES
Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Bacias Hidrográficas - RIO RURAL Adic.	19/08/2013	BIRD
Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes Urbanos de Massa - PROMIT	03/12/2013	BIRD

Foram liberados ao longo do ano R\$ 5,03 bilhões de receita oriunda de operações de créditos:

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados no Exercício

- R\$ 1,17 bilhão, destinados ao Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes Urbanos de Massa - PROMIT (recursos provenientes do BIRD);

- R\$ 1,00 bilhão, foi destinado ao Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J II – PRÓ CIDADES II (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 995,37 milhões, destinados à Implantação da infraestrutura da Linha 4 – PRÓ-ML4 (recursos provenientes do BNDES); e
- R\$ 10,87 milhões, destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacificadas do RJ - INCLUSÃO I – SEASDH (recursos provenientes do BID).

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados em Exercícios Anteriores

- R\$ 539 milhões, foi destinado ao Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J – PRÓ CIDADES (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 471,82 milhões, foram destinados ao Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e DF - PROINVESTE (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 399,96 milhões, foram destinados ao Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - PROCOCI (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 148,84 milhões, foram destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA II (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 76,34 milhões, destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 46,95 milhões, foram destinados ao Programa de Obras Emergenciais - POE (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);

- R\$ 40 milhões, foram destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 37,14 milhões, destinado ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 29,83 milhões, destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 18,34 milhões, foram destinados à Elaboração de Estudos e Projetos relativos à Linha 4 do Metrô (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 16,47 milhões, foram para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES) ;
- R\$ 9,83 milhões, para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 9,19 milhões, para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 3,58 milhões, foram destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 3,30 milhões, destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID); e
- R\$ 2,67 milhões, destinado ao Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES).

Tabela 58
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31.12.2013

R\$ mil

	2013		2014/16
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	5.030.290	-	11.886.935
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	3.593.934	-	7.738.514
EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.770
SANEAMENTO PARA TODOS - CAIXA	76.343	-	370.407
SEGURANÇA - Delegacia Legal - BNDES	16.467	-	11.076
PMAE II - BNDES	2.671	-	3.185
PAC - CAIXA	29.833	-	44.442
VIALIGHT - CAIXA	-	-	259.138
MARACANÃ COPA 2014 - BNDES	40.000	-	-
PROGRAMA PRÓ-CIDADES - B. BRASIL	539.000	-	1.656.000
METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES	18.345	-	4.500
PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	-	415.373
PROINVEST BB	471.821	-	-
PROCOI - CAIXA	399.957	-	799.914
PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL	1.004.128	-	2.131.672
LINHA 4 METRÔ - FASE II - BNDES	995.368	-	2.036.037
Demais	1.436.356	-	4.148.421
PET II AQUISIÇÃO DE TRENS - B. BRASIL	37.138	-	42.784
RIO RURAL - BIRD	9.834	-	32.615
PROFAZ - BIRD	3.303	-	25.939
PRÓ-GESTÃO - BIRD	9.192	-	31.916
PRODETUR - BID	-	-	249.065
PSAM - BID	-	-	1.037.725
PET II ADICIONAL - BIRD	-	-	1.334.964
POE - CAF	46.953	-	93.752
PROVIAS - CAF	-	-	545.032
MARACANÃ PROCOPA II - CAF	148.841	-	15.763
ARCO METROPOLITANO - CAF	3.580	-	374.816
INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I - BID	10.865	-	129.788
RIORURAL - ADICIONAL - BIRD	-	-	234.260
PROMIT - BIRD	1.166.650	-	-
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	512.800
RIO METRÓPOLE PROGESTÃO II	-	-	112.800
APOIO AO Progr. DE SUPORTE À POLÍTICA DE TRANSP. - PROSUT	-	-	400.000
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	-	637.616
Total	5.030.290	-	13.037.351

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de dez/2013

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012, atualizado pelo IGPD-I 2013.

Tabela 59

Data: 31.12.2013

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	187.592.997,19	34%	558.000.000,00	187.592.997,19
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	193.436.468,32	91%	498.299.460,00	365.718.888,90
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	25.577.312,30	65%	92.975.100,00	48.325.595,69
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	8.686.318,28	44%	46.508.851,89	15.600.362,56
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	3.443.049,6991	68%	9.982.000,00	6.796.855,55
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	284.489.313,35	93%	606.046.612,59	561.604.663,71
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	5.048.715,61	27%	43.952.507,40	11.219.660,62
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%	259.138.332,31	-
08/08/2011	PRODETUR	BID	SETUR	DÓLAR	112.000.000,0000	5.680.000,0000	5%	263.625.600,00	10.292.160,00
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	9.000.000,00	2%	1.063.870.524,00	18.816.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.548.798.963,38	980.064.394,40	55%	3.645.563.000,00	1.989.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	77.734.698,0771	97%	157.954.512,77	153.454.512,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	-	0%	415.372.248,98	-
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	30.135.606,78	5%	1.412.280.000,00	61.536.909,04
13/09/2012	POE	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	59.979.332,92	60%	235.380.000,00	129.855.430,30
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	752.451.015,00	180.510.183,41
22/11/2012	MARACANÃ PROCOPA II	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	120.666.000,00	113.936.976,71	94%	284.023.630,80	235.476.587,63
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	40.000.000,00	20%	470.760.000,00	83.004.000,00
12/12/2012	PRÓ-INVEST	BANCO DO BRASIL	SEPLAG	URTJLP	476.655.846,38	476.655.846,38	100%	940.956.773,22	940.956.773,22
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	399.957.427,00	33%	1.199.871.427,00	399.957.427,00
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	141.228.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.332.228.736,51	471.728.637,77	32%	3.135.800.000,00	1.004.127.845,00
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-ML4	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	1.535.603.926,89	504.218.674,02	33%	3.031.405.000,00	995.368.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL PA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	-	0%	235.380.000,00	-
03/12/2013	PROMIT	BIRD	SEFAZ	DÓLAR	500.000.000,00	500.000.000,0000	100%	1.176.900.000,00	1.166.650.000,00

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁴

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2013, com 523 Convênios de Despesa e 457 Convênios de Receita vigentes⁴⁵.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁴⁶; já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴⁷ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 116 convênios, beneficiando 64 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 390,61 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 407 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até os meses de novembro e dezembro de 2013 foi cerca de, R\$ 2,19 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 6º bimestre de 2013, o total de 52 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,13 bilhões⁴⁸. Dessa importância, R\$ 1,21 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 924,12 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Dos recursos oriundos do Tesouro do Estado, até o 6º bimestre de 2013, foram repassados em torno de R\$ 935,77 milhões, sendo

⁴⁴Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴⁵Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁶Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴⁷Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴⁸Valor original desconsiderando os aditivos.

destinados 86,96% à área de Habitação; e, 13,04% à área de Saneamento.

VI.9 Operação de Crédito

A Coordenação de Captação de Recursos, responsável por identificar, fomentar e negociar as contratações de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, manteve-se, ao longo do período em referência, em cooperação com instituições já credoras do ERJ e promovendo missões para viabilizar novos financiamentos com possíveis parceiros.

No sexto e último bimestre de 2013, a Coordenação de Captação de Recursos (COCAR) finalizou a Carta Consulta, indicadores de desempenho e a matriz de políticas acordadas no âmbito do Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa Urbanos (PROMIT). Tal Projeto visa assegurar recursos para a continuidade e expansão em áreas prioritárias, quais sejam: (i) gestão fiscal e (ii) mobilidade urbana, de forma a apoiar as políticas para fortalecimento dos programas estratégicos do Estado do Rio de Janeiro, relativos à melhoria e aumento de cobertura dos serviços de transportes e à consolidação do ajuste fiscal. O contrato foi assinado em 3 de dezembro, no valor de US\$ 500 milhões.

Neste sentido, deu-se continuidade às tratativas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para viabilizar projeto na modalidade de apoio orçamentário (Policy Based Loan - PBL). A COCAR, em conjunto com a Assessoria da Subsecretaria Geral, levantou demandas das áreas dentro da SEFAZ com o intuito de elaborar uma matriz de políticas visando à contratação de empréstimo junto ao BID. Neste sentido, a SUBFIN também recebeu consultor do BID em uma rápida missão a fim de colaborar com a construção da matriz de políticas e seus respectivos indicadores e metas.

Tendo em vista que foi celebrado, em 2012, contrato de financiamento na modalidade de apoio orçamentário para o Programa de Mobilidade Urbana junto à Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor de US\$ 394,5 milhões, promoveu-se missão de supervisão do Projeto. A obrigatoriedade de produção pelo Estado do Rio de

Janeiro de um relatório anual de desempenho, atendendo às exigências contratuais, com base nos indicadores definidos também em contrato, reforça a importância das missões de acompanhamento. Assim, representantes da área de transportes no ERJ puderam fornecer à Agência um cenário atualizado do andamento dos projetos relacionados aos grandes eventos, em especial à Linha 4 do metrô. Outrossim, integrantes de setores responsáveis pelo transporte na França, como o STIF, que coordena o transporte público na Região de Île de France, participaram da missão, o que possibilitou a troca de experiências no âmbito de mobilidade urbana.

Finalmente, a COCAR participou ativamente para o fechamento das negociações com a União e o Banco Mundial no que se refere ao Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado – Rio Metrôpole (PROGESTÃO II) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de dólares norte-americanos). A expectativa é de assinatura para o segundo bimestre de 2014.

VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

Até o final do 6º bimestre de 2013, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio de Janeiro havia celebrado unicamente a assinatura do contrato de Parceria Público-Privada Casa Civil nº 27/2013, de 04 de junho de 2013, referente à concessão administrativa para a gestão, operação e manutenção do Maracanã e do Maracanãzinho, cumulado com obras incidentais, mantendo 11 (onze) projetos em estudo, conforme quadro a seguir:

Projeto	Objeto	Investimento Total Inicial (milhões)	Contraprestação anual (milhões)	Prazo de Concessão	Fase Atual
PPP Medicamentos MB	Implantação de uma plataforma para pesquisa e fabricação de medicamentos em Resende.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Ferrovia Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça Araribóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.072,20	R\$ 375,70	35 anos	Aguardando Estudo Técnico
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 48,70	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-104 para implantação de melhorias físicas e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km).	R\$ 780,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-108 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 1.229,00 (R\$ 646 milhões do setor privado e R\$ 628 milhões do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando elaboração do CGP
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência